



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA



ANGELA RIBEIRO CASAS NOVA DE SOUSA

### O ENSINO DA ÁFRICA

**NAS AULAS DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI Nº 10.639/2003:**  
uma experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo  
Cunha no Povoado Pedras - Município de Matões do Norte - MA



São Luís  
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA

**ANGELA RIBEIRO CASAS NOVA DE SOUSA**

**O ENSINO DA ÁFRICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI Nº  
10.639/2003: uma experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha no  
Povoado Pedras - Município de Matões do Norte - MA**

São Luís  
2025

**ANGELA RIBEIRO CASAS NOVA DE SOUSA**

**O ENSINO DA ÁFRICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI Nº  
10.639/2003: uma experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha no  
Povoado Pedras - Município de Matões do Norte - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica para obtenção do título de Mestra em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica, da Linha de Pesquisa Educação, Diversidade e Inclusão Social na Educação Básica.  
Orientador: Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes

São Luís  
2025

**ANGELA RIBEIRO CASAS NOVA DE SOUSA**

**O ENSINO DA ÁFRICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI N°  
10.639/2003:** uma experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha no  
Povoado Pedras - Município de Matões do Norte - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica para obtenção do título de Mestra em Educação - Gestão de Ensino da Educação Básica, da Linha de Pesquisa Educação, Diversidade e Inclusão Social na Educação Básica.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Antonio de Assis Cruz Nunes** (Orientador)  
Doutor em Educação - PPGEEB

**Profa Clênia de Jesus Pereira dos Santos** (1ª Avaliadora)  
Doutora em Educação Escolar – PPGEEB

**Prof Savio Jose Dias Rodrigues** (2º Avaliador)  
Doutor em Geografia – PPGAFRO

**Profa Mariléia Santos Cruz da Silva** (Suplente Interno)  
Doutora em Educação Escolar - PPGEEB

**Prof Márcio José Celeri** (Suplente Externo)  
Doutor em Geografia – PPGGEO

Imagem da capa: Continente africano  
Disponível em: <https://www.canva.com/> imagem Africa landscape illustration autor  
@franboca

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Angela Ribeiro Casas Nova de.

O ENSINO DA ÁFRICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI  
Nº 10.639/2003: : uma experiência pedagógica na Escola  
Municipal Raimundo Cunha no Povoado Pedras - Município de  
Matões do Norte - MA / Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa.  
- 2025.

207 p.

Orientador(a): Antonio de Assis Cruz Nunes.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Gestão de Ensino da Educação Básica/ccso, Universidade  
Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Ensino da África. 2. Ensino de Geografia. 3. Lei  
Nº 10.639/2003. I. Nunes, Antonio de Assis Cruz. II.  
Título.

A Sebastiana Ribeiro Casas Novas, minha amada avó (*in memoriam*), que sempre foi minha inspiração de Mulher negra, mãe guerreira que sempre motivou seus filhos, netos e bisnetos a estudarem.

## AGRADECIMENTOS

O agradecer simboliza um ato de nobreza e de reconhecimento a uma ou mais pessoas do meu convívio ou não, que fizeram ou fazem parte do meu convívio social e acadêmico. Porém, é importante que se faça uma retrospectiva de vida, e de forma peculiar destacar o que foi ou está sendo feito por alguém ou por muitos à sua volta. Para agradecer a cada pessoa que fez e/ou faz algo por mim, requer cuidados para não esquecer a cada um(a) que contribuiu ou contribui para minha vida pessoal e acadêmica.

À Deus agradeço pela vida, pela fé e força para superar os obstáculos que a vida me apresenta, e também por me fortalecer a superar a cada fase do tão sonhado mestrado

Agradeço a meus familiares e em nome de todas e todos destaco a minha avó Sebastiana Ribeiro Casas Novas, a minha mãe Maria de Jesus Ribeiro Casas Nova de Sousa que sempre me apoiaram nos meus sonhos pessoais e acadêmicos. Agradeço à minha irmã Aline Ribeiro Casas Nova de Sousa, a minhas tias Léa Maria Ribeiro Casas Novas e Célia Maria Ribeiro Casas Novas que em nome delas agradeço a todas as tias e tios, primos e primas, enfim, a todos os familiares que sempre me apoiam em meus sonhos tanto pessoal como profissional.

À Universidade Federal do Maranhão que é uma instituição de ensino que eu muito almejava ingressar desde a graduação, porém está sendo muito satisfatório nesse belo momento acadêmico que é o mestrado profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), especificamente à ex-Coordenadora Professora Dra. Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes que nos recepcionou nessa nova fase acadêmica e acalmou nossos corações, preparou nossas mentes para a nova caminhada que se iniciava o tão sonhado mestrado.

A meu Orientador Professor Doutor Antônio de Assis Cruz Nunes pelas orientações necessárias em minha pesquisa acadêmica que somam para o meu progresso no processo de dissertação de Mestrado.

Ao Secretário de Educação de Matões do Norte Domingos Araújo Casas Novas que me apoiou para a realização do meu curso de Mestrado.

À gestora da Escola Municipal Raimundo Cunha na pessoa da Jerciane Martins e Martins por ter aceitado desenvolver minha pesquisa de mestrado na referida escola.

Agradeço às professoras e professores do PPGEEB que com excelência e maestria executaram seu papel no processo de ensino.

Ao amigo Luís Félix de Barros Vieira Rocha que sempre esteve ao meu lado me motivando desde o início de todo esse processo acadêmico e também na vida pessoal. E também não poderia deixar de agradecer a amiga Eliane Cristina Leite dos Santos e Maria Nilzete Ferreira de Almeida que ganha a representatividade em nome de todas as minhas amigas e amigos que conhecem, apoiam e se ombreiam a mim na militância contra o racismo nas escolas em que leciono e em toda a sociedade Nortematoense.

Aos colegas da Turma 2021 que apesar da pandemia do Covid 19, consegui fazer laços de companheiros por meio das nossas aulas remotas, especialmente ao Dionísio Lindoso Dourado, Jeanne Pinto Durans, Kenia Marinho, Kennia Magdala de Sousa Melonio e a Vânia Pimentel Silva, que distantes fisicamente, nos ombreávamos nessa jornada de estudos que para nós tem um grandioso valor.

Sou muito grata a todas e todos que direta ou indiretamente me apoiam desde sempre e, especialmente quando fui aprovada no Mestrado Gestão de Ensino da Educação Básica. Agradeço pelos simples gestos de carinho, pelas orações, por uma palavra amiga e com um ombro amigo para chorar nos momentos difíceis da caminhada e que também vibraram com minhas conquistas no processo acadêmico.

Finalizo meus agradecimentos, dando ênfase à minha saudosa avó Sebastiana Ribeiro, que já citei anteriormente e que hoje mora junto ao Pai, me deixou um vazio e uma saudade imensurável em meu coração. Ela me ensinou que o caminho para um futuro melhor é a Educação, minha avó sempre cuidou de mim e não esqueço de quando criança ela penteava meus cabelos cacheados para eu ir à escola.

Sou muito grata por tanto cuidado, amor, carinho e direcionamentos na vida.

“O poder da geografia é dado pela sua capacidade de entender a realidade em que vivemos”.

**Milton Santos**

## RESUMO

A presente Dissertação trata sobre o Ensino da África nas Aulas de Geografia à luz da Lei nº 10.639/2003: uma experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha no Povoado Pedras Município de Matões do Norte – MA. O objetivo da pesquisa foi investigar sobre o ensino de Geografia referentes aos conteúdos do continente africano à luz da Lei nº 10.639/2003 com vista um Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana que sirva de recurso didático e pedagógico para na Escola Municipal Raimundo Cunha. As principais referências bibliográficas utilizadas foram: Anjos (2005), Carneiro (1993), Figueredo (2011), Gomes (2006), Mussili e Pedro (2019), Ratt (2006), Costa e Lopes (2016), Cavalcanti (1998), Santos (2004), Silva (2007). O método de procedimento da pesquisa a ser adotado será o Estudo de Caso Instrumental. Os sujeitos da pesquisa foi a Gestora, Coordenadora Pedagógica e professora de geografia do 8º Ano do Ensino Fundamental. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevista com os sujeitos de pesquisa. A análise e interpretação dos dados se deu por meio de quadros de respostas. O estudo foi organizado nas seguintes seções: A primeira seção se refere à introdução, na qual apresentamos a justificativa, a caracterização e delimitação do objeto, os objetivos que configuram o percurso teórico, metodológico e organizativo do texto dissertativo. A segunda seção descreve sobre o continente africano e seus aspectos históricos, geográficos, políticos e sociais. A terceira seção discorre sobre os documentos norteadores acerca do ensino de geografia, destacando a Lei nº 9.394 de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares do Território Maranhense. A quarta seção trata, sobre o continente africano no ensino de geografia à luz da Lei nº 10.639/2003, destacando os documentos norteadores como a Resolução nº 01/2003, o Parecer nº 03/2004, a Lei nº 10.639/2003, e as metodologias de ensino de geografia para o enfrentamento ao racismo. A quinta seção discorremos sobre a pesquisa empírica, que ficou dividida nas seguintes subseções: a caracterização da escola a ser pesquisada, que foi a Escola Municipal Raimundo Cunha; os caminhos metodológicos da pesquisa, a análise e interpretação dos sujeitos da pesquisa e o produto educacional, intitulado Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana. A pesquisa foi um estudo de caso instrumental com base em Marli André. O instrumento de coleta de dados que foi utilizado foi a entrevista semiestruturada a qual foi dirigida a gestora, a coordenadora pedagogia e duas professoras de Geografia; A pesquisa concluiu que a escola pesquisada necessita de formações continuadas sobre Geografia Africana, uma vez que a inclusão desse conteúdo pode representar uma importante ferramenta para a construção de um ensino mais plural, diversificado e reflexivo

Palavras-chave: Ensino da África; Ensino de Geografia; Lei nº 10.639/2003.

## ABSTRACT

This dissertation addresses the teaching of Africa in Geography classes in light of Law No. 10.639/2003: a pedagogical experience at the Raimundo Cunha Municipal School in the village of Pedras, municipality of Matões do Norte – MA. The objective of the research was to investigate the teaching of Geography related to the contents of the African continent in light of Law No. 10.639/2003, with a view to creating a Guide of Didactic Orientations for the teaching of African Geography that serves as a didactic and pedagogical resource for the Raimundo Cunha Municipal School. The main bibliographic references used were: Anjos (2005), Carneiro (1993), Figueredo (2011), Gomes (2006), Mussili and Pedro (2019), Ratt (2006), Costa and Lopes (2016), Cavalcanti (1998), Santos (2004), Silva (2007). The research methodology adopted will be the Instrumental Case Study. The research subjects were the Principal, the Pedagogical Coordinator, and the 8th-grade geography teacher. The data collection instrument used was an interview with the research subjects. Data analysis and interpretation were performed using response tables. The study was organized into the following sections: The first section refers to the introduction, in which we present the justification, characterization, and delimitation of the object, and the objectives that configure the theoretical, methodological, and organizational path of the dissertation. The second section describes the African continent and its historical, geographical, political, and social aspects. The third section discusses the guiding documents regarding the teaching of geography, highlighting Law No. 9,394 of 1996, the National Curriculum Parameters, the National Common Curriculum Base, and the Curriculum Guidelines of the Maranhão Territory. The fourth section deals with the African continent in the teaching of geography in light of Law No. 10,639/2003, highlighting guiding documents such as Resolution No. 01/2003, Opinion No. 03/2004, Law No. 10,639/2003, and methodologies for teaching geography to combat racism. The fifth section discusses the empirical research, which was divided into the following subsections: the characterization of the school to be researched, which was the Raimundo Cunha Municipal School; the methodological approaches of the research; the analysis and interpretation of the research subjects; and the educational product, entitled "Guide to Didactic Orientations for the Teaching of African Geography. The research was an instrumental case study based on Marli André. The data collection instrument used was a semi-structured interview, which was conducted with the principal, the pedagogical coordinator, and two geography teachers. The research concluded that the school studied needs ongoing training in African Geography, since the inclusion of this content can represent an important tool for building a more plural, diverse, and reflective education.

Keywords: Teaching of Africa; Teaching of Geography; Law No. 10.639/2003.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de africanos Khoisan e seus instrumentos de caça.....	23
Figura 2 - Mapa África- Regiões, hidrografia e vegetação.....	28
Figura 3 - DCTMA, volume 1.....	50
Figura 4- Escola Municipal Raimundo Cunha.....	62
Figura 5 -Pátio da escola.....	63
Figura 6 -Sala da Diretoria/Secretaria e Sala dos Professores (as).....	64
Figura 7- Salas de aula.....	64
Figura 8 - Cantina e Cantinho da leitura.....	64
Figura 9 - Banheiros feminino e masculino.....	65
Figura 10 -Localização do município de Matões do Norte no Maranhão.....	65
Figura 11 - Código do Creative Commons (CC).....	84
Figura 12 - Capa do Caderno de Orientações Pedagógicas.....	85
Figura 13 - África: contexto natural, divisão regional e economia.....	86
Figura 14 - Mapa do continente africano.....	86
Figura 15 - Mapa de línguas faladas no continente africano.....	87
Figura 16 - Mapa da regionalização do continente africano.....	89
Figura 17- Mapa da hidrografia do continente africano.....	89
Figura 18 - Sugestão Didáticas sobre geografia africana 1.....	91
Figura 19 - Sugestão Didáticas sobre geografia africana 2.....	92
Figura 20 - Filmes sobre Geografia Africana (Cap. 1).....	93
Figura 21 - Documentários sobre Geografia Africana (Cap. 1).....	94
Figura 22 - Livros sobre Geografia Africana (Cap. 2).....	96
Figura 23 - A África em regiões: diversidade geográfica.....	97
Figura 24 - Mapa da divisão regional do continente africano.....	98
Figura 25 -Sugestões didáticas (Cap.3).....	101
Figura 26 - Sugestões de filmes sobre o continente africano (Cap.3).....	102
Figura 27 - Sugestões de documentários sobre o continente africano (Cap.3).....	104
Figura 28 - Sugestões de livros sobre geografia africana (Cap. 3).....	105
Figura 29 - Os limites territoriais da África.....	106
Figura 30 - Consequências da fragmentação territorial da África.....	109
Figura 31 - Sugestões didáticas (Cap.4).....	110
Figura 32 - Sugestões de filmes sobre o continente africano (Cap.4).....	112
Figura 33 - Lista de documentários (Cap. 4).....	114

## LISTA DE SIGLAS

AID –Agency For International Development

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DCTMA – Documentos Curriculares do Território Maranhense

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

OCEG –Orientação Curriculares para o Ensino de Geografia

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cronologia: partilha e conquista da África.....	31
Quadro 2 - Competências gerais da BNCC a desenvolver.....	52
Quadro 3 -Entendimento sobre a Lei nº 10.639/2003.....	70
Quadro 4 - Falas sobre a Lei nº 10.639/2003.....	71
Quadro 5 - O que sabem sobre Geografia africana?.....	73
Quadro 6 - A inclusão de conteúdos relacionados à Geografia Africana no planejamento e prática pedagógica da escola. Como essa abordagem tem sido aplicada?.....	76
Quadro 7 - Como avaliam a possibilidade de se trabalhar conteúdos sobre Geografia Africana na Escola Municipal Raimundo Cunha?.....	77
Quadro 8 -De que forma os estudos de Geografia Africana podem contribuir para a formação dos discentes na Escola Municipal Raimundo Cunha.....	78
Quadro 9 - A Escola Municipal Raimundo Cunha tem promovido formações continuadas no contexto de Geografia Africana.....	80
Quadro 10 - Quais são os desafios de se trabalhar a Geografia Africana no ensino de Geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha. Eis a respostas:.....	82

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 O CONTINENTE AFRICANO: aspectos históricos, geográficos, políticos e sociais.....</b>	<b>22</b>
<b>3 DOCUMENTOS NORTEADORES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1 LEI Nº 9.394/96.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2 Parâmetros Curriculares Nacionais.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....</b>	<b>45</b>
<b>3.4 Diretrizes Curriculares do Território Maranhense.....</b>	<b>49</b>
<b>4 O CONTINENTE AFRICANO NO ENSINO DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI Nº 10.639/03.....</b>	<b>55</b>
<b>4.1 A Lei Nº 10.639/03.....</b>	<b>55</b>
<b>4.2 A Resolução Nº 01/2004.....</b>	<b>57</b>
<b>4.3 O Parecer Nº 03/2004.....</b>	<b>58</b>
<b>4.4 Metodologias de ensino da Geografia para o enfrentamento do racismo....</b>	<b>59</b>
<b>5 O ENSINO DA ÁFRICA POR MEIO DA GEOGRAFIA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA.....</b>	<b>62</b>
<b>5.1 Cenário da pesquisa.....</b>	<b>62</b>
<b>5.2 Caminhos Metodológicos da pesquisa.....</b>	<b>66</b>
<b>5.3 Análise e interpretação dos participantes da pesquisa.....</b>	<b>69</b>
<b>5.3.1 Vozes das docentes.....</b>	<b>69</b>
<b>5.4 Organização do Caderno de Orientações Pedagógicas.....</b>	<b>84</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA.....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA DO SUPERVISOR ESCOLAR, DA GESTORA E DA DOCENTE.....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE C – PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>204</b>
<b>ANEXO A - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PESQUISA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA.....</b>	<b>205</b>
<b>ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DAS IMAGENS INTERNAS DA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA.....</b>	<b>207</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O continente africano é, em sua complexidade, detentor das primeiras civilizações e o primeiro berço da espécie humana. Compreendemos, a partir dessas inferências, a relevância da África como início da humanidade e de como estudar esse continente consiste, sobretudo em um estudo de relevância histórico-geográfica quanto ao marco inicial da vida e da nossa origem como habitantes desse planeta (Wedderburn,2005).

Em outras palavras, o continente africano caracteriza-se pela sua rica história cultural e política que remonta há milhares de anos. A história da África é influenciada por vários fatores, incluindo a geografia, a economia, as migrações humanas, as invasões estrangeiras e a resistência contra elas.

Desde o período pré-histórico, a África tem sido o lar de inúmeras culturas e civilizações, incluindo as civilizações da Núbia, Egito, Axum, Mali, Songhai e do Império de Benin. O comércio transaariano das rotas de caravanas e da costa africana permitiu que essas culturas florescessem e alcançassem uma influência global. (Unesco, 2010).

A colonização europeia do continente no século XIX e início do século XX teve um papel importante na história africana, resultando em uma série de problemas sociais, políticos e econômicos que afetam o continente até hoje. A resistência e o ressurgimento da identidade africana também surgiram como resultado desses eventos. Nos anos pós-independência do final do século XX, muitos países africanos lutaram para estabelecer governos democráticos e estabilizar suas economias. Desde então, várias nações africanas experimentaram crescimento econômico significativo e avanços na eliminação da pobreza e melhoria das condições de vida para seus cidadãos, isso porque a exportação de escravos africanos representava uma forma de comércio que perdurou anos e se extinguiu por volta do século XX. (Unesco, 2010) Em resumo, a história da África é uma mistura complexa de culturas, civilizações, invasões e resistências. A história e as experiências africanas são valiosas para a compreensão do desenvolvimento global e da história humana.

O ensino da história da África nas escolas é fundamental para uma educação antirracista e para a valorização dos povos e culturas africanas, que muitas vezes são invisibilizados na sociedade. Além disso, conhecer a história do continente

africano é também compreender a história do mundo, já que a África tem uma grande influência em diversos aspectos da história, como a formação dos primeiros impérios, a descoberta de rotas marítimas, a expansão do comércio de escravos, a luta anticolonialista, entre outros.

No entanto, o ensino da história da África ainda é uma lacuna na educação brasileira. Muitas vezes, a África é apresentada apenas como um continente pobre e atrasado, ligado apenas à escravidão e à pobreza, ignorando a complexidade das culturas locais, as diversas formas de organização política e social, as ricas tradições religiosas, musicais e literárias. Constantemente se presencia as diversas formas de representação de inferioridade em espaços de comunicação, televisivos e jornalísticos, por exemplo, bem como nas artes, áreas de gestão administrativas, engenharia, saúde, dentre outras.

Além disso, é importante que essa história seja vista de uma perspectiva afrocentrada, ou seja, valorizando os pontos de vista e as narrativas dos próprios africanos, e não apenas sob a ótica europeia, que muitas vezes domina os livros didáticos. Isso ajuda a romper com estereótipos e preconceitos em relação aos povos e culturas africanas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e respeitosa.

Desse modo, é relevante que, em vistas de reconhecer e valorizar a importância de inserir conteúdos relacionados a História e Geografia da África no processo de ensino, se adeque às leis e diretrizes que reforcem e garantam não apenas conhecimento, mas, sobretudo, respeito à diversidade cultural africana e afro-brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, quanto ao processo de implementação da lei e sua relevância para a população afro-brasileira afirma que:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira (Brasil, 2004, p.16).

A Lei nº 10.639/2003 sancionada em 9 de janeiro de 2003 que modificou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inseriu a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e africana no currículo da Rede de Ensino Brasileira. Ela é considerada um marco histórico no contexto curricular escolarizado. A lei acresce o Art. 26-A, que coloca a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas instituições educacionais de Ensino Fundamental e Médio, particulares e oficiais (Brasil, 2003).

A introdução dos conteúdos de história da África, dos povos africanos, a representação do negro no Brasil, a cultura negra brasileira e suas contribuições no campo social, econômica e política, conexas à História do Brasil, a serem ministrados na esfera de todo o currículo escolar, em particular nas áreas de Artes, Literatura e História (Brasil, 2003).

Os conteúdos sobre África são de extrema abrangência, afinal estes contemplam o marco inicial da espécie humana, as primeiras civilizações e as primeiras formas de organização no espaço, algo já comprovado em pesquisas científicas: A humanidade tem seu berço localizado no continente africano (Wedderburn, 2005).

Segundo Ratts (2006, p.51) quanto às percepções equivocadas do continente africano:

Não é explicitada a diversidade social e espacial presente em África, predomina a noção de um “continente selvagem” deixando ausente uma África urbanizada e desenvolvida. Além disso, são estereotipadas as manifestações culturais presentes neste continente. A religiosidade, por exemplo, é simplificada nas categorias “animismo e fetichismo”, qualificações hierarquizantes e pejorativas advindas do evolucionismo e pouco precisas para tratar das cosmologias das sociedades africanas. Persistem, ainda, visões herdadas do colonialismo sobre a África.

O ensino de geografia na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais pode ser trabalhado possui em múltiplas abordagens sobre o continente africano, tais como: a Geografia Regional, a Formação do Território Brasileiro, a Cartografia Africana, a Geopolítica Mundial, as Dinâmicas Demográficas, Organização do Espaço, Geografia Histórica, Geografia Ambiental, Geografia Física, Territorialidades quilombolas, Políticas Curriculares, Geografia Urbana dentre outros (Mendes e Ratts, 2019).

A origem do interesse da pesquisa se deu a partir da nossa participação em uma formação continuada para professores de geografia acerca da Lei nº 10.639/2003 no ano de 2015, organizada pela Secretaria Municipal de Educação de

Matões do Norte- MA. Acrescentando, ainda, o engajamento nas questões raciais e por ser mulher negra e professora da disciplina de geografia, a qual se verificou a não contemplação de conteúdos sobre o ensino de geografia africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica de Matões do Norte.

Sendo assim, o objeto de estudo desta pesquisa teve como fundamental tratar sobre o ensino da África nas aulas de Geografia à luz da Lei nº 10.639/2003, enfatizando a experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha no Povoado Pedras Município de Matões do Norte – MA. A pesquisa foi desenvolvida a partir da seguinte problematização central: Como investigar o ensino de Geografia com conteúdos do continente africano à luz da Lei nº 10.639/2003, com vistas a elaborar um Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana?

A partir da problematização central, formulamos outras problematizações.

Eis:

- a) Quais os principais entendimentos teóricos e metodológicos acerca dos conteúdos da geografia africana os docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha possuem?
- b) Como os docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha poderão articular os conteúdos de geografia africana e a Lei nº 10.639/2003?
- c) Como os docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha desenvolvem conteúdos acerca da Educação para as Relações Étnico-Raciais para os discentes para o enfrentamento de uma educação antirracista?
- d) De que forma a elaboração de um Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana poderá contribuir aos docentes de Geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha?

Em consonância aos questionamentos acima apresentado, a referida pesquisa teve como objetivo geral:

- Investigar sobre o ensino de Geografia de conteúdos do continente africano à luz da Lei nº 10.639/2003 com vista a elaborar um Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana.

A pesquisa tem como objetivos específicos:

- a) Identificar os entendimentos teóricos e metodológicos sobre conteúdos de geografia africana pelos docentes de geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha possuem;

b) Compreender como os docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha poderão articular os conteúdos de geografia africana e a Lei nº 10.639/2003;

c) Averiguar como os docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha desenvolvem conteúdos acerca da Educação para as Relações Étnico-Raciais para os discentes para o enfrentamento de uma educação antirracista;

d) Descrever a contribuição do Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana aos docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha.

Para a construção teórica do presente texto dissertativo, nos apropriamos, principalmente, das seguintes fontes bibliográficas: Anjos (2005), Carneiro (1993), Figueredo (2011), Gomes (2006), Mussili e Pedro (2019), Ratt (2006), Costa e Lopes (2016), Cavalcanti (1998), Santos (2004), Silva (2007), Arroyo (2007), Souza, Jesus, et.al. (2023), Cavalleiro, (2006), Santomé (2011), Silva (1996), Sacramento (2014), Luckesi (1994), Dias (2010), Rocha (2008), Nascimento e Silva (2024), Ramos (2012), Araújo e Batista (2004), dentre outras.

A presente pesquisa está estruturada nas seguintes seções:

Na primeira seção foi feita a introdução, a qual descrevemos a configuração teórica e metodológica da pesquisa. Na segunda seção descrevemos sobre os aspectos históricos, geográficos, políticos e sociais que fazem do continente africano uma importante contribuição para a história da humanidade.

Na terceira seção, apontamos sobre os documentos norteadores para o ensino de geografia e a Lei nº 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Diretrizes Curriculares do Território Maranhense (DCTMA) Resolução nº 01/2004, além do Parecer nº 03/2004 e metodologias próprias do ensino da geografia para enfrentamento do racismo.

Na quarta seção abordamos a importância do continente africano no ensino de Geografia, destacando como a Lei nº 10.639/03 influencia essa abordagem educacional, destacando a Lei nº 10.639/03, a Resolução nº 01/2004, o Parecer nº 03/2004 e as Metodologias de Ensino da Geografia para o enfrentamento do Racismo.

Na quinta seção abordamos a pesquisa empírica, na qual intitulou-se: O Ensino da África Por Meio da Geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha. A seção ficou em três subseções, a saber: Cenário da pesquisa que discorremos sobre a escola pesquisada; Caminhos Metodológicos da pesquisa. Na qual são descritos os

percursos metodológicos da pesquisa; Análise e interpretação dos sujeitos da pesquisa. Essa subseção secundária ficou subdividida em subseções terciárias, que foram: vozes dos/as docentes que foram as análises e interpretações dos sujeitos entrevistados na pesquisa; E por fim o produto da pesquisa intitulado: Caderno de Conteúdo intitulado: Caderno de Orientação Pedagógica para o Ensino de Geografia Africana.

Na sexta e última seção são descritas nossas considerações finais acerca da pesquisa.

Em suma, esperamos que a nossa pesquisa possa trazer contribuições para o campo da geografia na perspectiva das relações étnicas e raciais, destacando a importância do ensino de geografia africana. Acreditamos que uma abordagem inclusiva e crítica à geografia africana não apenas enriquece o currículo escolar, mas também promove um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e culturais que moldam o continente e suas diásporas.

## **2 O CONTINENTE AFRICANO: aspectos históricos, geográficos, políticos e sociais**

Segundo as bases das orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2010, p. 8):

A imensa riqueza cultural, simbólica e tecnológica subtraída da África para o continente americano criou condições para o desenvolvimento de sociedades onde elementos europeus, africanos, das populações originárias e, posteriormente, de outras regiões do mundo se combinassem de formas distintas e complexas. Apenas recentemente, tem-se considerado o papel civilizatório que os negros vindos da África desempenharam na formação da sociedade brasileira.

O continente africano caracteriza-se pela sua rica história cultural e política que remonta há milhares de anos e seu processo revolucionário foi influenciado por vários fatores, incluindo a geografia, a economia, as migrações humanas, as invasões estrangeiras e a resistência contra elas, sendo por muito tempo silenciado nos livros didáticos em uma cultura europeia de que o adequado seria configurá-los apenas como pessoas que vieram ajudar os brancos com afazeres diversos.

Entretanto, as populações do continente africano possuem vastos conhecimentos em diversas áreas científicas, sendo por isso muito requisitados para colonização, crescimento agrícola, construções de instrumentos de comunicação, meios de transportes, dentre outros, não apenas força física para serviços braçais.

Desde o período pré-histórico, a África tem sido o lar de inúmeras culturas e civilizações, incluindo as civilizações da Núbia, Egito, Axum, Mali, Songhai e do Império de Benin. O comércio transaariano das rotas de caravanas e da costa africana permitiu que essas culturas florescessem e alcançassem uma influência global. (Unesco, 2010).

A história da África é uma mistura complexa de culturas, civilizações, invasões e resistências. A história e as experiências africanas são valiosas para a compreensão do desenvolvimento global e da história humana, tal como menciona a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2010, p. 22):

Certamente, a história da África norte-saariana esteve antes ligada àquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsaariana mas, nos dias atuais, é amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade linguística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares.

Os primeiros povos da África subsaariana foram os povos khoisan<sup>1</sup>, que se espalharam pela região a partir de cerca de 40.000 a.C. Eles eram nômades caçadores-coletores que viviam em pequenas comunidades. Mais tarde, surgiram os povos bantus<sup>2</sup>, que se espalharam pela África subsaariana a partir de cerca de 2.000 a.C. Eles eram agricultores e criadores de gado que viviam em aldeias maiores.

Figura 1 - Foto de africanos Khoisan e seus instrumentos de caça



Fonte: Pedro; Mussilli (2021)

A partir do século VII, a África foi fortemente influenciada pelo comércio transsaariano, que permitiu a troca de bens entre o Norte da África, a Europa e o Oriente Médio. A partir do século XI, o comércio de ouro e sal floresceu no oeste da África, levando à criação de impérios poderosos, como o Império do Gana, o Império do Mali e o Império Songhai.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2010, p. 482),

A exploração das minas de ouro era uma atividade submetida a um rigoroso controle do Estado e constituía a principal fonte de renda de seus dirigentes. Essa atividade atingiu o seu apogeu durante a segunda metade do século XVII, durante a qual foram produzidos cerca de 2 milhões de onças de ouro. O monopólio da indústria aurífera, ao longo dos três séculos estudados, permaneceu sendo exclusivo dos akan e todos os esforços feitos pelos

<sup>1</sup> combinação de duas palavras khoi-khoi: khoi, que significa “homem” e san, cuja raiz significa “acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais”. (Pedro e Mussill, 2021, p. 167)

<sup>2</sup> **Banto** ou **bantu** é um termo utilizado para se referir a um tronco linguístico, ou seja, é uma língua que deu origem a diversas outras línguas no centro e sul do continente africano. O termo acabou sendo aproveitado para se referir ao conjunto de 300 a 600 grupos étnicos diferentes que povoam a mesma área. (Infoescola, s.d.)

européus, em particular pelos holandeses, para participar diretamente dessa indústria, chocou-se com uma indômita resistência.

Além do comércio de ouro, destacava-se também: peixe, sal, cerâmica, marfim, artigos de ferro e metal.

Os povos Bantu diferem-se dos Khoisan em vários aspectos de vida. São um grupo linguístico que se estende por grande parte da África Subsaariana<sup>3</sup>. Eles têm uma história rica e complexa, que abrange milhares de anos e inclui muitas culturas e sociedades diferentes. Embora cada grupo tenha suas próprias tradições e costumes, há muitos elementos comuns que unem a cultura Bantu em toda a África. Algumas das características-chave da cultura Bantu incluem a crença em espíritos ancestrais, o uso de máscaras e trajes cerimoniais em rituais religiosos e festivais, e a ênfase da comunidade e da família alargada. As línguas bantu são um dos maiores grupos linguísticos da África, com mais de 500 idiomas diferentes falados pelos povos bantu em toda a região. Além de apresentar “superioridade econômica e militar dos Bantu, por praticarem a agricultura, pastorícia e serem portadores da arte de trabalhar o ferro”. (Mussili e Pedro, 2021, p. 174).

Segundo Daibert (2015, p. 10-11),

Os bantos são um conjunto de povos que habitavam a África Central nas regiões que hoje compreendem Angola, Congo, Gabão e Cabinda. Apesar das diferenças étnicas, esses povos compartilhavam o mesmo tronco linguístico: eram falantes das línguas bantos. Essa base comum permitiu que muitos traços culturais e significados religiosos fundamentais fossem compartilhados entre os diferentes grupos dessa grande região, vista hoje como um espaço geográfico menos heterogêneo do que se imaginava.

No século XV, a exploração europeia da África começou com portugueses, espanhóis e holandeses sendo os primeiros a estabelecer contatos comerciais com comunidades costeiras ao longo do continente. A partir do século XIX, o colonialismo europeu tornou-se predominante na África, com quase todo o continente sendo dividido entre as potências coloniais europeias. O interesse estava no ouro e tráfico de escravos que, até então, era destinado aos Mulçumanos. (Unesco, 2010)

---

<sup>3</sup> A África Subsaariana antigamente era chamada de África Negra. Esse território corresponde a uma parte do continente africano que fica localizado ao sul do deserto do Saara. É classificada de subsaariana porque fica ao sul do Saara. Essa região é formada por quarenta e oito países, cujas fronteiras sucederam a descolonização. Considerada uma das regiões mais pobres do planeta Terra, apresenta altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo e baixa expectativa de vida. Segundo o Banco Mundial, essa é a região mais pobre do mundo. Pelo menos 37% da população, aproximadamente 970 milhões de pessoas, habitam a área urbana. Essa região é formada por quarenta e oito países, cujas fronteiras sucederam a descolonização. (Educa+Brasil, 2019. s.p).

Conforme o Documento da Unesco, existem ainda vários fatores que tornam os africanos desprezados em sua própria história, tal como:

Um outro fenômeno que grandes danos causaram ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de “brancos” e “negros”, para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria, entre outras, e condenado ao trabalho forçado, o africano passou a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior àquela do negro. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos, no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada (Unesco, 2010, p. 22).

É importante salientar, que falar da África remonta importantes questões para princípios e formações de povos, tal como a configuração de etnias e grupos organizados em tribos como modelo de dominação eficiente, tal como aponta Figueiredo (2011, p. 13):

Uma convenção do gênero etnográfico era que os povos constituíam grupos territoriais chamados "tribos", que eram as unidades de observação dadas. Tribos eram de duração quase indeterminada. No interior de uma tribo todo mundo tinha as mesmas crenças e práticas, e as observações feitas em uma parte do território tribal eram válidas para qualquer outra parte. Ademais, por definição, cada tribo diferia de seus vizinhos.

O que diferenciava uma tribo de outra era o nome (etnônimo) que pode ser uma etnia, um idioma específico, culto ou crença a ancestrais comum, dentre outras classificações.

Conforme Figueiredo (2011), a luta pela independência da África começou na década de 1950 e continuou até a década de 1990, resultando na criação de muitos novos estados africanos. Desde então, a África tem enfrentado muitos desafios, incluindo pobreza, conflito, doenças e instabilidade política, mas também tem visto o crescimento econômico e a emergência de novas potências. Essa data deu início às inúmeras críticas em torno dos conceitos de tribo, uma vez que as pessoas passaram a se reconhecer por características próprias de outras por pertencer ao mesmo etnônimo<sup>4</sup>, mas por falar línguas diferentes também.

---

<sup>4</sup> Etnônimo é um termo que designa o nome de uma tribo, casta, etnia, nação, etc. Como exemplo de etnônimo podemos citar: khmer; caingangue; bantu. (Dicionário Informacional, 2016, s.p.)

Um fator determinante para a posição dos europeus em relação aos africanos se deve ao aspecto de que eles jamais imaginariam que estes possuíam liberdade para criticar sobre seu próprio grupo, impondo suas ideias, conceitos, modos de vida que deseja ter, isto é, para os europeus essa era uma característica de raça civilizada<sup>5</sup>, pertencente a povos do Oriente Médio ou Mediterrâneo. Daí a necessidade de mostrar apenas os africanos como raças inferiores para que outros não pudessem entendê-los e assim governá-los, tendo domínio sobre suas culturas.

Conforme Figueiredo (2011, p. 15, grifo do autor),

Esse esforço em compreender para melhor dominar gerou também o que chamamos de **unanimismo**, ou seja, a ideia de que, no fundo, as principais características culturais são comuns a toda a África ou, pelo menos, a todas as regiões do continente habitadas por populações de pele negra.

O que faz com que se tenha o interesse pela História da África, atualmente, é justamente de reconhecer como os grupos se formavam e se organizavam, de maneira a compreender a sua formação histórico-social com a finalidade de entender a identidade cultural que hoje recebemos desses povos no contexto brasileiro.

Segundo Gomes (2002), os primeiros países africanos independentes foram Gana (1957) e Guiné (1958), seguidos de Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina Fasso), Níger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritânia e Congo-Leopoldville (atual Zaire) em 1960 e Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto em 1961 e 1966.

No contexto da luta dos países africanos, sobretudo da parte subsaariana, em prol do combate ao racismo, houve o movimento Pan Africanismo que iniciou na segunda metade do Século XIX. Desta forma:

O pan-africanismo é a **ideologia que defende a união de todos os africanos e descendentes de africanos** do mundo em defesa de direitos e na luta contra o racismo. Com origem no período do neocolonialismo, o objetivo inicial do pan-africanismo era garantir a independência dos países do continente e criar uma unidade entre eles (Mundo Educação, s.d, p.2, grifos do autor).

---

<sup>5</sup> O termo civilização foi criado por Lewis Henry Morgan, no final do século XIX, que afirmara que todas as sociedades humanas nos seus processos evolutivos passariam obrigatoriamente em três estágios: selvageria, barbárie e a civilização, sendo esta última prerrogativa apenas do continente europeu (Nunes, 2004)...Dessa forma, quando destaco o termo raça civilizada é uma ironia que grande parte da população mundial concebe o povo europeu portadores de todo um conjunto de comportamentos culturais considerados superiores às demais culturas existentes no mundo. Ser civilizado é um status de ser branco e de ser europeu.

O Pan-africanismo é um movimento que visa fortalecer e encorajar os grupos étnicos africanos e os povos de dependência africana. Tem como ideologia a união de todos os africanos e afrodescendentes, e representa a agregação dos legados históricos, culturais, espirituais e científicos dos povos antepassados e atuais do continente africano.

Para melhor compreender a formação do movimento Pan-africano numa visão política, o Pan-africanismo nasce em contraposição aos tráficos de escravidão na Europa, Ásia e nas Américas. Onde iniciou-se os protestos e revoltas em nível internacional para reivindicar a libertação dos povos africanos escravizados e também por pela liberdade e a igualdade dos africanos que residem no estrangeiro e os povos afrodescendentes. Nessa perspectiva:

No seu início, o Pan-africanismo era apenas uma reduzida manifestação de solidariedade, restrita às populações de ascendência africana das Antilhas Britânicas e dos Estados Unidos. Logo, é importante ressaltar que, até a primeira reunião Pan-Africana a denominação "Pan-Africanismo" não havia sido inserida, ficando a reunião identificada como a "Conferência dos povos de cor" (Paim, s.d, 88).

Esse movimento tem na sua ideologia a resistência da descolonização africana. Tem na sua essência protestos e lutas de resistência, libertação e igualdade das populações do continente africano para que houvesse uma união das duas Áfricas: África branca que se localiza ao norte do continente africano e a África preta ao sul do continente africano, na perspectiva da união das raças africanas.

A colonização europeia do continente africano no século XIX e início do século XX teve um papel importante na história africana, resultando em uma série de problemas sociais, políticos e econômicos que afetam o continente até hoje. A resistência e o ressurgimento da identidade africana também surgiram como resultado desses eventos. Nos anos pós-independência do final do século XX, muitos países africanos lutaram para estabelecer governos democráticos e estabilizar suas economias. Desde então, várias nações africanas experimentaram crescimento econômico significativo e avanços na eliminação da pobreza e melhoria das condições de vida para seus cidadãos, isso porque a exportação de escravos africanos representava uma forma de comércio que perdurou anos e se extinguiu por volta do século XX. (Unesco, 2010).

Percebemos com esse breve resgate histórico que a identidade negra se configura não apenas como um conhecimento a ser abordado, sem qualquer entendimento ou reflexão, uma vez que perpassa um olhar histórico, sociocultural rico

em articulações sobre os sujeitos sociais, pertencentes a um grupo étnico-racial pertencentes de um povo que sofreu profundas transformações ao longo dos anos e espaços.

O ensino da história da África nas escolas é fundamental para uma educação antirracista e para a valorização dos povos e culturas africanas, que muitas vezes são invisibilizados na sociedade. Além disso, conhecer a história do continente africano é também compreender a história do mundo, já que a África tem uma grande influência em diversos aspectos da história, como a formação dos primeiros impérios, a descoberta de rotas marítimas, a expansão do comércio de escravos, a luta anticolonialista, entre outros. Dessa forma, a Lei nº 10.639/03 é um valioso instrumento que pode favorecer a aquisição de conteúdos acerca não só da história do povo africano, quanto a geografia desse imenso continente.

Tal como é definido no mapa abaixo (Mapa África- Regiões, hidrografia e vegetação), a África é dividida em África Setentrional ou do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional ou Austral, um continente imenso e riquíssimo em diversidade cultural, possuindo cerca de 53 países.

Figura 2 - Mapa África- Regiões, hidrografia e vegetação



Fonte: Figueiredo (2011, p. 20)

Segundo Macedo (2008, p. 31), “o continente africano frequentemente é dividido em duas partes: a ‘África branca’ e a ‘África negra’”, separados apenas pelo Deserto Saara<sup>6</sup>. A África Branca, característica de povos brancos de origem caucasóide, fica localizado ao norte da África e é formado pelo Egito, a Líbia, o Marrocos, a Argélia, a Tunísia; e o Saara Ocidental, sendo esse último ocupado pelo Marrocos e é representada pela hegemonia do islamismo.

<sup>6</sup> Segundo maior deserto, antecedido pela Antártida, localizado ao norte do continente. (Macedo, 2008)

A África Negra encontra-se dividida entre dois grandes grupos: Sudaneses e Bantos:

a) Sudaneses: povos que habitam a região intertropical africana, entre os desertos do Saara e o Atlântico (Golfo da Guiné), compreendendo o Tchad, o Níger, o Sudão, etc., e as regiões na Costa do Golfo: Nigéria, Daomei (atual República Popular do Benin), Togo, Gana (antiga Costa do Ouro), Costa do Marfim, estendendo-se até a Libéria, Serra Leoa, Guiné, Senegal. Grupos de escravos vindos dessas regiões, sendo em maior quantidade os lorubás (Nagô), os Hauçás (Maometanos), da Nigéria, os denominados Jeje, do Daomei, os Fanti-axanti (Minas), da Costa do Ouro. Indivíduos vindos destas regiões (Macedo, 2008).

b) Bantos: Grupo linguístico compreendendo milhões de africanos, com inúmeras línguas e quase trezentos dialetos, que se estende por aproximadamente dois terços da África Negra, desde o Camerum até o sul. Inclui Angola e Congo, de onde nos veio a maioria dos escravos desse grupo e cujas línguas, quimbundo e quicongo, entre outras, são as que mais termos deixaram em nossa linguagem atual. (Macedo, 2008, p. 32).

A África negra ou subsaariana, pertencente ao Sul, é formada por 47 países e se encontra localizada ao sul do deserto Saara. O termo África Negra foi criticado por suas conotações raciais e sua associação histórica com o colonialismo e a subjugação dos negros. Como resultado, muitas pessoas hoje preferem usar termos mais neutros e inclusivos, como África subsaariana ou o continente africano ao sul do Saara (Macedo, 2008).

É importante ter em conta que a região conhecida como África negra é muito diversa e é composta por uma grande variedade de culturas, idiomas, religiões e tradições. Portanto, é importante evitar generalizações e estereótipos sobre as pessoas que vivem nesta região do mundo.

Conforme Wedderburn (2005), por muitos anos os povos da África negra foram intitulados com conceitos e nomes que beiram o racismo, onde sua história, língua, culturas eram menosprezadas. Algumas das designações para se referir a esses povos como forma pejorativa era “negróide, negrilho, negrito, bushman (ou seu derivado bosquímano)” (Wedderburn, 2005, p.12).

Para entender a África em sua complexidade e riqueza, é necessário estudá-la a partir de suas próprias estruturas, analisando as inter-relações dentro do continente, bem como em relação ao mundo exterior. Consideramos que a história e

a geografia da África não devem ser compreendidas em relação aos seus contextos sociais, econômicos, políticos, educacionais, culturais, religiosos e outros.

Muitas vezes, a história e a cultura africana foram ignoradas ou distorcidas em função de estereótipos e preconceitos ocidentais, e é importante superar essas barreiras para uma compreensão mais ampla e profunda do continente. Isso implica em estudar a África com uma abordagem diacrônica<sup>7</sup>, que leva em conta tanto as relações intra-africanas com o mundo exterior para entender como interferiram e/ou influenciaram eventos em outras sociedades do mundo, e vice-versa.

Este tipo de abordagem permitirá descobrir e preencher as lacunas de conhecimento sobre a história e a cultura africana, que muitas vezes são negligenciadas pelos estudos eurocêntricos. É importante entender que a África é um continente diverso e multifacetado, com muitas culturas e histórias distintas, e a análise desconfortáveis entre elas e com o mundo exterior é fundamental para uma compreensão mais completa e justa da África e de seu papel na história mundial.

Com base nessa perspectiva de racismo, convém destacar que essa subdivisão por grupos africanos em brancos e negros só contribuiu para uma criação de leis segregacionistas, também conhecido como **apartheid**<sup>8</sup>, que visava estabelecer distinção, leis que diferenciava brancos e os demais grupos não-brancos, incluindo mestiços, os grupos Khoisan e os sans, além de indianos. (Figueiredo, 2011).

Assim, para Figueiredo (2011, p. 102),

a segregação racial tornou-se a principal política do Estado sul-africano, um sistema de leis que regulava a classificação das pessoas em grupos raciais, assim como as divisões e as relações entre os diferentes grupos. Parte dessa legislação ficou conhecida como o "pequeno apartheid", por regular aspectos cotidianos da vida das pessoas, como a "lei da proibição dos casamentos mistos" de 1948 (que proibia casamentos entre pessoas brancas e membros dos demais grupos), e a "emenda da imoralidade" de 1950 (que proibia o intercuro sexual entre pessoas brancas e pessoas negras, de cor ou indianas).

---

<sup>7</sup> Diacrônico refere-se ao que estuda ou entende uma situação, ou reunião de fatos, de acordo com a sua evolução no tempo. Que se refere à diacronia, descrição de uma língua e das modificações sofridas por ela com o passar do tempo. Que se refere aos fenômenos que se desenvolvem através do tempo. (Dicio, s. d.)

<sup>8</sup> O **Apartheid** (em africâner, "segregação") foi um regime de separação racial ocorrido na África do Sul de 1948 a 1994. O apartheid privilegiava a elite branca do país e excluía os negros dos espaços públicos, da educação e postos de trabalho. O regime começou a ruir através da pressão internacional, dos protestos internos e graças à liderança de Nelson Mandela. O Apartheid chega ao fim em 1994. (Toda Matéria, s.d)

Desse modo, o apartheid representou não apenas segregação entre brancos e negros, mas a restrições quanto as movimentações e permanência destes nas cidades em diversos setores, tais como: saúde, educação, serviços públicos, dentre outros.

Tendo em vista inúmeros marcos históricos e processos revolucionários, o continente africano possui diversos aspectos de luta e autoafirmação, tal como se aponta no quadro cronológico de conquistas e partilhas da África.

Quadro 1- Cronologia: partilha e conquista da África

Ano	Acontecimento
1830	França invade a Argélia
1854	Uso do quinino para prevenir o contágio de europeus pela malária, no rio Níger
1861	Anexação de Lagos, na África Ocidental, pelos ingleses
1863	Anexação de Porto Novo, na África Ocidental, pelos franceses
1869	Abertura do canal de Suez, ligando o mar Vermelho ao Mediterrâneo
1871	A Alemanha recém-unificada derrota a França; mudança no “balanço de poder” na Europa
1877	Fundação da Associação Internacional para a África, pelo rei Leopoldo da Bélgica
1878	Fundação da Companhia dos Lagos Africanos
1879	Fundação da Companhia África Unida
1881	A França invade a Tunísia
1882	A Inglaterra ocupa o Egito
1884	Fundação da Sociedade Alemã de Colonização
	A Alemanha declara protetorados sobre o Togo, na África Ocidental, os Camarões, na África Central, e o Sudoeste Africano, na África Austral
	Convocação da Conferência de Berlim, por sugestão de Portugal e iniciativa da Alemanha
	Resoluções da Conferência de Berlim definem formas diplomáticas para resolver conflitos entre os
	Países europeus sobre seus interesses no continente africano
	A Itália conquista a Eritréia
1886	Fundação da Companhia Alemã da África Oriental
1886 a 1991	Fundação da Companhia Real do Níger (Inglaterra)
1886 a 1991	Consolidação da posição francesa no Sael e na savana; vitórias militares sobre o Cayor, O império Soninquê e Segu.
	Fundação da Companhia Imperial Britânica da África Oriental
1888	O reino de Oyó torna-se vassalo da Inglaterra
	Fundação da Companhia Imperial Britânica da África do Sul
1889	A Itália conquista a Somália
	Zanzibar, principal centro do tráfico de escravos no Índico, torna-se protetorado britânico
1890	A Inglaterra declara um protetorado sobre a Niassalândia, na África Austral
1891	Instalação de colônias francesas na Costa do Marfim e na Guiné, na África Ocidental
1894	A França conquista o Daomé
	A Inglaterra decreta protetorados sobre o Quênia e Uganda, na África Oriental
1896	A Etiópia mantém sua independência derrotando os italianos na batalha de Adowa
	Ampliação territorial da colônia inglesa de Serra Leoa, por meio de protetorados no interior
1897	A França conquista o reino merina de Madagascar
1897	Shona e Ndebele derrotados pelas forças da Companhia Imperial Britânica da África do Sul; Criação da Rodésia do Sul
1898	França captura Samori Touré, fundador de dois impérios e líder da principal resistência militar à penetração francesa na África Ocidental
	os ingleses derrotam o Estado Mahdi, ao sul do Egito, deixando um saldo de vinte mil mortos
1899	Todo o sul da Nigéria, na África Ocidental, é dominado pelos ingleses
	Ingleses e afrikaners entram em confronto militar na África do Sul (guerra dos boeres)

1900	França conquista o Gabão, na África Central
1901	Anexação de Ashanti. na África Ocidental
	A Inglaterra termina a conquista do sul da África, estabelecendo a Rodésia do Norte
1902	A Inglaterra vence a guerra dos boeres e consolida seu domínio no sul do continente
	A Inglaterra conquista o Emirado de Sokoto
1904	As forças alemãs massacram as populações herero e nama para consolidar sua posição no Sudoeste Africano, cerca de setenta e cinco mil africanos foram mortos
1905 - 1907	Revolta Maji-Maji na África Oriental Alemã; cerca de setenta e cinco mil africanos mortos
1912	O Marrocos é partilhado entre a França e a Espanha
	A Líbia é conquistada pela Itália
1914	Início da Primeira Guerra Mundial

**Fonte:** Figueiredo (2011, p. 115-116)

O continente africano tem uma história rica e complexa, que se estende por milhares de anos com diversas civilizações e culturas que influenciaram o desenvolvimento de outras sociedades em todo o mundo. Além disso, a história e a cultura africana são fundamentais para a compreensão da história do Brasil, uma vez que a África foi o berço dos povos que foram trazidos à força para o país durante o período da escravidão.

O ensino da história e da cultura africana é, portanto, essencial para a formação de uma educação crítica e pluralista, que reconheça a diversidade cultural e valorize a contribuição de diferentes povos e culturas para a construção da sociedade brasileira. O ensino da história e da cultura africana permite também combater preconceitos e estereótipos, que historicamente têm sido utilizados para desumanizar e inferiorizar as pessoas negras.

Além disso, a inclusão do continente africano no ensino brasileiro é uma questão de justiça social e de reconhecimento dos direitos humanos, uma vez que os povos africanos foram mantidos a séculos de exploração, opressão e violência, que deixaram um legado de desigualdades e injustiças que ainda persistem em nossas sociedades. Portanto, é fundamental que o ensino da história e da cultura africana seja uma parte integrante e efetiva no currículo escolar, para que possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminações.

### 3 DOCUMENTOS NORTEADORES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

O ensino da Geografia é fundamental para a formação de uma cidadania crítica e consciente, capaz de compreender e agir sobre a realidade em que vive. Através do ensino da Geografia é possível desenvolver o entendimento das dinâmicas socioespaciais, culturais, ecológicas e ambientais que configuram a organização do mundo em que vivem (Santos, 2021).

Ainda conforme Santos (2021) as principais razões para a importância do ensino da Geografia, são as seguintes:

- **Compreensão do espaço geográfico:** A Geografia estuda a relação entre a sociedade e o espaço, permitindo aos alunos compreenderem melhor as dinâmicas que configuram o espaço geográfico em que vivem. Isso significa conhecer as características físicas, humanas e culturais dos lugares e regiões, bem como as transformações que ocorrem no espaço ao longo do tempo.
- **Forma:** o ensino da Geografia pode contribuir para a formação de uma visão crítica e consciente sobre a realidade social e espacial, permitindo que os alunos compreendam e atuem sobre os processos de transformação do espaço em que vivem. Isso pode ajudá-los a se tornarem cidadãos mais ativos e participativos na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.
- **Desenvolvimento da capacidade de análise e interpretação de informações:** A Geografia envolve a análise e interpretação de diferentes tipos de informações, como mapas, imagens de satélite, dados estatísticos, entre outros. O ensino da Geografia pode ajudar os alunos a desenvolverem a capacidade de analisar e interpretar essas informações de forma crítica, permitindo que eles compreendam melhor as relações espaciais e as dinâmicas socioambientais.

Ainda conforme Santos (2021, p. 6),

A cognição do conhecimento específico da Geografia ultrapassa a apreciação superficial das teorias geográficas em si, pois contempla a aprendizagem de sua base epistemológica e, conseqüentemente, o desenvolvimento de seus conceitos próprios e domínio dos métodos utilizados por ela no desenvolvimento de suas investigações.

O conhecimento do processo de ensino da Geografia permite uma ampliação de novos conceitos e conseqüentemente desenvolvimento de capacidade de identificação e análise dos fenômenos em um panorama geográfico. A autora destaca a natureza dinâmica e em constante evolução da Geografia como ciência, o que implica na necessidade de atualização e revisão dos conceitos e teorias que a constituíram. O objetivo não é estabelecer um sistema conceitual pronto e acabado, mas sim contribuir para a evolução do Pensamento Geográfico, preenchendo as lacunas que ainda existem na compreensão do espaço geográfico. Isso significa que

a Geografia está sempre em busca de novas emoções e interpretadas da realidade, e que essas são construídas a partir da reflexão crítica sobre as teorias existentes e dos novos desafios que se apresentam diante dos estudiosos da área (Santos, 2021).

Espaço Geográfico é o meio onde estamos inseridos e o educando tende a sentir-se contemplado nesse contexto em sala de aula e em todo ambiente escolar, onde o mesmo obtenha uma na visão de mundo e da sociedade em que está inserido. Nessa perspectiva, Santos (2001, p. 151) afirma que “O espaço que nos interessa é o espaço humano ou o espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço”.

Ainda Santos (1978, p.171) afirma que:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total.

A Geografia analisa de modo especial a vivência dos estudantes e contextualiza suas questões socioambientais do meio em que vivem e de outrem. Os elementos de estudo da Geografia são: Espaço Geográfico, Paisagem e Lugar, que se apresentam em um angulo macro partindo do meio em que estamos inseridos, perpassando pelas paisagens que as vistas alcançam ou não num propósito de averiguar seu lugar de afetividade de pertencimento e efetividade.

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. (...) a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo (Santos, 1985, pp. 21-22).

Segundo Carneiro (1993), os conteúdos da geografia contribuem significativamente para alcance dos objetivos pedagógicos quanto a conhecer e compreender da realidade em que vive, além de visão crítica e reflexiva no contexto sociocultural e político-econômico.

Existem vários documentos norteadores para o ensino de Geografia no Brasil, que servem como referência para os currículos das escolas. Alguns dos principais são:

a. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): O PCN é um documento do Ministério da Educação que orienta a elaboração dos currículos das escolas em todo

o país. No caso da Geografia, os PCN estabelecem os objetivos e conteúdos que devem ser ensinados em cada etapa da educação básica (Brasil, 1998);

b. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI): documento elaborado pelo Ministério da Educação que apresenta orientações para o ensino de Geografia nas escolas indígenas, com base nas especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas (Brasil, 1999);

c. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN): documento que estabelece as orientações para a elaboração e implementação dos currículos da Educação Básica no Brasil, incluindo a disciplina de Geografia (Brasil, 2013);

d. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): documento que estabelece como aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica, incluindo a Geografia (Brasil, 2017).

Esses documentos fornecem diretrizes e orientações para a organização e desenvolvimento do ensino de Geografia no país, sendo fundamentais para garantir a qualidade da educação oferecida aos estudantes brasileiros.

Além disso, as Orientações Curriculares para o Ensino da Geografia (OCEG) são documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) em conjunto com especialistas em Geografia, com o objetivo de orientar o trabalho dos professores na construção de seus planos de ensino. Essas orientações estão organizadas em três volumes, destinados aos diferentes ciclos de ensino: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As Orientações Curriculares para o Ensino da Geografia (OCEG) buscam estabelecer um conjunto de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos, por meio do ensino da Geografia, tais como a capacidade de compreender e analisar a realidade geográfica, identificar e interpretar diferentes tipos de informações geográficas, entre outras. Além disso, as OCEG destacam a importância de abordar temas como a questão ambiental, a globalização, as desigualdades sociais e regionais, a diversidade cultural e étnica, entre outros, de forma crítica e contextualizada.

Para Costa e Lopes (2016, p. 187),

semelhante modo, em uma perspectiva de retomada, crítica e aprofundamento da discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (MEC, 1999), foram lançadas as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (MEC, 2006). Neste documento, ao aprofundar a abordagem interdisciplinar, há não só uma vinculação desta à

ideia de resolução de problemas, como uma defesa da transposição didática, reforçando o discurso disciplinar acadêmico como norte do saber escolar.

As Orientações Curriculares para o Ensino da Geografia (OCEG) também mostram algumas metodologias e estratégias de ensino que podem ser utilizadas pelos professores para tornar o ensino da Geografia mais significativo e interessante para os alunos, como o uso de recursos audiovisuais, a realização de trabalhos de campo, a utilização de mapas, gráficos e outras formas de representação espacial, entre outras.

Tal como o MEC (2006) define, as OCEG têm como objetivo oferecer elementos que ampliem e avancem nas discussões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tanto para o ensino fundamental como ensino médio de Geografia, confiante para uma reflexão crítica sobre a prática diária do professor.

Dessa forma, o documento busca fornecer recompensas para o desenvolvimento de um ensino de Geografia mais contextualizado e atualizado, que leve em consideração as demandas e desafios contemporâneos, bem como as especificidades e diversidades regionais e locais. Além disso, o documento busca contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de compreender e atuar de forma participativa e responsável na construção do espaço geográfico em que vivem.

### **3.1 Lei N° 9.394/96**

Antes de aprofundarmos sobre a Lei n° 9.34/96 na perspectiva do ensino de geografia é de suma importância fazermos um balanço sobre as leis que as antecederam, nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passou por um longo processo de tramitação. A primeira LDB n° 4.024/61 passou por um longo período de organização, sendo modificadas por artigos, ementa, sendo reformulada pela Lei n° 5.692/71, sendo substituída pela atual Lei de Diretrizes e Bases n° 9.394/96.

Dessa forma, a Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961 é considerada a primeira no Brasil exclusiva para a educação nacional. Segundo Ghiraldelli Junior (2006, p.124) "a LDB de 1961 permaneceu treze anos no Congresso e nasceu velha".

Apesar de estagnar no congresso nacional, a referida lei definiu e regularizou o sistema de educação de nosso país, se valendo por meio da Constituição de 1934.

Sendo assim, a Educação Pré-primária em seu Artigo 23 destaca que: “A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância” (Brasil, 1961). A referida LDB mantinha a estrutura do ensino primário em 4 anos com a possibilidade de se estender até 6 anos e do ginásio com duração de 4 anos, na qual o discente só poderia cursar por meio do curso de admissão.

Assim:

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais. Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade. Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento (Brasil, 1961, art. 26° e art. 27°).

Vale ressaltar que a referida lei permitiu que alguma disciplina se sobressaísse de outras “se algumas disciplinas alcançaram uma posição mais justa, como Português, História e Ciências Físicas; outras como o Latim, as línguas vivas e a Geografia sofreram inexplicável minoração” (Pedroso, 1966, p. 485).

Segundo a Lei nº 4.024/1961 o Conselho Federal de Educação tinha por competência determinar a amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias, sendo que:

A Geografia tem por objetivo o estudo da Terra como habitat do homem. O objetivo principal dessa disciplina é estudar as ações e reações entre os fenômenos naturais e culturais, analisando e interpretando fatos relevantes da vida dos grupos humanos sobre o globo. Deve-se, pois, encetar o ensino de geografia no curso ginasial por um esforço, de iniciação geográfica, cuja finalidade é dar visão correlativa dos fatos fundamentais da terra(sic) (Brasil, 1962, p. 125 - 126).

Sobre o ensino de geografia para os discentes da educação primária era levado em conta a sua idade acerca de alguns conteúdos que deveriam ser abordados pelo professor. Assim,

que começam o 1º ciclo, essa iniciação geral não deve descer a pormenores ou deter-se em nomenclatura demasiado técnica, mas dar ao educando as noções essenciais para a observação da natureza e o estudo da presença do homem necessário. Embora de caráter geral, a iniciação apelará, quanto possível, para a consideração da localidade, da região e do país em que o educando vive. A geografia do Brasil surge, pois, como sequência natural dessa iniciação. Conhecendo a geografia da sua cidade, do seu Estado e de todo o Brasil, mediante observação direta e colheita de dados em publicações

de várias naturezas, o educando estará mais estimulado ao estudo de outras áreas. A progressão se fará pela passagem da geografia do Brasil e dos demais continentes, estabelecendo-se sempre a correlação entre a geografia física e a humana (Brasil, 1962, p.125 - 126).

Do exposto, há um encadeamento acerca da geografia física e humana, todavia não há uma abordagem sobre espaço, caracterizando um enfoque contínuo, ou seja, leva-se em consideração a priori um estudo voltado a localidade, em seguida a região, país e por fim outros espaços do globo. Dessa forma, podemos destacar que as geografias física e humana estão em sintonia com a LDB/1961, em seu Artigo 25, onde: “O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social” (Brasil, 1961, p.5?).

A história da Geografia Escolar veio se caracterizando como uma disciplina com enfoque conservador e tradicional, não demonstrando um caráter crítico, muito menos reflexivo. Nessa perspectiva, a Geografia tinha por finalidade despertar uma identidade nacionalista na população, e em 1964, o sistema educacional se delineou em dois momentos importantes em sua evolução, vejamos:

O primeiro corresponde àquele em que se implantou o regime e se traçou a política de recuperação econômica. Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizam essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo de crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional, crise que já vinha de longe (Romanelli, 2005, p.196).

Com a crescente crise no sistema educação, Romanelli (2005), nos esclarece que 1930, houve uma assinatura de convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (AID). Dessa forma:

O segundo momento começou com as medidas práticas, em curto prazo, tomadas pelo governo, para enfrentar a crise, momento em que se consubstanciou, depois no delineamento de uma política de educação que já não se via apenas na urgência de se resolverem problemas imediatos, ditados pela crise, motivo único para se reformar o sistema educacional. (Romanelli, 2005, p.196).

Assim, houve a necessidade de organizar efetivamente o sistema educacional brasileiro, esta deveria ser voltada para o desenvolvimento econômico permitindo com que as disciplinas carregassem marcas profundas a essa ideia.

Com todos percalços da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, houve sua formulação pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que consolidava as Diretrizes e Bases da Educação estabelecendo a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, estruturada com a finalidade de reestruturar os níveis de Ensino Fundamental e

Médio, visando a reordenação do sistema educacional básico do Brasil, que no campo político, estava passando por importantes transformações no que se refere a uma nova ordem social, econômica e política que havia sido despertada durante o militarismo.

De acordo com Ghiraldelli Jr (2006, p.124):

A Lei 5.692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei 4.024/61. A Lei 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino expostos nos fins da educação da Lei 4.024/61. Tais objetivos diziam respeito à necessidade de proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para ao exercício consciente da cidadania. Todavia, as diferenças entre as duas leis não podem ser minimizadas.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 nasce em um período em que as liberdades democráticas sofriam repressão por parte do Estado autoritário do Regime Militar no Brasil (Macedo, 2020, p.6).

Dessa forma, o Ensino de 1º grau, tornou-se obrigatório sendo ampliada de 4 para 8 anos, com no mínimo 720 horas de atividades anuais. Dessa forma, houve uma fusão do antigo ensino primário ao ginásio incorporando a “sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau” (Brasil, 1971).

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos. Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades. Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos

Com todas as transformações ocorridas no sistema educacional, houve a fusão da escola primária com o ginásio sendo chamados de ensino do 1º grau e o colegial se denominou ensino de 2º grau: “Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Brasil, 1971).

Referente a matriz curricular de 1º e 2º graus foi instituído que:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus. Art. 8º A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas de forma a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais

dos alunos e, no ensino de 2º grau, ensejem variedade de habilitações (Brasil, 1971).

Romanelli (1986, p.240) salienta que o currículo estava integrado a lei nº 5.692/71, sendo assim,

o currículo pleno do ensino de 1º e 2º graus passa a ser composto de uma parte de educação geral e outra de formação especial. A educação geral deve fornecer uma base comum de conhecimentos e será dominante no ensino de 1º grau. A formação especial visa, no ensino de 1º grau, à sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, sendo incluída nas séries finais desse nível, em caráter não dominante, e, no 2º grau, visa à habilitação profissional, sendo até dominante nesse.

Sendo assim, a Resolução nº8, de 1º de dezembro de 1971, anexa ao Parecer nº 853/71 que implanta o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, na qual o ensino de História e de Geografia foram extintos dando lugar aos Estudos Sociais e a Organização Social e Política do Brasil. Ghiraldelli Jr (2006) salienta alguns pontos acerca da extensão do ensino obrigatório para oito anos, frisando que apesar da terminologia padronizada, 1º grau, não obedece a uma organização integrada das oito séries e a respeito do ensino de Estudos Sociais. Dessa forma:

Na Lei 5.692/71 os anteriores cursos primários e ciclo ginásial foram agrupados no ensino de Primeiro Grau para atender crianças e jovens de 7 a 14 anos, ampliando a obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos. O objetivo desse grau do ensino foi assim redigido “o ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos”. A nova legislação deixou por conta do Conselho Federal de Educação (CFE) afixação das matérias do “núcleo comum do 1º grau” (1º e 2º graus passaram a ter disciplinas do núcleo comum, obrigatórias, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais). O Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum, fazendo desaparecer a divisão entre Português, História, Geografia, Ciências Naturais, e colocando no lugar Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências (Ghiraldelli Jr, 2006, p. 124-125).

Nessa perspectiva, os Estudos Sociais acabaram tornando-se matéria de estudo obrigatório no 1º grau. Na década de 1970 houve grandes acontecimentos importantes no âmbito educacional.

Desse modo, instituiu-se no bojo do sistema educacional reformas que abrangem todos os graus de ensino: profissionalização do ensino de 2º grau, nova estruturação para o ensino de 1º grau (interação dos antigos ensinos primário e ginásial), reorganização da estrutura universitária, introdução dos cursos de licenciatura de curta duração (2 anos), e disseminação dos Estudos Sociais como parte fundamental do Núcleo comum da escola de 1º e 2º graus, válido para todas as instituições escolares do país. Os Estudos Sociais passam a ser parte integrante e obrigatória do currículo escolar, congregando numa única disciplina os conhecimentos de Geografia História e Organização Social e Política Brasileira (Soares Junior, 2002, p.6).

Epistemologicamente o ensino dos Estudos Sociais tinha como objetivo “a produção de uma sociedade harmoniosa e equilibrada, sem conflitos e antagonismos sociais, constituindo-se em um instrumento para a concretização do projeto social do Estado ditatorial” (Macedo, 2020, p.8). A disciplina de Estudos Sociais seguia a ideologia da pedagogia tradicional, onde não havia uma relação mútua entre professor e aluno impossibilitando um entendimento e criticidade dos conteúdos trabalhados, visto que eles eram tratados de forma passiva, como mero espectador/ouvinte, sendo cobrado em avaliações.

Essa pedagogia de cunho tradicional dominou o cenário educacional por muitos anos. Em 1970 foi um marco importante no processo de renovação da Geografia no Brasil, na qual podemos salientar os processos metodológicos, que engloba “fundamentos epistemológicos, ideológicos e políticos da ciência geográfica” (Cavalcanti, 1998, p. 18) refletindo mudanças nos contornos da educação nacional. Mas em suma, a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971,

a LDBN anterior a de 1996, colocou como obrigatório o ensino que ela chamou de primeiro grau (hoje ensino básico), estendendo a educação obrigatória de quatro para oito anos. Desapareceu as etapas do ginásio e do primário. Tudo ficou com a rubrica de “primeiro grau”, mas pouca coisa mudou na prática. Houve apenas justaposição de quatro séries com outras quatro séries. As quatro primeiras séries se mantiveram conduzidas pelo que chamávamos de “professor primário”, e os quatro anos finais se mantiveram com a mesma estrutura, sendo que os alunos continuaram tendo vários professores, como foi o antigo ginásio (Ghiraldelli Jr., 2006, p. 208).

A polivalência estava presente no ensino, na qual as quatro primeiras séries eram de responsabilidade de um único professor, não era obrigatório ter o ensino superior, somente formação para magistério em nível médio. Na segunda metade da década de 1980 o Brasil viveu um período de abertura democrática o que influenciou na promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidando o Estado de Direito de nosso país.

Com o fim da Ditadura Militar, em 1985, e, então, com a nova Constituição aprovada, em 1988, reapareceu a iniciativa de se dotar o país de um Plano Nacional de Educação em termos legais. Assim ficou disposto no artigo 214 da Constituição de 1988. Em 1996, com a LDBN- a Lei 9.394 -, estabeleceu-se, através dos artigos 9 e 87, que a União deveria se responsabilizar por tal Plano, em comum acordo com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, ao mesmo tempo que se instituiu a “década da educação” (Ghiraldelli Jr., 2006, p. 190).

De acordo com a Constituição Federal DE 1988, a educação é um direito de todas as crianças, sendo sujeito de direitos, e seu desenvolvimento deve ser integral (Brasil, 2016). É interessante salientar que o sistema educacional brasileiro

modificou-se tornando-se a LDB nº 9.394/96, está transformou-se organizou o sistema escolar, e as nomenclaturas que antes era denominada 1º e 2º graus, passou a se chamar Ensino Fundamental e Ensino Médio. De acordo com a referida lei em seu “Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior” (Brasil, 1996, art. 21º).

Segundo Ghiraldelli Junior (2006, p.208) “o aluno, tendo terminado sua vida escolar no quarto ano do ensino fundamental, estaria no mesmo patamar que havia correspondido ao antigo ginásio (antes de 5.692/71), e deixaria de ter uma professora única passando a ter vários professores”

A Lei 9.394 foi organizada de forma democrática sem a interferência dos militares como ocorreu com a 5692/71, segundo Macêdo (p.10, 2020):

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é elaborada em uma conjuntura política e econômica totalmente diferente daquela em que foi promulgada a 5692/71, sobretudo pelo caráter democrático que passava a configurar a sociedade brasileira, não mais sob o comando militar. Na ocasião da promulgação da lei 9394/96 correspondia a um crescimento econômico brasileiro não acompanhado pelo desenvolvimento social.

Analisando a Lei nº 9.394, podemos compreender que ela traz a educação profissional como modalidade de ensino, tanto no ensino médio (educação regular) quanto na educação profissional (institutos federais). Outras modalidades se fazem presente nessa nova lei, como a Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, do Campo, Educação a Distância e Indígena.

### **3.2 Parâmetros Curriculares Nacionais**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são um conjunto de orientações elaboradas pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil para nortear o planejamento, elaboração e execução dos currículos escolares de todas as escolas públicas e privadas do país (Brasil, 1998).

Os PCN's foram criados em 1996 a partir de um amplo debate envolvendo especialistas em educação, professores, gestores educacionais e representantes da sociedade civil. O objetivo principal é estabelecer os conhecimentos, habilidades e valores que os alunos brasileiros devem adquirir em cada etapa da Educação Básica

(Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), considerando as especificidades regionais e culturais do país. (Brasil, 1998).

Destacamos ainda que os PCN's abrangem diversas áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes, Educação Física, entre outras. Eles também tratam de temas transversais, como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual, que devem ser examinados de forma transdisciplinar em todas as áreas do conhecimento. Não têm caráter obrigatório, mas servem como referência para a elaboração dos currículos das escolas. Cada estado e município tem autonomia para adaptar os PCNs à realidade local e incluir conteúdos adicionais que considerem relevantes para a formação dos alunos.

Para os PCN's

A Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações. Neste sentido, assume grande relevância dentro do contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua meta de buscar um ensino para a conquista da cidadania brasileira. As temáticas com as quais a Geografia trabalha na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação. É possível encontrar uma farta bibliografia sobre várias questões que entrelaçam os temas de estudo da Geografia com as questões sociais apontadas como prioritárias nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 26).

Segundo os PCNs, o ensino da Geografia deve proporcionar aos alunos o desenvolvimento de habilidades como observação, análise, interpretação, representação e comunicação de informações espaciais, bem como o reconhecimento e a compreensão das relações entre a sociedade e a natureza, a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva.

Além disso, os Parâmetros Curriculares estabelecem diretrizes para o ensino da Geografia nas escolas brasileiras com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e interagir com o mundo em que vivem de forma consciente e responsável, bem como apontam a importância de abordar temas como a diversidade cultural, a globalização, a sustentabilidade e a cidadania, buscando ampliar a compreensão dos alunos sobre as complexas relações que se estabelecem entre os diferentes lugares e as sociedades.

Entre os conteúdos a serem vistos no ensino da Geografia, destacam-se:

as características físicas e humanas dos lugares, a distribuição e as interações da população, as relações de trabalho, as formas de organização do espaço, os impactos ambientais e as relações entre os diferentes grupos sociais, levando em conta "as dinâmicas de suas transformações e não simplesmente a descrição e o estudo de um mundo aparentemente estático,

percebendo as mudanças de diferentes lugares como forma de investigar os motivos pelas quais o espaço se modifica e o que representa ao homem enquanto ser sociocultural e político. (Brasil, 1998, p. 26).

Assim, percebemos que os Parâmetros giram em torno de protagonizar uma prática pedagógica que promova ao aluno situações desafiadoras com vistas em observar diferentes lugares, buscando compreender como se formam, vivem, identificando a realidade e aspectos culturais que as caracterizam.

Do exposto:

Essas práticas envolvem procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação. Nessa perspectiva procura-se sempre a valorização da experiência do aluno. (Brasil, 1998, p.30).

Daí, a importância de abordar conteúdos que valorizem as relações sociais que ressaltam as mais diversas formas de representações geográficas de maneira interdisciplinar.

Consideramos que para o professor de Geografia, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são uma importante referência para o planejamento e elaboração do currículo escolar, bem como para a definição das estratégias pedagógicas e metodológicas a serem adotadas em sala de aula.

Ao seguir as orientações dos PCNs, o professor de Geografia pode garantir uma abordagem mais abrangente e atualizada dos conteúdos da disciplina, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para a formação dos alunos. A seguir, alguns dos principais objetivos gerais para o ensino da Geografia no ensino fundamental são:

- conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem;
- identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar;
- compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações; [...]
  
- valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a socio-diversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia. (Brasil, 1998, p.35).

Os objetivos gerais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental são definidos a partir de uma perspectiva ampla e multidimensional, que considera não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o socioemocional e ético dos alunos.

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, “um dos objetivos da Geografia no ensino médio é a organização de conteúdos que permitam ao aluno realizar aprendizagens significativas”. (Brasil, 2006, p. 44)

Os objetivos gerais que norteiam o ensino da Geografia no Ensino Médio são:

compreender e interpretar os fenômenos considerando as dimensões local, regional, nacional e mundial;  
dominar as linguagens gráfica, cartográfica, corporal e iconográfica;  
reconhecer as referências e os conjuntos espaciais, ter uma compreensão do mundo articulada ao lugar de vivência do aluno e ao seu cotidiano. (Brasil, 2006, p. 44).

Outro fator de suma importância no ensino da Geografia segundo os PCN's é o uso dos conteúdos associados à um conjunto de eixos temáticos que norteiam a didática. Os principais eixos temáticos estão ligados aos temas transversais: a Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, uma vez que fazem parte do seu cotidiano e da escola (Brasil, 1998).

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular) são documentos que orientam o ensino e a aprendizagem nas escolas brasileiras. Ambos os documentos possuem o objetivo de garantir a qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes, considerando as demandas e os desafios da sociedade contemporânea. Na área de Geografia, os PCNs e a BNCC estabelecem competências, conteúdos e habilidades a objetivos que foram incluídos ao longo das etapas da educação básica, buscando promover o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e ético dos alunos, bem como sua inserção crítica e reflexiva no mundo em que vive.

### **3.3 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento elaborado pelo Ministério da Educação em 2017, que estabelece as competências e habilidades que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica

(Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), em todas como áreas do conhecimento. Serve de referencial obrigatório para a elaboração dos currículos escolares, tanto das escolas públicas como das escolas particulares, em todo o país.

É também um importante instrumento para garantir a qualidade da educação e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes brasileiros, independentemente da região onde moram ou da escola em que estudam. Ela estabelece as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica, considerando as características e as necessidades de cada faixa etária. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento que foi criado com base nas determinações da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que é a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil e também prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014). (Amaral, 2016)

A LDB determinou que a educação brasileira deve ser organizada em etapas e níveis de ensino, de acordo com as características do desenvolvimento dos alunos, suas necessidades e os objetivos específicos de cada etapa. A lei estabelece que a Educação Básica deve ser composta pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio, e que essas etapas devem ser organizadas com base em currículos que contemplem uma base nacional comum e uma parte diversificada, que atendam às peculiaridades locais e regionais (Brasil, 2023).

Nesse contexto, a BNCC foi criada para estabelecer uma base nacional comum que deve ser seguida por todas as escolas do país, em todas as etapas da Educação Básica. Ela define como competências, habilidades e conteúdos que devem ser ministrados pelos alunos em cada etapa da Educação Básica, de forma a garantir uma formação integral e de qualidade (Brasil, 2017).

A LDB (Lei nº 9394/1996) estabelece em seu artigo 26, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve ser referência obrigatória para a elaboração dos currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em todo o país. Eis:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 2023, p.21).

A elaboração das propostas curriculares pelos entes federados deve estar em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Os entes federados, como estados e municípios, têm autonomia para definir as especificidades regionais e locais em seus currículos, desde que respeitem as competências e habilidades previstas na BNCC, sendo que as propostas curriculares devem estar alinhadas e, ao mesmo tempo, considerar as particularidades e diversidades regionais.

Além disso, é importante que a elaboração das propostas curriculares envolva professores, gestores escolares, especialistas em educação e a comunidade local, a fim de garantir uma construção democrática e participativa do currículo. Esse processo deve contemplar a análise e discussão dos resultados de avaliações externas e internas, bem como a identificação das demandas e necessidades dos estudantes e da comunidade escolar.

Ao elaborar as propostas curriculares, os entes federados devem ter como foco principal o desenvolvimento integral dos estudantes, garantindo o acesso a uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais, éticas e estéticas. Isso significa que o currículo deve ser estruturado de forma a contemplar as diferentes dimensões do desenvolvimento humano e a estimular a formação de cidadãos críticos, autônomos e solidários.

A BNCC estabelece as competências gerais e específicas que os alunos devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica, bem como os conteúdos e habilidades que devem ser trabalhados em cada uma dessas etapas. Entre as competências gerais, tem-se:

- 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. [...]
- 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. [...]
- 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência

socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (Brasil, 2018, p. 9)

Entre as competências específicas da Geografia destacam-se:

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. [...]
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários. (Brasil, 2018, p.366)

As competências específicas da Geografia revelam a profundidade e a abrangência do ensino geográfico, destacando seu papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes. Primeiramente, a habilidade de entender a interação entre sociedade e natureza é crucial, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e degradação ambiental. Esse entendimento estimula o interesse pela investigação e a resolução de problemas relacionados a questões socioambientais.

Além disso, a capacidade de estabelecer conexões entre diferentes temas geográficos promove uma visão integrada do conhecimento, permitindo que os alunos contextualizem a relação entre tecnologia, economia e meio ambiente ao longo da história. Essa perspectiva é vital para compreender como as práticas humanas impactam os recursos naturais.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, que encorajam os alunos a analisarem as dinâmicas sociais e espaciais. Essa reflexão é essencial para compreender as desigualdades e a distribuição de recursos em nossas sociedades. Ao mesmo tempo, a promoção do pensamento espacial, por meio do uso de linguagens cartográficas e geotecnologias, permite aos alunos resolver problemas de forma prática e aplicada.

Ademais, a ênfase em processos de investigação e metodologias científicas no estudo da Geografia capacita os alunos a avaliarem ações e proporem soluções, tornando-os agentes de mudança em suas comunidades. A construção de

argumentos baseados em informações geográficas e a promoção de debates respeitosos também são fundamentais, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência socioambiental.

Por fim, a valorização da ação coletiva e da responsabilidade social reforça o papel do cidadão no enfrentamento das questões socioambientais. Incentivar uma postura ética e solidária prepara os alunos para serem protagonistas em suas comunidades, promovendo mudanças sustentáveis. Assim, o ensino de Geografia se torna um instrumento poderoso para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

### **3.4 Diretrizes Curriculares do Território Maranhense**

O Maranhão é um estado brasileiro que possui suas próprias Diretrizes Curriculares, que são orientações para a elaboração dos currículos escolares na rede estadual de ensino. Essas diretrizes foram criadas com o objetivo de garantir uma formação educacional de qualidade para os estudantes maranhenses, considerando as especificidades da região.

As Diretrizes Curriculares do Território Maranhense foram elaboradas de forma participativa, envolvendo professores, gestores e representantes da sociedade civil. Elas estão organizadas em eixos temáticos que contemplam as áreas de conhecimento, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, além de trazer orientações sobre a organização do trabalho pedagógico e da gestão escolar (Maranhão, 2019).

Os eixos temáticos são transversais e abordam temas importantes para a formação integral dos estudantes, como Ética e Cidadania, Saúde e Meio Ambiente, Trabalho e Emprego, Cultura e Arte e Tecnologia e Inovação.

O Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) está composto em dois volumes: 1 e 2. O volume 1 compreende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; o volume 2 compreende o Ensino Médio.

O ensino da Geografia no Volume 1 nos apresenta a importância do Componente Curricular de Geografia para o aprendizado dos alunos, os mesmos são relacionados ao meio socioespacial visando a redução das diferenças sociais.

Propiciando aos alunos meios de facilitação dos conhecimentos geográficos fazendo com que os discentes sintam-se parte do processo de ensino e aprendizagem por meio de suas vivências. Nesse contexto, “faz-se necessária a compreensão de que as aprendizagens desenvolvidas a partir dos conhecimentos geográficos são fundamentais na formação de sujeitos críticos e autônomos” (DCTMA, 2019, p. 391).

Abaixo, mostramos a Figura 3 do DTMA, volume 1:

Figura 3 - DCTMA, volume 1



Fonte: scribd.com (s.d)

Entre as principais diretrizes presentes no documento, destacam-se a valorização da cultura local e a promoção da interdisciplinaridade, que busca integrar os conhecimentos das diferentes áreas de conhecimento, a importância da formação continuada dos professores e da participação da comunidade escolar na gestão da educação.

As Diretrizes Curriculares do Território Maranhense representam um importante avanço para a qualidade da educação no estado, garantindo uma formação mais contextualizada e adequada às necessidades dos estudantes maranhenses.

Aprovado em 28 de dezembro de 2008, pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão – CEE-MA, em consonância com a ação colaborativa da Secretaria da Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão (UNDIME-MA) e a União Nacional

## dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão (UNCME-MA), o Documento Curricular do Território Maranhense

servirá de base para que as escolas das redes públicas e privadas (re)elaborem seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e planos de aulas de seus docentes”, necessitando que haja comprometimento em desenvolvimento aprendizagens significativas, onde o currículo escolar caracteriza os sujeitos da ação educativa, inclusive os que pensam as políticas públicas educacionais. (Maranhão, 2019, p. 5)

### À luz dos Documentos Curriculares do Território Maranhense

O currículo do território deve ser tomado como ponto de partida para programas de formação continuada de educadores, definição de metodologias apropriadas ao ensino-aprendizagem, como também monitoramento das aprendizagens por meio de sistemáticas de avaliação. Um currículo inspirado no território possibilita a inserção da riqueza e diversidade do Maranhão nas ações pedagógicas nas escolas e salas de aula. Nesse sentido, constitui referência elaborada pelos professores maranhenses que consideram a BNCC, mas também a “maranhensidade” necessária a um currículo significativo para a aprendizagem de nossos estudantes (Maranhão, 2019, p. 14),

Isso porque o Maranhão possui uma variedade cultural bem grande que permite que o currículo escolar esteja em constante adaptação e evolução à realidade social. Além disso, o documento curricular apresenta as competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da sua trajetória educacional, como a capacidade de se comunicar, pensar criticamente, resolver problemas, trabalhar em equipe, ter iniciativa, entre outras.

O currículo do Território Maranhense valoriza a cultura local e busca integrar os saberes tradicionais com os conhecimentos científicos e tecnológicos, promovendo uma educação contextualizada e significativa para os estudantes. Ele também enfatiza a importância da formação continuada dos professores e da gestão democrática e participativa das escolas.

Em resumo, o currículo do Território Maranhense apresenta uma estrutura curricular moderna e alinhada às demandas educacionais atuais, que busca promover uma formação integral dos estudantes e valorizar a diversidade cultural e regional. Uma das propostas do Documento Curricular é que os conhecimentos em consonância ao que define a BNCC possam desenvolver ao menos 10 competências “que devem ser entendidas como mobilizações de conhecimentos, atitudes, valores e habilidades, princípios orientadores de uma educação que atenda às demandas formativas da multifacetada e plural sociedade brasileira” (Maranhão, 2019, p. 14), tal como é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Competências gerais da BNCC a desenvolver

<b>Competências</b>	<b>O quê</b>	<b>Para</b>	<b>Resultado</b>
Conhecimento	Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital.	Entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar com a sociedade.	Fazer escolhas a partir desse conhecimento. Apreender e empregar o conhecimento na vida prática.
Pensamento científico, crítico e criativo	Exercitar a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criticidade e criatividade.	Investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.	Refletir e investigar um assunto e apresentar soluções. Ser crítico e inovador. Desenvolver o processo cognitivo, como a atenção, memória, percepção e o raciocínio.
Repertório cultural	Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais.	Fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Consciência multicultural, com incentivo à curiosidade e experimentação.
Comunicação	Utilizar diferentes linguagens.	Expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Domínio de repertórios da comunicação e multiletramento, Cultura digital como o acesso a diferentes plataformas e linguagens.
Cultura digital	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética.	Comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria.	Contato com ferramentas digitais, multimídia e linguagem de programação.
Trabalho e projeto de vida	Valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências.	Entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade	Compreensão sobre o valor do esforço e capacidades, como determinação e autoavaliação.
Argumentação	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis.	Formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética.	Consciência sobre modos de expressão e reconhecimento de pontos de vista diferentes.
Autoconhecimento e autocuidado	Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se.	Cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	Reconhecimento de emoções e sentimentos como influência de suas atitudes.
Empatia e cooperação	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação	Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com	Diálogo como mediador de conflitos e acolhimento da perspectiva do outro.

		acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceitos de qualquer natureza.	
Responsabilidade e cidadania	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.	Tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Participação ativa na avaliação de problemas atuais, levando em conta desafios como valores conflitantes e interesses individuais.

**Fonte:** Maranhão (2019, p. 15-16)

As competências essenciais para a formação integral dos indivíduos abordam uma ampla gama de habilidades e conhecimentos que são fundamentais para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, a valorização e utilização dos conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital são cruciais para que os indivíduos possam entender e explicar a realidade. Essa habilidade estimula a continuidade do aprendizado e a colaboração com a sociedade, capacitando-os a fazer escolhas informadas e a aplicar esse conhecimento na vida prática.

O desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo é outro aspecto vital. Exercitar a curiosidade intelectual e usar as ciências de forma crítica promove a investigação de causas, a formulação de hipóteses e a resolução de problemas, enriquecendo o processo cognitivo e habilidades como atenção, memória e raciocínio. Essas competências são fundamentais para formar pensadores independentes e inovadores.

A valorização do repertório cultural, por sua vez, fomenta a consciência multicultural, incentivando a participação em práticas artísticas diversas e a curiosidade. Isso é essencial em uma sociedade plural, onde a diversidade cultural deve ser respeitada e celebrada. A comunicação, utilizando diferentes linguagens, também é uma habilidade central, permitindo que os indivíduos expressem e compartilhem informações de maneira eficaz, contribuindo para o entendimento mútuo. O domínio da cultura digital, com seu acesso a várias plataformas, é igualmente importante, pois prepara os cidadãos para serem ativos e informados em um ambiente digitalizado.

A compreensão do mundo do trabalho e a valorização do projeto de vida são igualmente fundamentais. Os indivíduos devem ser capazes de fazer escolhas

alinhadas à cidadania, exercendo liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade. O autoconhecimento e o autocuidado, que envolvem reconhecer e lidar com as próprias emoções, são essenciais para a saúde física e emocional.

A empatia e a cooperação são competências que promovem o respeito mútuo e a valorização da diversidade, fundamentais para a convivência harmoniosa. Por último, a responsabilidade e a cidadania são elementos centrais, incentivando ações autônomas e éticas em contextos democráticos. Essas competências preparam os indivíduos não apenas como aprendizes, mas como cidadãos ativos e responsáveis, prontos para promover inclusão, diversidade e sustentabilidade em um mundo em constante evolução. Todas essas competências deverão ser pautadas em discussões e temáticas que atuarão na tentativa de contribuir ao desenvolvimento do educando.

## **4 O CONTINENTE AFRICANO NO ENSINO DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI Nº 10.639/03**

A Lei nº 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas de todo o país. Nesse contexto, o continente africano passa a ter uma presença mais significativa no ensino de Geografia, uma vez que a África é o berço da humanidade e apresenta uma grande diversidade cultural e geográfica.

O ensino de Geografia com enfoque na África possibilita uma ampliação dos horizontes dos estudantes, promovendo uma reflexão sobre a diversidade geográfica, social, cultural e econômica do continente africano. Além disso, permite um diálogo entre a história do continente e a sua atualidade, possibilitando aos estudantes entenderem a influência da colonização europeia e das relações internacionais na formação do continente africano.

Do mesmo modo, o ensino de Geografia também deve abordar temas como a diversidade étnica e cultural, os problemas socioeconômicos e ambientais, as relações de poder e as perspectivas de desenvolvimento do continente. É importante que os estudantes compreendam a importância da África para a história e a cultura mundial, além de desenvolverem uma visão crítica e consciente sobre a realidade africana, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a luta contra o racismo, a discriminação e a desigualdade social, uma educação mais inclusiva, que valoriza a diversidade cultural e reconhece a importância das diferentes culturas para a formação da sociedade brasileira.

### **4.1 A Lei Nº 10.639/03**

Em 2003 foi sancionada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.639/2003. A referida lei institui a obrigatoriedade – no Ensino Fundamental e Médio, público e particular – do ensino de História e Cultura Africana.

Em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei nº 10.639, que modifica a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e coloca como obrigatoriedade a temática História e

Cultura Afro-Brasileira e africana no currículo da rede de ensino brasileiro.  
(Brasil, 2003, p.1).

A referida legislação teve um forte impulso para a divulgação da cultura negra nos espaços escolares, apesar de identificarmos enquanto educadora da rede pública municipal de ensino que pouco tem se trabalhado em sala de aula a temática afro.

Dentre as temáticas que podem ser abordadas no ensino de Geografia relacionadas à lei 10.639/03, destacam-se:

- a) A diversidade cultural e étnica do continente africano;
- b) A diáspora africana e suas implicações na formação cultural e étnica da América Latina e do Brasil;
- c) A contribuição das culturas africanas para a formação da sociedade brasileira e latino-americana;
- d) As relações entre as sociedades africanas e as sociedades europeias, destacando a colonização, o tráfico negreiro e a escravidão;
- e) As lutas e resistências dos povos africanos e afrodescendentes por seus direitos e pela valorização de suas culturas;
- f) A representação da África e dos afrodescendentes nos meios de comunicação e na cultura popular.

Segundo Pereira (2011, p. 2),

A rica cultura africana, quando trazida para a sala de aula, não só reconstrói nos alunos e nos professores uma imagem positiva daquele continente, como também eleva a autoestima dos alunos afrodescendentes, os quais, apesar de viverem no seu dia a dia a cultura africana, ao chegar à sala de aula se deparam com conteúdos pedagógicos que revelam outra realidade, isto é, uma realidade voltada para os conteúdos de fundo eurocêntrico.

Essa visão eurocêntrica é, necessariamente, uma ideia de que os valores europeus são superiores à realidade ao qual os africanos pertencem. A Lei nº 10.639/03 foi criada com o objetivo de combater o racismo e promover a igualdade racial no Brasil, reconhecendo a importância da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira.

No que se refere ao ensino da geografia, a Lei nº 10.639/2003 determina que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana sejam trabalhados de forma interdisciplinar, ou seja, integrados aos conteúdos de outras disciplinas, como a geografia, por exemplo. Deve contemplar, o estudo das influências africanas na formação dos sistemas agrícolas, das formas de ocupação do espaço

urbano, das manifestações culturais e religiosas, das práticas sociais e religiosas, entre outros aspectos.

Além disso, é importante que o ensino da geografia leve em consideração o papel dos movimentos sociais e das lutas pela igualdade e direitos civis, assim como a preservação da memória e da cultura dos povos africanos e afro-brasileiros.

É fundamental que a educação se comprometa com a valorização da diversidade cultural e a desconstrução de estereótipos e preconceitos, confiante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Lei nº 10.639/2003 é uma importante ferramenta nesse sentido, que deve ser aplicada de forma efetiva no ensino da geografia e de outras disciplinas, para que possamos construir um país mais plural, inclusivo e democrático.

#### **4.2 A Resolução Nº 01/2004**

A Resolução nº 01/2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A partir dessa resolução, o ensino da geografia deve ser planejado e ministrado considerando a diversidade étnico-racial do país, bem como as influências que essa diversidade exerce na formação do território brasileiro.

De acordo com a Resolução, citada acima, o ensino da geografia deve promover a compreensão do espaço geográfico brasileiro como resultado de diversas diversidades, entre as quais se destacam como relações étnico-raciais. A geografia deve apresentar uma visão plural e inclusiva, contemplando as diferentes culturas e seus modos de vida, suas crenças, tradições e formas de organização social (Brasil, 2004a).

Além disso, a Resolução nº 01/2004 aponta a importância do ensino da geografia no combate ao racismo e à discriminação racial, por meio da valorização da diversidade e da promoção do respeito às diferenças étnicas (Brasil, 2004a).

### 4.3 O Parecer N° 03/2004

O Parecer nº 03/2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi emitido em resposta a uma consulta do Ministério da Educação (MEC) sobre a implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras.

No Parecer, o CNE recomenda que todas as disciplinas do currículo escolar, incorporem conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana, como forma de respeitar a diversidade étnico-cultural do país e combater o racismo e a identidade (Brasil, 2004b).

O olhar destaca a importância de se promover uma educação que reconheça e respeite a diversidade cultural brasileira, e que enfatize a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na construção da sociedade brasileira. Nesse sentido, a disciplina geografia deve apresentar uma visão plural e inclusiva, que contemple a diversidade cultural e étnica do país e reconheça as múltiplas formas de ocupação e uso do espaço geográfico.

O Parecer nº 03/2004, portanto, altera a LDB (Lei 9394/96), dando o caráter obrigatório para que haja ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica, destinando-se tanto aos administradores escolares, bem como aos estudantes e suas famílias dos estudantes.

#### Conforme o Parecer nº03/2004

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (Brasil, 2004b, p.2).

Isso se deve ao fato de que se entende que o Brasil é amplamente formado pela cultura e costume de diferentes povos, inclusive africano. Assim, com a estratégia de divulgação em principais meios de comunicação e grupos sociais, um dos fatores do Parecer está em combater o racismo e qualquer forma de discriminação à povos afro-brasileiros e africanos.

De acordo com o Parecer nº03/2004, pode-se destacar algumas ações educativas de combate ao racismo e discriminações. Apresentamos aqui algumas delas, tais como:

- A conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade;
- A crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las;
- Responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; [...]
- Participação de grupos do movimento negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial (Brasil, 2004b, p.10).

Tais princípios visam possibilitar diferentes posturas com relação a etnicidades e seus costumes, e esses necessitam ser conhecidos pelos alunos e por toda a sociedade afro-brasileira.

#### **4.4 Metodologias de ensino da Geografia para o enfrentamento do racismo**

Para o enfrentamento do racismo no ensino da Geografia, é necessário que sejam adotadas metodologias que considerem a diversidade étnico-cultural do país e que valorizem os saberes e conhecimentos dos diferentes grupos étnicos e culturais presentes no território brasileiro. O Componente Curricular de Geografia perpassa por todas as disciplinas de modo interdisciplinar, apresentando uma amplitude na sua visão de mundo e nas questões sociais. Nessa perspectiva, podemos citar alguns trechos dos princípios do Parecer nº 03/2004:

Estes princípios e seus desdobramentos mostram exigências de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas tradições culturais. É neste sentido que se fazem as seguintes determinações:

- - O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. [...]
- - Art. 26A, Lei 9394/1996: Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em

especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...]

- - O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil,[...](tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyra Falcão dos Santos, entre outros) (Brasil, 2004, p.11-13).

Nesse sentido, o ensino sobre África e relações raciais passam a serem conteúdos obrigatórios em sala de aula a partir da lei nº 10.639/03, fruto de reivindicações e articulações de ativistas negros no Brasil visando uma ampliação de saberes africanos e afrodescendentes que foram e ainda são parte fundamental da História dessa nação, bem como uma reflexão do lugar de subalternidade destinado a esse grupo (Gomes, 2006).

Assim, podemos perceber a multiplicidade das abordagens que a Geografia é capaz de contemplar sobre a África: o ensino de Geografia, a Geografia Regional, a Formação do Território Brasileiro, a Cartografia Africana, a Geopolítica Mundial, as Dinâmicas Demográficas, Organização do Espaço, Geografia Histórica, Geografia Ambiental, Geografia Física, Territorialidades quilombolas, Políticas Curriculares, Geografia Urbana dentre outros.

Essas diferentes perspectivas geográficas, além de se apresentarem como um grande nicho em sala de aula nos apontam a imensa diversidade presente no continente africano, diversidade esta que deve ser cada vez mais contemplada, tendo em vista que isso poderá contribuir no rompimento da história única de miséria, omissão, ignorância e a necessidade vital de tutela por parte dos colonizadores, sem falar não cabe apenas aos antropólogos e sociólogos utilizarem suas categorias de pesquisa em África, a ciência geográfica e suas múltiplas abordagens, pode e devem aumentar os estudos e as produções bibliográficas sobre Geografia da África.

Segundo Anjos (2005, p. 175) a geografia tem relegado um “[...] lugar insignificante e secundário [...] [...] à geografia africana em quase todos os sistemas e níveis de ensino. Sendo que nas aulas de geografia a África tem sido último conteúdo a ser estudado e com espaço bem menor que os outros blocos continentais, acontecendo que “muitas vezes o tempo escolar fica esgotado para o cumprimento do programa e, muitas vezes, a África não é estudada”.

A principal consequência dessa situação, criada pelos estereótipos negativos da África é que milhões de brasileiros negros são diretamente afetados, pois esses afrodescendentes sempre veem seus ancestrais e terra deles sem história própria, sem valores, sem importância, sempre a reboque de outros países. Nos ambientes escolares esta situação é ainda mais problemática, pois milhões de crianças afro- descendentes passam a se sentir inferiorizadas, virando motivos de piadas e preconceitos (Silva, 2007).

É diante desta situação colocada que estamos trazendo para o debate a necessidade de construção de uma Geografia da África que possa contribuir na desconstrução de preconceitos étnico-raciais que tem sido muito caro para uma parcela significativa da população brasileira, que apresentam algum grau de ascendência africana.

## 5 O ENSINO DA ÁFRICA POR MEIO DA GEOGRAFIA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA

### 5.1 Cenário da pesquisa

A Escola Municipal Raimundo Cunha, faz parte da composição da rede municipal de Matões do Norte, localizada no Povoado Pedras, a 40 km da zona urbana. Está inscrita no Código do INEP sob o número 21056765. A referida escola foi homenageada ao ilustre líder da família e fundadora da comunidade de Pedras, o senhor Raimundo Silvestre Cunha. A mesma foi construída em 1985 no Povoado Pedras que fazia parte do território municipal de Cantanhede na gestão do prefeito Hilton Amorim Rocha, sendo localizado às margens do Rio Tapuio.

A instituição passou por reforma em 1998, pois a estrutura inicial continha duas salas de aula, um pátio aberto e banheiros externos, e na mesma ofertava somente a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em 2002, a escola foi contemplada com o Ensino Fundamental dos Anos Finais, desta forma, houve motivação de pais e mães de discentes que residiam no povoado a se matricular e frequentar as aulas. Com o aumento de discentes, houve em 2006 uma nova reforma, onde a foi contemplada com mais duas salas de aula e um laboratório de informática e dois banheiros internos.

Em 2008 ocorreu a implantação do Ensino Médio, permitindo aos discentes sua conclusão no próprio povoado. Na página seguinte uma imagem da fachada da Escola Municipal Raimundo Cunha:

Figura 4- Escola Municipal Raimundo Cunha



Fonte: Pesquisa empírica, 2024

A Escola Municipal Raimundo Cunha faz parte da Rede Pública Municipal de Educação de Matões do Norte e contempla, o Ensino Fundamental (Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano, turno matutino; e os Anos Finais, do 6º ao 9º ano, turno vespertino). Ademais, no turno noturno, funciona o Ensino Médio de Educação Regular.

O corpo discente da instituição para o ano letivo de 2024 é composto por um total de 80 alunos, distribuídos entre os diferentes anos do ensino fundamental. No período da manhã, temos 34 alunos matriculados do 1º ao 5º ano, que são atendidos por 5 professores. Esse segmento atende crianças nas primeiras fases da escolarização, com um número de docentes adequado para proporcionar um acompanhamento próximo e de qualidade. O período vespertino contempla os alunos do 6º ao 9º ano, há 40 alunos matriculados, sendo atendidos por 8 professores. Essa distribuição contempla uma maior diversificação de disciplinas e um número maior de professores para atender às necessidades acadêmicas dessa faixa etária. A instituição possui estrutura física, distribuída em quatro salas de aula, equipadas com quadro branco, luminárias e ventilador; uma sala de diretoria/secretaria; uma sala de professores (as); uma cozinha; dois banheiros (masculinos e femininos) e um pátio com uma área reservada para o Cantinho da Leitura.

Figura 5 -Pátio da escola



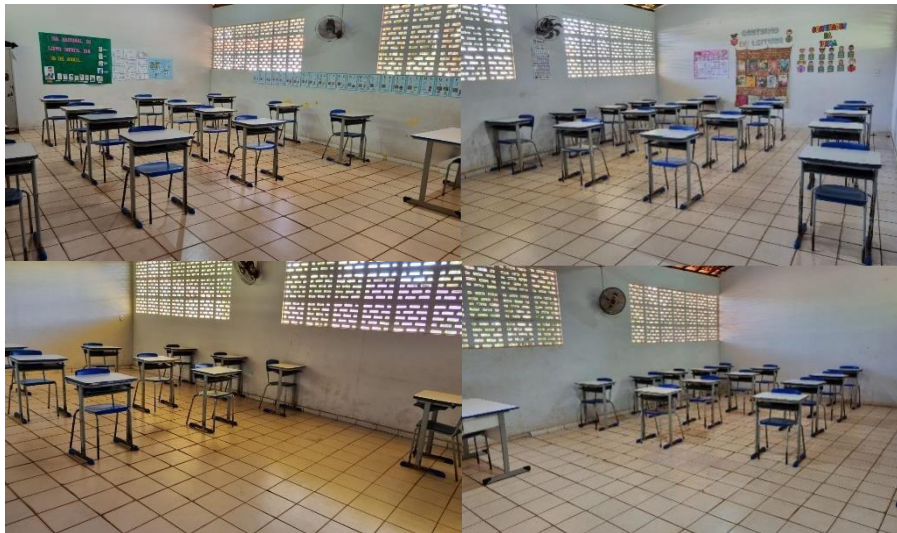
Fonte: Pesquisa empírica, 2024

Figura 6 -Sala da Diretoria/Secretaria e Sala dos Professores (as)



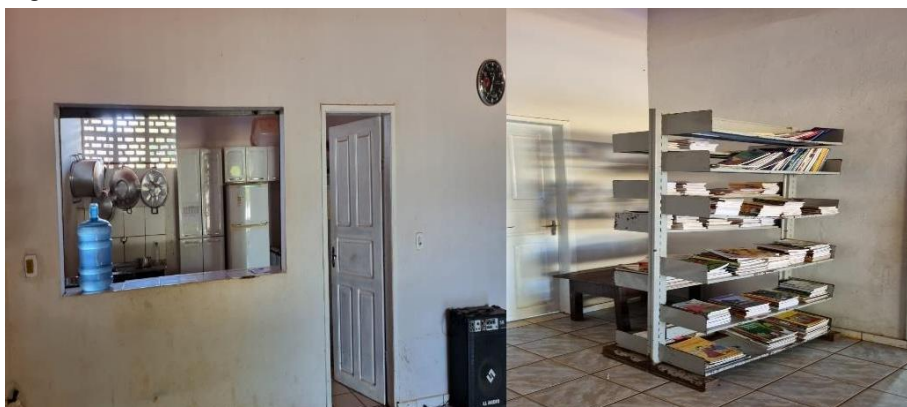
Fonte: Pesquisa empírica, 2024

Figura 7- Salas de aula



Fonte: Pesquisa empírica, 2024

Figura 8 - Cantina e Cantinho da leitura



Fonte: Pesquisa empírica, 2024

Figura 9 - Banheiros feminino e masculino



Fonte: : Pesquisa empírica, 2024

Os estudantes são de famílias que residem nos povoados de Pedras, São Francisco, Serra, Pimenta, Mariana, Santa Rita, Sapucaial, Primavera e arredores. Para os alunos que moram em áreas mais afastadas, o município oferece transporte escolar tanto para a ida quanto para o retorno, visando garantir o acesso e a permanência de todos na escola. O público estudantil e suas famílias pertencem a diferentes classes socioeconômicas, mas, em sua maioria, apresentam características de baixa renda. Na maioria das situações, dependem de benefícios sociais ou da agricultura de subsistência praticada na região.

Figura 10 -Localização do município de Matões do Norte no Maranhão



Fonte: [ibge.gov.br](http://ibge.gov.br).

Matões do Norte é um município localizado no estado do Maranhão, integrado à microrregião de Itapecuru Mirim e à mesorregião do Norte Maranhense.

O município apresenta um quantitativo de 17.432 habitantes de acordo com o Censo do IBGE/2022, distribuídos em uma área de 794,454 km<sup>2</sup>. A oficialização da criação deste município ocorreu em 1997.

## **5.2 Caminhos Metodológicos da pesquisa**

Para descrevermos a metodologia da nossa pesquisa, é essencial e relevante abordarmos tanto os aspectos teóricos quanto os práticos que orientaram o percurso de construção da investigação. A metodologia, enquanto campo de estudo, não apenas norteia o processo de coleta e análise de dados, mas também fundamenta os princípios e escolhas que moldam todo o trabalho. Assim, torna-se necessário apresentar as bases conceituais que sustentam a abordagem metodológica adotada, esclarecendo o contexto teórico que orienta a investigação. Esse processo envolve, ainda, a descrição das etapas práticas de desenvolvimento da pesquisa, que vão desde a definição do problema até a coleta e análise dos dados, garantindo uma visão integral e coerente do trabalho desenvolvido. Sabemos que a atividade principal da metodologia científica é a pesquisa, e é nessa perspectiva que a consideramos, como um processo de desenvolvimento de uma ação, que tem por finalidade, analisar um objeto, ou seja, um fenômeno. Neste sentido, este necessita ser compreendido a partir de respostas à luz de referenciais teóricos. (Chehuen Neto, 2012).

Segundo Richardson (1999), a pesquisa é uma metodologia de construção do conhecimento e tem como alvo principal gerar novos conhecimentos ou rejeitá-lo. Configura-se num processo de aprendizagem tanto do indivíduo que o concretiza, quanto da sociedade, na qual está se desenvolve. Sendo assim, por meio da pesquisa poderemos contribuir de forma significativa em uma determinada realidade, seja no campo educacional, ou em outras circunstâncias da sociedade.

Gerhardt e Souza (2009) afirmam que a metodologia científica parte de uma ideia de um estudo ordenado e coerente de uma metodologia empregada nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Dessa forma: o “método científico é um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados”. (Gerhardt e Souza, 2009, p.11).

Do exposto, a presente investigação iniciou um conjunto de fundamentações, principalmente bibliográficas, que terão ainda dados empíricos fundamentados, para as nossas futuras conclusões acerca do ensino de África nas aulas de geografia à luz da Lei nº 10.639/2003.

Conforme Bervian e Cervo (1996), as pesquisas são classificadas em pura e aplicada. Na pesquisa pura ou básica, "o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento" (Bervian e Cervo, 1996, p. 47). Assim, nesse tipo de pesquisa não há um interesse do pesquisador resolver ou intervir numa dada realidade.

Todavia a pesquisa aplicada, "o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos" (Appolinário, 2004, p.152). Ainda o citado autor acrescenta que as pesquisas aplicadas têm o objetivo de "resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas" " (Appolinário, 2004, p.152). As pesquisas em tela, podem estar podem assumir diferentes formas de coletas de dados que podem ser pesquisas do tipo: em laboratórios, pesquisa de campo, entrevistas, gravações em áudio e/ou vídeo, diários, questionários, formulários, análise de documentos etc. (Nunan, 1997; Michel, 2005; Oliveira, 2007).

A partir dos esclarecimentos sobre pesquisa pura e aplicada, informamos que a nossa pesquisa se constitui como uma pesquisa aplicada, haja vista que buscaremos contribuir com finalidades práticas por meio de um produto para ser trabalhado na Escola Municipal Raimundo Cunha no contexto do ensino de África nas aulas de geografia, tendo como delimitação a Lei nº 10.639/2003, assim como desenvolveremos uma pesquisa de campo, a qual faremos uso de instrumentos de coleta de dados para os participantes do estudo.

Acrescentamos que a nossa pesquisa está inserida no contexto dos mestrados profissionais, os quais desenvolvem exclusivamente a pesquisa aplicada. Neste sentido, o artigo 3º, Inciso III descreve que o mestrado profissional possibilita:

A incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicar os mesmos, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas específicos (Brasil, 2009, p. 2).

Quanto ao método de procedimento, que utilizamos foi o Estudo de Caso do tipo instrumental que é quando o interesse do pesquisador é elucidar um caso

particular (André, 2005). Assim, buscaremos ajudar os docentes que lecionam a disciplina de geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha no contexto da Lei nº 10.639/2003 por meio de um produto educacional, que será um Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana. Nesse sentido, temos o interesse particular de instrumentalizar a escola pesquisada com fundamentações teóricas e metodológicas acerca do ensino de Geografia do continente africano.

Os participantes da pesquisa serão a gestora escolar, o coordenador pedagógico, e a docente da disciplina Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do turno vespertino. A escolha dos Anos Finais do Ensino Fundamental se deu que, é no 8º Ano que os conteúdos são trabalhados de acordo com o currículo escolar contido no livro didático nessa série/ano. Quanto ao turno vespertino, é em função que as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental funcionam apenas no referido turno.

Utilizamos como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada que segundo Minayo (2010, p. 165), esse tipo de entrevista "é construída em torno de um corpo de questões do qual o entrevistador parte para uma exploração em profundidade". As entrevistas foram realizadas com a gestora escolar, o coordenador pedagógico e a docente da disciplina Geografia.

A finalidade desse instrumento é verificar as respostas dos participantes da pesquisa acerca do ensino sobre a África nas aulas de geografia à luz da Lei nº 10.630/03, bem como identificarmos se a docente de geografia desenvolve atividades ligadas à temática étnico-racial na referida disciplina.

Na pesquisa empírica que realizamos, utilizamos quadros de respostas, para analisar e interpretar os dados coletados. Conforme Barros (1990, p.84), os quadros de respostas são eficazes para representar informações não numéricas, e essa abordagem se mostrou especialmente útil em nosso contexto.

Durante a pesquisa, compilamos as respostas da gestora escolar, do coordenador pedagógico e da docente de Geografia. Os quadros de respostas foram fundamentais para evidenciar as percepções e experiências desses participantes em relação ao ensino da disciplina. Essa representação visual facilitou a comparação das opiniões e nos permitiu identificar padrões e divergências nas abordagens pedagógicas.

Essa combinação de ferramentas analíticas não só enriqueceu nossa interpretação dos dados, mas também nos proporcionou uma compreensão mais

profunda do contexto educacional. A integração das vozes da gestora, do coordenador e da docente permitiu um diálogo construtivo sobre os desafios e as oportunidades no ensino de Geografia, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e inovadoras. Ao final, os resultados obtidos abriram caminhos para futuras discussões e ações voltadas à melhoria da educação na área geográfica.

### **5.3 Análise e interpretação dos participantes da pesquisa**

#### **5.3.1 Vozes das docentes**

O objetivo dessa subseção é fazermos uma interpretação a partir das repostas dos participantes da pesquisa, porém ao iniciarmos essa tarefa, consideramos fundamental descrevermos os seus perfis. Por questões éticas de pesquisa, não revelamos os seus nomes verdadeiros, assim preferimos usar nomes fictícios de países africanos para a professora, o coordenador pedagógico e gestora escolar, pois assim, estamos garantindo o direito do anonimato. A razão de escolhermos países africanos para manter o anonimato dos pesquisadores se deve por conta da nossa pesquisa tratar sobre Geografia da África.

Gana<sup>9</sup> (Coordenador Pedagógico). É negro (cor parda). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. Especialista (Pós-Graduação Lato sensu) em Gestão e Supervisão Escolar. Gana tem 14 anos de trajetória no Magistério. E trabalha na Escola há 02 anos.

Uganda<sup>10</sup> (Gestora Escolar). É negra (cor parda). Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. Uganda está no cargo há 04 anos.

---

<sup>9</sup> Gana é um país localizado na África Ocidental, fazendo fronteira com a Costa do Marfim a oeste, Burkina Faso ao norte, Togo a leste e o oceano Atlântico ao sul. Sua capital é Acra, situada na costa sul do país. Gana foi o primeiro país da África Subsaariana a conquistar a independência do domínio colonial britânico, em 1957, sob a liderança de Kwame Nkrumah. Gana é também uma democracia multipartidária e um membro ativo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O inglês é o idioma oficial, e a moeda nacional é o cedi ganês (GHS) (Britanica, 2023).

<sup>10</sup> Uganda é um país localizado na região centro-leste da África, fazendo fronteira com o Sudão do Sul ao norte, Quênia a leste, Tanzânia ao sul, Ruanda a sudoeste e a República Democrática do Congo a oeste. Sua capital é Kampala. O país é conhecido por sua diversidade natural, incluindo o Lago Vitória

Quênia<sup>11</sup> (Docente). É negra (cor parda). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Latino-Americano de Educação- FLATED. Especialista (Pós-Graduação) em Psicopedagogia. Quênia tem uma trajetória de 12 anos de atuação na área do Magistério. E trabalha há 02 anos lecionando a disciplina Geografia na escola.

No dia 20 de maio de 2024 foi realizado a entrevista com os participantes da pesquisa (docente, coordenador pedagógico e gestora escolar). Assim, iniciamos nossa entrevista perguntando aos/as entrevistados/as suas opiniões acerca do que entendiam sobre a Lei nº 10.639/2003. Vejamos suas respostas:

Quadro 3 -Entendimento sobre a Lei nº 10.639/2003

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	“Sim. Esta Lei altera Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para incluir no currículo oficial da rede a obrigatoriedade da presença da temática “História Afro-brasileira e Africana”, uma grande conquista dos movimentos sociais e em especial movimento negro”.
<b>UGANDA</b>	“Essa Lei foi criada a fim de ressaltar a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira”.
<b>QUÊNIA</b>	“Muito não! conheço que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação como a temática “História e cultura Afro-brasileira”.

Fonte: Pesquisa empírica, 2024

De acordo com as respostas dos entrevistados/as, percebemos que a maioria tem conhecimento sobre a Lei nº 10.639/2003, como **Gana e Uganda**, todavia a professora **Quênia** tem um conhecimento superficial sobre a referida lei. Dessa forma, acreditamos que a falta do seu conhecimento pode ser atribuída a não conscientização sobre a importância de abordar temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula, assim como à sua limitada visibilidade no sistema educacional brasileiro. Conforme observado, essa falta de interesse e sensibilidade pode ser por conta de formações contínuas para os

---

— um dos maiores lagos de água doce do mundo — e por abrigar parte das montanhas Rwenzori e a nascente do rio Nilo. Culturalmente, Uganda é extremamente diversa, com mais de 50 grupos étnicos e uma rica herança de línguas, tradições e religiões. A língua oficial é o inglês, mas o suaili e várias línguas locais também são amplamente faladas (Cia.Gov, 2025).

<sup>11</sup> O Quênia é um país localizado na região oriental da África, banhado pelo Oceano Índico a sudeste. Faz fronteira com cinco países: Etiópia ao norte, Somália a leste, Tanzânia ao sul, Uganda a oeste e Sudão do Sul ao noroeste. Sua capital é Nairóbi, uma das cidades mais desenvolvidas da África. O território queniano é caracterizado por uma diversidade geográfica, incluindo savanas, montanhas e o famoso Vale do Rift, além de possuir parques nacionais que abrigam rica fauna africana. A economia do Quênia é uma das mais importantes da África Oriental, baseada principalmente na agricultura, turismo e, mais recentemente, no setor de tecnologia. O país também desempenha papel importante na diplomacia regional e nas operações de paz no continente africano (Cia.Gov, 2025).

professores, da falta de fiscalização por parte das instituições educacionais, e da escassez de recursos nos estabelecimentos de ensino para investir em materiais educativos adequados. Neste sentido:

A implementação da Lei nº 10.639/03 depende não apenas de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudança nos currículos das Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização no âmbito estadual e municipal, de formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais da educação e gestores(as) do sistema de ensino e das escolas. (Gomes, 2012, p. 24 e 25)

A declaração da professora **Uganda** pode indicar um reconhecimento da importância dessa temática, mesmo que ela ainda não tenha um conhecimento profundo sobre o assunto. Isso pode ser visto como uma oportunidade para ela se engajar mais na aprendizagem e no ensino dessa parte crucial da história brasileira, contribuindo para uma educação mais inclusiva e representativa. Dessa forma, a formação dos professores é extremamente essencial para que esta lei seja implementada nas escolas brasileiras.

Segundo Arroyo (2007, p.115):

É dever do Estado, através de políticas de Estado garantir o direito à cultura, identidade, diversidade dos coletivos étnico-raciais. É dever do Estado eliminar toda forma de racismos instituídos. Insistir numa espécie de conversão dos educadores, limpando de sua mente todo tipo de resquício de racismo sem elevar esses processos ao nível de políticas de Estado pode revelar uma visão do racismo apenas personalizado nos agentes escolares, nos produtores de material ou nas editoras, perdendo de vista os perversos processos estruturais que o produzem e reproduzem, nas estruturas de poder, nas políticas, nas estruturas da sociedade, no sistema normativo e legal.

Em continuidade à entrevista perguntamos aos/as entrevistados/as que falassem sobre a Lei nº 10.639/2003. Eis as respostas na página seguinte:

Quadro 4 - Falas sobre a Lei nº 10.639/2003

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	“É uma legislação importante para o contexto brasileiro, contribui para promover a igualdade racial ao reconhecer e valorizar a história, cultura e contribuições dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, e assim ajudar a combater o racismo”.
<b>UGANDA</b>	“Essa Lei Federal estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio”.
<b>QUÊNIA</b>	“A Lei nº 10.639/03 tem no currículo como obrigatoriedade tem a temática da história e da cultura Afro-brasileira e tornada obrigatória nas escolas”.

Fonte: Pesquisa empírica, 2024

O quadro de respostas aponta que as afirmações coletadas na entrevista refletem diferentes perspectivas sobre a importância e os impactos da legislação que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. A afirmação de **Gana** destaca a relevância da Lei nº 10.639/2003 na promoção da igualdade racial ao reconhecer e valorizar a história e cultura afro-brasileira. De fato, a legislação visa corrigir distorções históricas e promover uma educação mais inclusiva, que reconheça a contribuição dos afrodescendentes para a sociedade brasileira. No entanto, a implementação efetiva e a qualidade do ensino dessa temática podem variar significativamente entre as escolas e regiões do Brasil. Além disso, é necessário avaliar se a simples inclusão no currículo está de fato contribuindo para a redução do racismo estrutural e para uma sociedade mais igualitária. Assim, segundo o Parecer nº 04/2004

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira. (Brasil, 2004a, p.74).

A afirmação de **Uganda** destaca o aspecto da Lei nº 10.639/2003, que obriga a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. É importante reconhecer que a obrigatoriedade é um passo necessário para garantir que todos os estudantes tenham acesso a esse conhecimento. Contudo, a implementação pode variar, e há desafios relacionados à formação de professores, disponibilidade de material didático adequado e tempo dedicado a essa temática nas escolas. Além disso, a simples inclusão no currículo não garante que o conteúdo seja abordado de maneira significativa ou eficaz para os alunos.

Segundo o Parecer Nº 03/2004, é essencial que nas escolas se desenvolvam abordagens pedagógicas que promovam a identidade afro-brasileira ao longo de todo o ano letivo, não se limitando a ocasiões comemorativas (Brasil, 2004a). Isso visa não apenas cultivar um senso de orgulho racial entre os estudantes negros,

mas também encorajar os estudantes brancos a reconhecerem e respeitarem a comunidade negra.

E por fim, a entrevistada **Quênia** reforça a ideia de que a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Isso é crucial para corrigir lacunas históricas e promover uma educação mais inclusiva e diversificada. No entanto, é importante considerar que a implementação dessa obrigação varia consideravelmente entre as diferentes escolas e redes de ensino no Brasil. Muitas escolas ainda enfrentam desafios na capacitação de professores, na adaptação dos currículos e na alocação de recursos para efetivar essa inclusão de maneira significativa. Concordamos com a ideia de (Souza, Jesus, et.al. 2023, p.32) quando descreve:

A formação e capacitação continuada dos professores pretende prioritariamente, qualificar profissionais comprometidos com a nova perspectiva social, inclusiva e de reparação histórica, por essa razão, desenvolver conteúdos focados na temática da Lei 10.639/03, e no reconhecimento e valorização da cultura Africana e afro-brasileira é uma forma de intervenção positiva em todos os campos do saber intelectual. Sendo dentro da área da Educação uma das mais relevantes ações afirmativas, pois dialoga também com a reformulação das mentalidades e construção de uma memória coletiva que resgate histórias silenciadas de sujeitos sociais que foram deliberadamente ocultados das páginas dos livros de história.

A Lei nº 10.639/2003 é crucial para integrar história e cultura afro-brasileira no ensino, corrigindo distorções históricas e promovendo uma educação mais justa. No entanto, sua eficácia depende da implementação adequada e da qualidade do ensino. É essencial investir em políticas públicas que apoiem a formação de professores, o desenvolvimento de materiais inclusivos e a avaliação constante dos impactos na educação e na sociedade. Assim, perguntamos aos/as entrevistados/as o que sabem sobre Geografia Africana. Eis suas respostas:

Quadro 5 - O que sabem sobre Geografia africana?

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	"Sei que a Geografia Africana tem uma grande variedade de características físicas, mas como ainda não fiz uma pesquisa ou estudo aprofundado sobre isso, não tenho propriedade para falar sobre a Geografia Africana".
<b>UGANDA</b>	"É banhada pelo oceano Índico, o clima predominante é tropical, sendo as savanas, florestas e estepes as formações vegetais observadas na região".
<b>QUÊNIA</b>	"Geografia africana apresenta em quase todo o seu território como na região do deserto do Saara, temos os hábitos costumes e muito mais".

Fonte: Pesquisa empírica, 2024

Consideramos que a entrevistada **Quênia** respondeu de forma superficial o que compreende acerca da geografia africana. A resposta de **Gana** demonstra humildade epistemológica ao reconhecer limitações no conhecimento específico sobre Geografia Africana devido à falta de conhecimento aprofundado. É positivo que a entrevistada não tenha se aventurado a falar sem propriedade sobre o assunto. No entanto, poderia ter mencionado algum conhecimento geral ou tópicos que sabe sobre a geografia do continente, mesmo que superficialmente.

A resposta de **Uganda** fornece informações específicas sobre aspectos geográficos da África, como sua localização geográfica em relação ao oceano Índico e as características climáticas predominantes, além das formações vegetais como savanas, florestas e estepes. No entanto, foca mais em aspectos climáticos e vegetação do que em aspectos culturais, econômicos ou sociais da geografia africana, que também são importantes para uma visão abrangente.

A entrevistada **Quênia** menciona a vastidão geográfica da África, incluindo o deserto do Saara como uma característica proeminente. Também faz referência aos "hábitos costumes e muito mais", embora seja vago e não especifica quais são esses hábitos e costumes. A resposta poderia ser mais precisa ao detalhar aspectos específicos da geografia física e humana da África.

Todavia, as respostas vagas dos entrevistados sobre a geografia africana e suas peculiaridades destacam a lacuna de conhecimento e a falta de profundidade na abordagem do tema. Isso evidencia o racismo epistêmico presente no currículo escolar, que perpetua desde a formação inicial até a formação continuada dos educadores.

O Racismo epistêmico refere-se à desvalorização, marginalização ou exclusão sistemática dos conhecimentos, saberes e formas de pensamento produzidos por povos não europeus ou fora do cânone ocidental. É um tipo de racismo que opera no campo do conhecimento, considerando o saber europeu como universal e superior, enquanto invisibiliza ou inferioriza outras epistemologias, como as indígenas, africanas ou orientais. Esse racismo se manifesta, por exemplo, na predominância de autores europeus nos currículos acadêmicos, na desvalorização de saberes tradicionais e na falta de reconhecimento das contribuições intelectuais de povos subalternizados (Quijano, 2005).

Na perspectiva de chancelarmos que o racismo epistêmico ainda é muito forte na educação brasileira, trazemos uma citação de Nunes (2004, p.29) quando descreve a ideia preconcebida do continente americano em séculos passados pelos europeus, vejamos:

Há ainda também vários preconceitos em relação à formação das Américas, pois vários intelectuais sem mesmo conhecer o novo mundo faziam descrições de cunho discriminatório negativo. Como exemplo temos o naturalista Conde de Buffon (1749) que dizia que o continente americano era débil e imaturo, uma vez que através dos relatos e das pinturas sobre a América não havia animais de grande porte como no continente africano (elefantes e girafas) e sim animais de pequeno porte como répteis e insetos. A outra tese que dava sustentação da imaturidade da América seria a de que os homens não possuíam pêlos e tinham cabelos lisos como de um recém-nascido. Desta forma, Buffon chegou a conclusão de que o continente americano era jovem, em processo de formação.

A ideia preconcebida da citação, acima, encaminha-se para um racismo epistêmico no sentido dos europeus, a partir do seu modo de vida, passará a hierarquizar negativamente os indígenas americanos, representando-os de forma pejorativa.

No ambiente escolar, persistem diálogos e práticas uniformes onde as particularidades culturais, históricas e identitárias de grupos étnicos não recebem o devido reconhecimento, embora façam parte do contexto educacional. Em resumo, é essencial que os professores estejam bem informados sobre questões relacionadas ao racismo, práticas eurocêntricas e a necessidade de desmontá-las.

Assim, segundo Cavalleiro (2006, p. 23):

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos(as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais.

Em páginas anteriores, explicamos que o principal objetivo da Lei nº 10.639/2003 é promover o ensino da história e cultura da população afro-brasileira e africana. Com base nisso, buscamos entender como a Escola Municipal Raimundo Cunha está incorporando esses princípios no seu trabalho pedagógico, especificamente no ensino de Geografia. Assim, questionamos os/as entrevistados/as como incluem conteúdos relacionados à Geografia Africana no planejamento e na prática pedagógica. Vejamos a respostas dos/as entrevistados/as:

Quadro 6 - A inclusão de conteúdos relacionados à Geografia Africana no planejamento e prática pedagógica da escola. Como essa abordagem tem sido aplicada?

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	“Na organização da escola Raimundo Cunha o ensino de Geografia não tem focado em uma geografia africana. O conteúdo é agregado no currículo de forma mais superficial”.
<b>UGANDA</b>	“Ainda trabalhamos somente a geografia geral”.
<b>QUÊNIA</b>	“Sim. Falando sobre os hábitos a história dos povos indígenas”.

Fonte: Pesquisa empírica, 2024

As falas apresentadas revelam uma preocupação com o ensino de Geografia nas escolas, especificamente na perspectiva de inclusão da Geografia Africana e de outros aspectos específicos da geografia local e global.

A declaração de **Gana** indica que na Escola Raimundo Cunha, o ensino de Geografia não tem focado devidamente a Geografia Africana. Isso sugere que há uma lacuna no currículo onde a Geografia do continente africano não recebe a devida atenção. O conteúdo é descrito como superficial, o que implica que os estudantes podem não estar sendo expostos suficientemente aos aspectos geográficos, históricos e culturais da África. Esta falta de foco pode resultar em uma visão limitada e incompleta do mundo para os alunos.

A referência à "geografia geral" pela entrevistada **Uganda** sugere que o ensino atual se concentra em conceitos gerais de Geografia, possivelmente abrangendo tópicos globais e não específicos de uma região ou continente em particular. Isso pode indicar uma abordagem mais genérica e universal da disciplina, sem uma profundidade adequada em termos de contextos regionais específicos, como a Geografia Africana.

Gomes (2012) argumenta que as escolas, historicamente, reproduzem o racismo e têm dificuldade em lidar com a diversidade. A Lei nº 10.639/2003, que incentiva o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena tem tido resistência nas práticas escolares, marcadas pelo mito da democracia racial.

E por fim, a fala da entrevistada **Quênia** menciona a história e os hábitos dos povos indígenas, o que pode refletir uma tentativa de incorporar aspectos culturais e históricos locais no ensino. No entanto, não fica claro se isso está integrado diretamente ao currículo de Geografia ou se é uma iniciativa separada. A menção aos "hábitos" e à "história" sugere uma tentativa de ampliar o entendimento dos alunos sobre a diversidade cultural e histórica de seu próprio país ou região. Santomé (2011,

p. 40) aponta que, comumente, o ensino sobre diversidade nas escolas se limita a um tratamento superficial e estereotipado, transformando temas complexos em "souvenirs culturais". Essa abordagem, que desconecta a diversidade da vida cotidiana, naturaliza as desigualdades e impede uma compreensão profunda das diferentes realidades sociais.

Em continuidade a nossa entrevista, questionamos aos participantes da pesquisa como avaliam a possibilidade de se trabalhar conteúdos sobre Geografia Africana na Escola Municipal Raimundo Cunha. Vejamos as suas respostas:

Quadro 7 - Como avaliam a possibilidade de se trabalhar conteúdos sobre Geografia Africana na Escola Municipal Raimundo Cunha?

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	“A escola buscará meios para trabalhar os conteúdos sobre a Geografia Africana, pois esse assunto trará muitos benefícios para o Currículo da escola”.
<b>UGANDA</b>	“É de total importância o trabalho de Geografia Africana, pois o estudo do mesmo possibilita descobrir como nos tornamos esse povo multifacetado, como várias culturas, formado por europeus, ameríndios e africanos todos com iguais papéis nesse processo”.
<b>QUÊNIA</b>	“Sim. Muito bom para falar a importância de cada povo e cultura”.

Fonte: Pesquisa empírica, 2024

As respostas de **Gana**, de **Uganda** e de **Quênia** demonstram um interesse e uma abertura em relação à possibilidade de trabalhar conteúdos sobre a Geografia Africana na escola. No entanto, cada um deles apresentam uma perspectiva e justificativa distintas para essa afirmação. **Gana** destaca os benefícios que o estudo da Geografia Africana pode trazer para o currículo escolar, sem especificar quais seriam esses benefícios. Sua resposta indica uma visão positiva sobre o tema, mas carece de maiores detalhes sobre como ela enxerga a implementação desse conteúdo em sala de aula. **Uganda** apresenta uma visão mais complexa e histórica sobre a importância do estudo da África. Ela destaca como o conhecimento sobre a história e a cultura africanas pode contribuir para a compreensão da formação do povo brasileiro, que é resultado da miscigenação de diferentes culturas, incluindo a africana. Sua resposta demonstra uma compreensão mais profunda das implicações do estudo da África para a identidade nacional. Neste sentido:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que

se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (Silva. 1996, p. 23)

**Quênia** é mais concisa e geral. Ela afirma que o estudo da África é importante para falar sobre a importância de cada povo e cultura, sem aprofundar em detalhes específicos. Sua resposta indica uma concordância com a ideia de trabalhar a diversidade cultural, mas não explora as especificidades do continente africano. De acordo com Sacramento (2014, p. 87):

A presença da África no Brasil manifesta-se em múltiplas dimensões de nossa sociedade. Está na religiosidade, no respeito aos ancestrais, na oralidade, nas palavras que usamos, nos hábitos alimentares, na ancestralidade, nos modos de organização comunitária, na musicalidade e na diversidade de manifestações culturais, como o samba de roda, o tambor de crioula, a capoeira, o jogo no sudeste.

Em continuidade à entrevista, perguntamos aos entrevistados de que forma os estudos de Geografia Africana podem contribuir para a formação dos discentes na Escola Municipal Raimundo Cunha. Assim, responderam:

Quadro 8 -De que forma os estudos de Geografia Africana podem contribuir para a formação dos discentes na Escola Municipal Raimundo Cunha.

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	"O professor por essência deve ser investigador e agregador ao estudo de Geografia Africana na formação dos discentes contribuirá para a escola e vida social de todos".
<b>UGANDA</b>	"Fazer com que os alunos conheçam as suas origens, cultura e a sua importância dentro desse processo".
<b>QUÊNIA</b>	"Com uma formação de um povo sem preconceitos".

Fonte: Pesquisa empírica, 2024.

A análise da fala da professora **Quênia** revela diferentes perspectivas sobre o papel dos estudos de Geografia Africana na formação dos discentes da Escola Municipal Raimundo Cunha. **Gana** a partir de sua fala "o professor por essência deve ser investigador e agregador" destaca a importância do papel do educador como um facilitador do conhecimento.

A proposição de que o estudo da Geografia Africana contribui para a escola e vida social de todos sugere que a educação não deve ser vista apenas como um meio de transmitir conteúdo, mas como um processo que promove a coesão social e a conscientização crítica. Essa visão alinha-se com abordagens pedagógicas contemporâneas que enfatizam a formação de cidadãos críticos e participativos.

Assim, a abordagem educacional deve considerar a realidade social do estudante e, nesse sentido, atuar como um guia e agente de transformação. Nessa perspectiva, Luckesi (1994, p. 30), entende que:

A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática.

**Uganda** destaca que a ênfase em fazer com que os alunos conheçam suas "origens, cultura e a sua importância" reflete uma abordagem centrada na identidade cultural. O reconhecimento das raízes e da história dos alunos é fundamental para a construção da autoestima e do pertencimento. Essa perspectiva está alinhada com teorias educacionais que defendem a valorização da cultura local como um componente essencial na formação educacional, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. De acordo com Dias (2010, p.25):

Para que o aluno negro se veja de maneira positiva é fundamental o autorreconhecimento como ser histórico e social que se (re) constrói na convivência com o outro e o conhecimento de sua origem e suas raízes. É preciso que nossos alunos não se envergonhem de sua identidade, o que pode ser trabalhado através da valorização do povo negro nas práticas pedagógicas, na apresentação do negro também como personalidade positiva [...].

**Quênia** nos revela que a ideia de "formação de um povo sem preconceitos" implica uma função emancipadora da educação. A Geografia Africana pode, assim, servir como uma ferramenta para desconstruir estereótipos e promover a inclusão. Essa resposta aponta para a necessidade de uma educação que não apenas informe, mas que também transforme, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Rocha (2008, p. 58):

Considerando a Escola como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógico que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem. Docentes e técnicos podem "pôr abaixo" grande parte dos entraves interpostos às populações afro-descendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania. A apresentação positiva da História e da cultura dessas populações e uma das estratégias a serem colocadas em prática de modo efetivo e consecutivo.

A escola é um espaço vital para a desconstrução de estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias. Ao disponibilizar instrumentos pedagógicos que incentivam essa reflexão, a escola se transforma em um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma consciência crítica entre alunos e educadores.

A proposta de apresentar a História e a cultura dessas comunidades de forma positiva é uma estratégia fundamental. Essa abordagem não apenas enriquece a diversidade cultural, mas também ajuda a construir uma identidade mais inclusiva e representativa na sociedade. A implementação contínua e eficaz dessas práticas é crucial para garantir que os alunos não apenas reconheçam, mas também celebrem a riqueza das contribuições afrodescendentes, contribuindo para um ambiente escolar mais justo e equitativo. Continuando a nossa entrevista, questionamos aos entrevistados se a Escola Municipal Raimundo Cunha tem promovido formações continuadas para o professor de Geografia no contexto de Geografia Africana.

Vejamos as suas respostas a seguir:

Quadro 9 - A Escola Municipal Raimundo Cunha tem promovido formações continuadas no contexto de Geografia Africana.

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	"Ainda não foi promovido formações continuadas para essa temática. A escola até então, não tinha observado a necessidade de promover formações para tal tema".
<b>UGANDA</b>	"Sim. Formações pedagógicas".
<b>QUÊNIA</b>	"Sim. Formação pedagógica, PPP".

Fonte: Pesquisa empírica, 2024

**Gana** indica que não foram promovidas formações continuadas sobre Geografia Africana. A afirmação de que "a escola até então, não tinha observado a necessidade de promover formações para tal tema" sugere uma falta de conscientização sobre a importância desse conteúdo na formação docente. Essa ausência pode refletir um cenário em que a educação multicultural e a valorização da diversidade cultural ainda não estão plenamente integradas no currículo escolar. A falta de ações formativas pode levar a uma perpetuação de estereótipos e à marginalização de temas relevantes.

**Uganda** afirma positivamente sobre a existência de "formações pedagógicas" indica uma iniciativa por parte da escola para capacitar os professores no ensino de Geografia Africana. No entanto, a falta de detalhes sobre a frequência, conteúdo e abordagem dessas formações limita a compreensão da efetividade dessas iniciativas. A menção genérica de "formações pedagógicas" sugere que, embora haja um reconhecimento da necessidade de capacitação, a profundidade e a especificidade das formações podem ser pontos a serem explorados. De acordo com Nascimento e Silva (2024, p. 60):

Tanto a história quanto a geografia brasileiras possuem uma relação com a África ainda pouco discutida nas salas de aulas, seja no ensino superior, nos cursos de formação inicial docente, seja nas salas de aulas do ensino fundamental e médio. Mesmo sendo o país com o maior contingente de pessoas negras fora do continente africano, no Brasil ainda impera uma visão eurocêntrica de educação que privilegia o estudo da história e geografia da Europa. Algumas ações visando alterar esse quadro de subalternidade ao qual foi relegada a contribuição da população africana e afrodiaspórica foram conquistadas sobretudo pela luta dos movimentos negros brasileiros e sua inserção em espaços estratégicos de luta, como o Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Educação, entre outros.

**Quênia**, assim como Uganda, confirmam a realização de "formação pedagógica" e menciona "PPP" (provavelmente referindo-se ao Projeto Político Pedagógico da escola). Isso sugere uma abordagem mais estruturada em relação à formação docente, indicando que a escola está alinhada com um planejamento que considera a inclusão de temas de Geografia Africana. No entanto, seria importante entender como esses elementos são implementados na prática e de que forma os professores estão sendo preparados para abordar esses conteúdos.

Sobre isso, Nascimento e Silva (2024, p. 60) descrevem:

Quando se trata de abordar a educação das relações étnico-raciais na geografia, escolar ou acadêmica, não é difícil escutar que este é um tema imposto "de cima para baixo" numa referência à obrigatoriedade desta temática em decorrência da aprovação das legislações e diretrizes anteriormente citadas. Seja por desconhecimento, ou para assegurar privilégios e/ou mesmo para evitar deslocamentos epistemológicos, há uma constante negação da relação entre a questão étnico-racial e os saberes produzidos pela Geografia. No entanto, a raça é uma temática que está interligada à disciplina desde os primeiros esforços de sistematização dessa ciência

As respostas evidenciam um contraste significativo nas percepções sobre as formações continuadas em Geografia Africana na Escola Municipal Raimundo Cunha. Enquanto uma das professoras aponta para uma falta de ações nesse sentido, as outras confirmam a existência de iniciativas formativas. Essa disparidade destaca a necessidade de um diagnóstico mais aprofundado sobre a implementação de formações e a efetividade delas na prática pedagógica. Além disso, a promoção de um diálogo entre os educadores pode contribuir para a construção de um currículo mais inclusivo e representativo, que valorize a cultura e a História africanas de maneira consistente.

Finalizando a nossa entrevista perguntamos aos entrevistados quais são os desafios de se trabalhar a Geografia Africana no ensino de Geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha. Eis as respostas:

Quadro 10 - Quais são os desafios de se trabalhar a Geografia Africana no ensino de Geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha. Eis as respostas:

PARTICIPANTE	RESPOSTAS
<b>GANÁ</b>	“A escola Raimundo Cunha não dispõe de alguns materiais que seria muito útil ao trabalhar essa temática como: televisão, data-show e mapas”.
<b>UGANDA</b>	“A falta de recurso pedagógicos”.
<b>QUÊNIA</b>	“Até agora nunca tive nenhuma dificuldade em trabalhar com os alunos”.

Fonte: Pesquisa empírica, 2024.

A análise das respostas dos entrevistados sobre os desafios de trabalhar a Geografia Africana no ensino de Geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha revela diferentes perspectivas e situações. Segundo **Gana**, a falta de materiais didáticos essenciais, como televisão, data-show e mapas são presentes na escola. Isso indica que a carência de recursos tecnológicos e visuais pode dificultar a abordagem de temas complexos que enriquece as aulas, essa ausência de materiais pode limitar a capacidade dos alunos de se engajar com o conteúdo. De acordo com Ramos (2012), os recursos tecnológicos atuam como instrumentos inovadores na relação entre ensino e aprendizagem. Eles são empregados como ferramentas em práticas pedagógicas mediadas pelo professor, envolvendo os alunos nas atividades em sala de aula durante o processo de aprendizado.

**Uganda** também aponta para a falta de recursos pedagógicos. Essa repetição do desafio sugere que a escola enfrenta um problema generalizado na disponibilização de ferramentas didáticas. A falta de recursos pode impactar diretamente a qualidade do ensino, tornando mais difícil para os professores transmitirem informações de forma eficaz. Segundo Araújo e Batista (2004), a ausência de recursos didáticos pedagógicos pode restringir e desmotivar o professor em sua atuação, resultando, entre outros efeitos, no desinteresse dos alunos.

E por fim **Quênia** menciona que não teve dificuldades em trabalhar com os alunos. Essa perspectiva positiva pode indicar que, apesar da falta de recursos, ela encontrou formas de engajar os alunos, talvez através de métodos alternativos de ensino ou da construção de um ambiente de aprendizado favorável. Isso também pode refletir uma adaptação das práticas pedagógicas às condições disponíveis. Segundo Falavigna (2009, p.83:

É muito importante o uso de meios e recursos didáticos variados como alternativas criativas dos professores na apresentação e desenvolvimento de determinados temas em sala de aula, proporciona ao aluno melhores condições de aprendizagem

Os recursos didáticos são fundamentais para o ensino de Geografia, pois asseguram uma melhor qualidade na educação ao promover um aprendizado mais significativo e interativo. Esses recursos incluem mapas, globos, materiais audiovisuais, softwares educativos, além de atividades práticas e saídas de campo, todos essenciais para que os alunos possam visualizar e compreender melhor os conteúdos geográficos.

A utilização de mapas e globos, por exemplo, facilita a compreensão de conceitos espaciais, como localização, escala e distribuição de fenômenos naturais e humanos. Recursos audiovisuais, como documentários e animações, podem trazer contextos históricos e culturais que enriquecem o entendimento das dinâmicas sociais e ambientais. Além disso, o uso de tecnologias digitais, como aplicativos de geolocalização e plataformas interativas, pode estimular o engajamento dos alunos e proporcionar uma experiência de aprendizado mais rica e atualizada.

Outra vantagem dos recursos didáticos é que eles atendem a diferentes estilos de aprendizagem, permitindo que alunos com diversas habilidades e preferências se sintam mais incluídos no processo educacional. Atividades práticas, como projetos de pesquisa ou visitas a locais relevantes, não só tornam o aprendizado mais dinâmico, mas também ajudam os alunos a relacionar os conceitos estudados com a realidade ao seu redor.

Ademais, a escolha e a utilização adequada dos recursos didáticos podem fomentar o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas. Ao interagir com diferentes tipos de materiais, os alunos são incentivados a questionar, investigar e formular hipóteses sobre os fenômenos geográficos, promovendo um pensamento mais analítico.

Portanto, a integração de recursos didáticos variados no ensino de Geografia é essencial para criar um ambiente de aprendizagem estimulante, que valoriza a curiosidade dos alunos e fortalece a compreensão dos conteúdos, contribuindo assim para uma educação de maior qualidade.

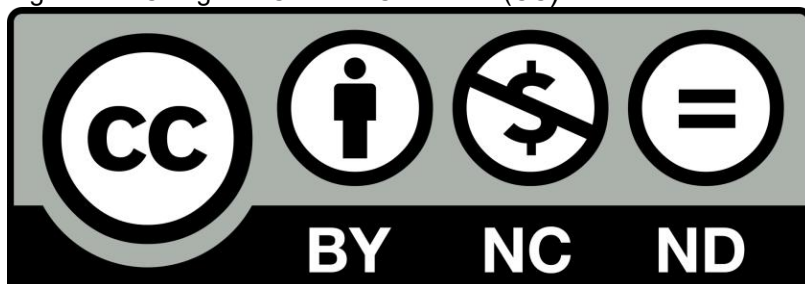
## 5.4 Organização do Caderno de Orientações Pedagógicas

O Produto Educacional da nossa pesquisa é um Caderno de Orientações Pedagógicas, intitulado: Ações Pedagógicas para o Ensino de Geografia da África. A proposta do Caderno de Orientações é fornecer sugestões de ações pedagógicas e didáticas aos docentes de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com o objetivo de apoiar o trabalho com conteúdos relacionados à geografia africana.

O Caderno de Orientações Pedagógicas está sob a licença do Creative Commons (CC) com atribuições que permitem compartilhamento, desde que seja atribuído o crédito de autoria (**BY**), sem permissão para alteração de seu conteúdo (**ND**); não permite sua utilização para fins comerciais (**NC**).

Na página seguinte, A Figura 11 mostra as instruções do código do Creative Commons (CC):

Figura 11 - Código do Creative Commons (CC)



Fonte: Site CC (2024)

O Caderno de Orientações Pedagógicas possui 67 páginas, dividido nos seguintes capítulos, a saber:

- 1 Introdução
- 2 África: contexto natural, divisão regional e economia
- 3 A África em regiões: diversidade geográfica
- 4 Os limites territoriais da África
- 5 Considerações Finais

Além dos referidos capítulos, o Caderno possui na parte dos elementos pós-textuais as **Referências** e uma **biografia curricular** sobre os seus autores: Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa e Antonio de Assis Cruz Nunes.

A organização dos capítulos dos conteúdos do Caderno (2, 3 e 4), excetuando-se a Introdução e as Considerações Finais, foram organizados da seguinte forma:

- ✓ Vamos conhecer o Conteúdo?
- ✓ Sugestões Didáticas sobre Geografia Africana
- ✓ Filmes sobre Geografia Africana
- ✓ Documentários sobre Geografia Africana
- ✓ Livros sobre Geografia Africana

Passaremos a descrever sobre o Caderno de Orientações Pedagógicas para o Ensino de Geografia Africana.

A capa consistiu do mapa do continente africano contendo a sua fauna característica e faixas das cores dos países africanos. Eis a capa:

Figura 12 — Capa do Caderno de Orientações Pedagógicas



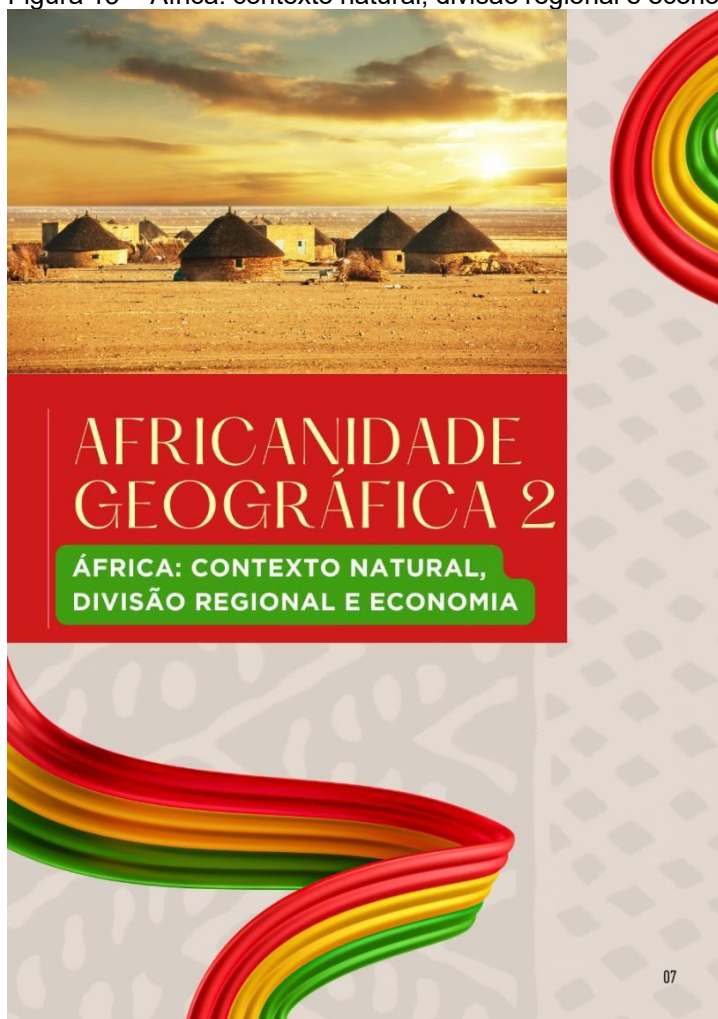
Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O Capítulo 2, intitulado **África: contexto natural, divisão regional e economia**, no tópico **Vamos conhecer o Conteúdo?** apresenta uma contextualização físico-natural do continente africano, abordando aspectos do relevo,

clima, hidrografia e vegetação. Além disso, trata da divisão regional da África, com base em critérios geográficos e político-econômicos, e discute os principais blocos econômicos existentes no continente.

Na página seguinte há a imagem do título do capítulo 2:

Figura 13 -- África: contexto natural, divisão regional e economia



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O Capítulo 2 inicia com o conteúdo falando sobre o continente africano, descrevendo: “O continente africano é visto como o berço da humanidade, uma vez que as evidências mais antigas da presença do gênero Homo (que inclui os seres humanos) foram descobertas em regiões que hoje pertencem ao Quênia e à Tanzânia” (Sousa; Nunes, 2024, p.8). Em seguida mostra uma imagem do mapa do continente africano. Eis:

Figura 14 -- Mapa do continente africano



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

Ainda no tópico **Vamos conhecer o conteúdo?** Há um mapa que apresenta as línguas coloniais e oficiais faladas no continente africano, como: inglês, francês, português, espanhol e árabe. Além dessas línguas, o mapa também destaca outras famílias linguísticas nativas do continente, como:

**a) Línguas afro-asiáticas:**

Predominantes no norte da África (Egito, Argélia, Marrocos, entre outros).

Alguns exemplos incluem:

Amárico – falado na Etiópia

Somali – falado na Somália

Berbere (com diversos dialetos) – falado no Marrocos, Argélia e Líbia

**b) Línguas nilo-saarianas:**

Faladas em partes do Chifre da África, além do Sudão, Sudão do Sul, Chade e regiões vizinhas. Entre os principais idiomas, destacam-se:

inka e Nuer – falados no Sudão do Sul

Kanuri – falado na Nigéria, Níger e Chade

No Caderno de orientação foi colocado um mapa das línguas faladas no continente africano, eis:

Figura 15 - Mapa de línguas faladas no continente africano



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O Caderno de Orientações Pedagógicas também apresenta um mapa com a divisão política do continente africano, com o objetivo de auxiliar os docentes de Geografia a desconstruírem, junto a seus discentes, a ideia de que existe uma única África. Na verdade, há diversas **Áfricas** dentro de um mesmo continente. Assim, o continente africano está dividido em cinco regiões, a saber: África Setentrional, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional. Eis o mapa correspondente na Figura 16:

Figura 16 — Mapa da regionalização do continente africano



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

Também ainda no tópico 1 do capítulo 2 sobre **Vamos conhecer o Conteúdo?**, há a descrição sobre a hidrografia do continente africano. O texto do Caderno descreve:

A hidrografia africana é marcada pela presença de alguns dos rios mais importantes do mundo. O Rio Nilo, o segundo mais longo do planeta, nasce no Lago Vitória e segue em direção ao norte, desaguando no Mar Mediterrâneo (Sousa; Nunes, 2024, p.12).

A Figura 17 a seguir, o mapa da hidrografia do continente africano:

Figura 17- Mapa da hidrografia do continente africano



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No tópico “**Sugestões Didáticas sobre Geografia Africana**”, presente no Capítulo 2 do Caderno de Orientações Pedagógicas, são apresentadas propostas que

buscam aprofundar a compreensão dos estudantes sobre a complexidade histórica, política, geográfica e cultural do continente africano, indo além de visões estereotipadas ou reducionistas. A abordagem sugerida enfatiza a necessidade de contextualizar os processos de colonização e descolonização, destacando os impactos geográficos e políticos deixados pela dominação europeia. Nesse sentido, o documento propõe que o ensino dessa temática considere as consequências da partilha territorial imposta pelas potências colonizadoras, os conflitos étnicos e fronteiriços oriundos dessa intervenção e os desafios enfrentados pelos Estados africanos no período pós-independência, como a instabilidade política e os processos de reorganização territorial. Além disso, a proposta didática amplia o olhar sobre o continente ao tratar da África como um espaço de múltiplas identidades, reconhecendo sua vasta diversidade cultural, linguística e geográfica. Valoriza-se o trabalho com mapas, textos, imagens e narrativas africanas que permitam aos estudantes perceberem a pluralidade do continente e romperem com visões homogêneas. Dessa forma, as sugestões apresentadas orientam uma prática pedagógica crítica e contextualizada, que estimule o protagonismo dos estudantes na análise dos processos históricos e das dinâmicas territoriais, contribuindo para uma formação mais ampla e sensível à complexidade africana.

A Figura 18 a seguir, mostra a sugestão didática dos dois primeiros conteúdos descritos:

Figura 18 — Sugestão Didáticas sobre geografia africana 1



**1 COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO: Impactos Geográficos e Políticos**

**Objetivo:**

- Analisar as mudanças territoriais e políticas ocorridas no continente africano antes, durante e após o colonialismo europeu.

**Atividades:**

- Mapas comparativos entre a África pré-colonial e a pós-independência.
- Discussões sobre o conceito de fronteiras artificiais e suas consequências.
- Produção de podcasts sobre movimentos de independência e lideranças africanas.

**2 ÁFRICA: Um Continente de Diversidades Geográficas e Culturais**

**Objetivo:**

- Apresentar aos alunos a diversidade de paisagens naturais, culturas, línguas e modos de vida no continente africano, rompendo com estereótipos.

**Atividades:**

- Criação de mapas interativos sobre os principais biomas africanos (Saara, savana, floresta tropical).
- Pesquisa e apresentações sobre a relação entre ambiente e cultura em regiões como o Sahel, a Bacia do Congo e o Vale do Rift.
- Produção de murais ou maquetes mostrando a diversidade de etnias e paisagens.

17

**Fonte:** Sousa; Nunes, 2024

Em continuidade, o Caderno de Orientações Pedagógicas também dá mais duas sugestões de trabalhar conteúdos africanos na geografia. A Figura 19 mostra as sugestões a serem trabalhadas nos conteúdos de Geografia africana. Vejamos a seguir:

Figura 19 - Sugestão Didáticas sobre geografia africana 2

**3 HIDROGRAFIA AFRICANA: Rios e Civilizações**

**Objetivo:**

- Estudar a importância dos rios africanos (Nilo, Congo, Níger) para o desenvolvimento das civilizações africanas, desde a Antiguidade até hoje.

**Atividades:**

- Leitura sobre o papel do Rio Nilo no Egito antigo e no Sudão moderno.
- Análise dos impactos socioeconômicos e ambientais da Barragem de Assuã no Egito.
- Debates sobre a preservação dos rios africanos e seus desafios contemporâneos.

**4 RECURSOS NATURAIS DA ÁFRICA: Potencialidades e Impactos**

**Objetivo:**

- Explorar os recursos naturais africanos (petróleo, ouro, diamantes, cobalto) e discutir seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

**Atividades:**

- Mapas colaborativos indicando os principais recursos naturais de cada região.
- Leitura e debate sobre a "maldição dos recursos naturais" e sua relação com o colonialismo.
- Simulação de uma negociação internacional sobre exploração sustentável de recursos.

18

Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No tópico **Filmes sobre Geografia Africana**, do Capítulo 2, o Caderno de Orientações Didáticas oferece uma lista sugestiva de filmes sobre o conteúdo África: contexto natural, divisão regional e economia. Os filmes foram: O Rei Leão (1994/2019); Hotel Rwanda (2004); The Journey is the Destination (2016) e a Sombra e a Escuridão.

Assim, o Caderno de Orientações Pedagógicas apresenta uma lista sugestiva de produções cinematográficas que abordam aspectos relacionados ao continente africano, com foco em seu contexto natural, divisão regional e economia. Os filmes indicados são: O Rei Leão (nas versões de 1994 e 2019), que explora paisagens e elementos da savana africana; Hotel Rwanda (2004), que retrata o genocídio em Ruanda e permite discutir conflitos étnicos e geopolíticos; The Journey is the Destination (2016), baseado na história real de Dan Eldon, que percorre diversas regiões africanas e levanta questões sociais e econômicas; e A Sombra e a Escuridão,

que se passa no Quênia e trata da construção de uma ferrovia no período colonial, abordando aspectos históricos e ambientais do território africano.

A seguir a Figura 20 que mostra os filmes mencionados:

Figura 20 - Filmes sobre Geografia Africana (Cap. 1)

**FILMES GEOGRAFIA AFRICANA**

- 1 O Rei Leão (1994/2019)**



O filme apresenta paisagens inspiradas na savana africana com representações da fauna e flora.  
Indicado para trabalhar a Geografia da África subsaariana (geografia física).
- 2 Hotel Rwanda (2004)**



Ambientado no país africano de Ruanda, retrata o genocídio de 1994 e traz um contexto geográfico e social que ajuda a entender os conflitos étnicos e políticos na região dos Grandes Lagos.  
Indicado para trabalhar a hidrografia e a geografia humana e a geografia física de Ruanda.
- 3 The Journey is the Destination, 2016)**



Conta a história de um fotojornalista que viaja pela África Oriental, mostrando paisagens e a geopolítica da Somália e do Quênia.  
Indicado para trabalhar o deslocamento e a mobilidade, a diversidade cultural e a globalização, a geografia humana, e a cartografia no Continente Africano.
- 4 A Sombra e a Escuridão (1996)**



A história acontece no país do Quênia e trata sobre a construção de uma ferrovia.  
Indicado para trabalhar a interação humana com a fauna queniana, especificamente os leões do Parque Nacional de Tsavo.

Fonte: Sousa; Nunes, 2024

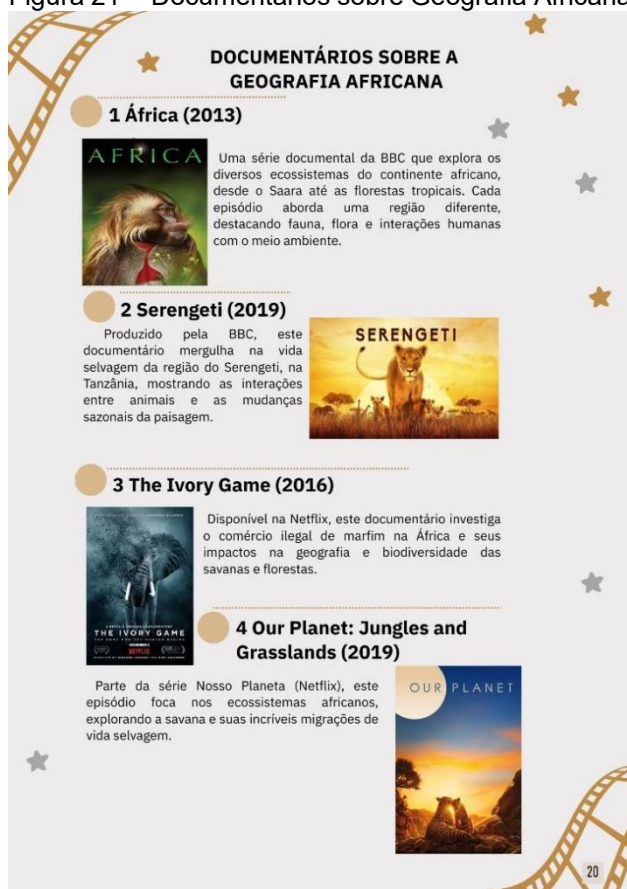
No segundo capítulo, no tópico sobre **Documentários sobre Geografia Africana**, o Caderno de Orientações Didáticas apresenta uma lista de documentários recomendados que abordam temas como o contexto natural da África, sua divisão regional e aspectos econômicos. Entre os documentários indicados estão África (2013), Serengeti (2019), The Ivory Game (2016) e Our Planet: Jungles and Grasslands (2019).

Do exposto, ao tratar dos documentários sobre a Geografia Africana, o Caderno de Orientações Didáticas propõe uma seleção de obras audiovisuais com o intuito de aprofundar a compreensão dos aspectos físicos, regionais e econômicos do

continente africano. Consideramos que essa curadoria é estratégica, pois oferece recursos que vão além do texto didático tradicional, permitindo aos estudantes visualizar e refletir sobre a complexidade do território africano em suas múltiplas dimensões. Os documentários indicados, como *África* (2013), *Serengeti* (2019), *The Ivory Game* (2016) e *Our Planet: Jungles and Grasslands* (2019), abordam desde as paisagens naturais e a biodiversidade até problemáticas ambientais e práticas econômicas que moldam a realidade africana. Essa abordagem audiovisual contribui não apenas para o enriquecimento do conteúdo geográfico, mas também para a sensibilização dos estudantes quanto à diversidade e aos desafios enfrentados por diferentes regiões do continente. A utilização desses materiais reforça uma perspectiva crítica e atualizada da África, combatendo estereótipos e promovendo uma visão mais ampla e contextualizada.

A Figura 21 mostra a lista de documentários:

Figura 21 -- Documentários sobre Geografia Africana (Cap. 1)



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No tópico **Livros sobre Geografia Africana**, presente no Capítulo 2 do Caderno de Orientações Didáticas, é oferecida uma seleção sugestiva de obras voltadas ao aprofundamento do conteúdo "África: contexto natural, divisão regional e economia". A escolha dos títulos reflete a intenção de promover uma compreensão ampla e crítica sobre o continente africano, abordando tanto suas características físicas e naturais quanto aspectos sociais, culturais e econômicos. Entre os livros indicados, *África: Diversidade e Potencialidades Naturais* destaca-se por enfatizar a riqueza ambiental e a pluralidade de paisagens do continente, promovendo uma visão que contrasta com estereótipos reducionistas. O livro *Africa: Atlas of Our Changing Environment* oferece uma análise detalhada das transformações ambientais ocorridas nas últimas décadas, associando imagens de satélite com dados sobre impactos humanos e mudanças climáticas. *The Physical Geography of Africa* apresenta uma abordagem mais acadêmica e sistemática, aprofundando-se nos aspectos físicos do território africano, como clima, relevo, vegetação e hidrografia. Por outro lado, *A Invenção da África*, de Valentin Mudimbe, propõe uma leitura crítica e epistemológica sobre a forma como o conhecimento sobre a África foi construído, desconstruindo paradigmas coloniais e eurocêntricos. Por fim, o *Atlas da África* contribui com uma visão geoespacial abrangente, articulando mapas temáticos e dados regionais que facilitam a compreensão da organização territorial, dos recursos naturais e das dinâmicas econômicas no continente. A seleção bibliográfica, portanto, combina obras de caráter técnico, analítico e crítico, oferecendo subsídios para uma abordagem pedagógica que valorize a complexidade e a diversidade africanas.

Eis a Figura 22 que mostra as sugestões de livros sobre geografia africana:

Figura 22 -- Livros sobre Geografia Africana (Cap. 2)

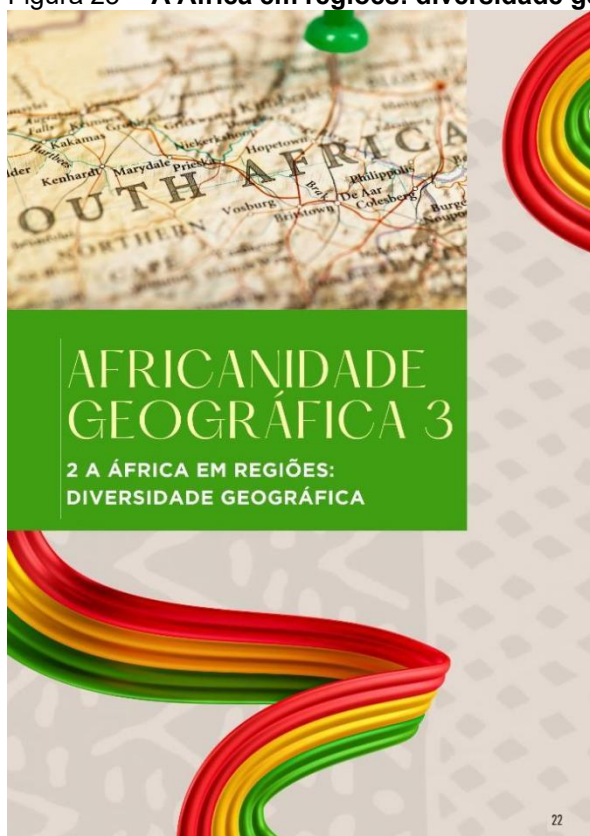


Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O Capítulo 3, intitulado **A África em regiões: diversidade geográfica**, propõe uma abordagem que valoriza a pluralidade do continente africano, buscando romper com visões reducionistas que ainda persistem em parte do material didático escolar. A obra apresenta a África a partir de suas diferentes regiões — Norte, Subsaariana, Central, Ocidental, Oriental e Austral —, ressaltando suas especificidades geográficas, culturais e históricas. Ao enfatizar essa divisão regional, o capítulo contribui para a compreensão da África como um continente diverso e complexo, formado por múltiplos povos, paisagens e processos históricos distintos. A proposta é fornecer ao professor ferramentas conceituais e pedagógicas que permitam trabalhar de forma crítica e informada, reconhecendo a heterogeneidade do continente africano e combatendo estereótipos que o reduzem a uma unidade cultural ou social. Com isso, o texto reforça a importância de um olhar mais atento às particularidades regionais como forma de promover uma educação mais justa e contextualizada.

Na página seguinte há imagem do título do capítulo 3:

Figura 23 -- A África em regiões: diversidade geográfica



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O conteúdo enfatiza a divisão clássica regional: África do Norte e África Subsaariana. Segundo Sousa; Nunes (2024, 23):

África do Norte é uma região localizada ao norte do Deserto do Saara, sendo limitada pelo Mar Mediterrâneo ao norte e pelo Oceano Atlântico a noroeste. É composta por países de maioria árabe e islâmica, como Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental e Tunísia.

Ainda conforme Segundo Sousa; Nunes (2024, 23):

África Subsaariana, por sua vez, se estende ao sul do Deserto do Saara e é caracterizada por uma grande diversidade de paisagens e pela presença majoritária de povos negros. Essa região foi profundamente marcada pela colonização europeia, que resultou em divisões políticas artificiais.

No Caderno de Orientações Pedagógicas é posto um mapa da citada divisão regional africana da seguinte forma: os países da África do Norte estão pintados de cinza e a África Subsaariana de azul.

O mapa da divisão regional africana está na página seguinte.

Figura 24 -- Mapa da divisão regional do continente africano:



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O conteúdo sobre o clima do continente africano, presente no tópico "**A África em regiões: diversidade geográfica**", desconstrói a visão estereotipada de que a África é um território predominantemente quente e seco. O texto destaca que o continente abriga uma ampla variedade de climas, resultado de sua vasta extensão territorial e diversidade geográfica. Essa pluralidade climática inclui tanto regiões com clima árido, como desertos, quanto áreas de clima tropical, equatorial e até mesmo temperado, com países que registram temperaturas mais amenas ou frias em determinadas épocas do ano. Assim, o material reforça a complexidade ambiental da África e a necessidade de superar generalizações simplistas sobre seu clima.

Segundo Ayoade (2004), o continente africano apresenta uma grande diversidade climática, com regiões que experimentam tanto climas quentes quanto frios. Dessa forma, descrevemos as principais áreas que são caracterizadas por esses tipos de clima:

### **Clima Quente**

O clima quente é predominante na maior parte do continente africano, especialmente nas áreas situadas na região tropical e subtropical. O clima quente pode ser dividido em duas grandes zonas: o clima desértico e o clima tropical (Ayoade, 2004).

### **Clima Desértico:**

Região do Deserto do Saara: O Saara, localizado no norte da África, é um dos maiores desertos do mundo e caracteriza-se por um clima extremamente quente e seco. As temperaturas podem ultrapassar os 40°C durante o dia, com noites muito frias devido à falta de umidade no ar. O Saara ocupa grande parte de países como Argélia, Líbia, Egito e Sudão (Ayoade, 2004).

#### **Clima Tropical:**

Região da África Subsaariana: A zona tropical, que abrange grande parte da África equatorial e central, apresenta temperaturas elevadas durante o ano inteiro. Países como Nigéria, Congo, Angola, e o Gabão possuem uma vegetação de floresta tropical, com altas temperaturas médias anuais que variam entre 25°C e 30°C, especialmente em áreas próximas à linha do equador. Essas regiões experienciam uma estação chuvosa e uma seca (Olson et al., 2001).

#### **Clima Semiárido:**

Região do Sahel: O Sahel, que faz a transição entre o Deserto do Saara e a savana tropical, é uma zona de clima semiárido. Essa região, que inclui partes de países como Mali, Níger, Chade e Sudão, apresenta altas temperaturas durante a maior parte do ano, com chuvas esparsas durante a estação das monções (Ayoade, 2004).

#### **Clima Frio**

Apesar da África ser predominantemente quente, existem áreas que experimentam clima frio, principalmente nas regiões de altitude elevada, vejamos:

#### **Clima de Montanha:**

Regiões Montanhosas do Leste Africano: As cadeias de montanhas no leste da África, como o Monte Quênia e o Monte Kilimanjaro, possuem clima frio devido à alta altitude. As temperaturas nessas regiões podem cair para abaixo de 0°C nas zonas mais elevadas. Essas áreas têm clima temperado de montanha, com neve nas partes mais altas. O Monte Quênia, por exemplo, apresenta temperaturas que podem variar entre 5°C e 20°C, dependendo da altitude (Olson et al., 2001).

#### **Clima Subtropical de Altitude:**

Altos Planaltos da África do Sul: Em regiões de altitude elevada da África do Sul, como nas montanhas Drakensberg, as temperaturas podem cair consideravelmente durante o inverno. As áreas de planalto da província de Mpumalanga e do Estado Livre têm climas subtropicais de altitude, com temperaturas médias mais amenas do que nas regiões mais baixas do país. Durante o inverno, as

temperaturas podem cair para menos de 0°C, ocasionando geadas (Olson et al., 2001).

A diversidade climática da África é impressionante, abrangendo desde os desertos quentes e áridos até as regiões montanhosas com clima frio e temperado. O contraste entre as zonas de clima quente e frio contribui para a rica biodiversidade e para os diferentes modos de vida das populações que habitam o continente.

No tópico “Sugestões Didáticas sobre Geografia Africana”, do Capítulo 3 do Caderno de Orientações, intitulado: “**África em Regiões: diversidade geográfica**”, são oferecidas propostas metodológicas voltadas aos professores de Geografia para abordar de maneira crítica e contextualizada os temas Dinâmicas Urbanas no Continente Africano e África: Um Continente de Diversidades Geográficas e Culturais. O texto enfatiza a necessidade de romper com visões estereotipadas e simplificadoras sobre o continente, promovendo uma abordagem que valorize a pluralidade de suas realidades sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Ao tratar das dinâmicas urbanas, as sugestões buscam mostrar a complexidade dos processos de urbanização na África, evidenciando tanto os desafios enfrentados — como crescimento desordenado, desigualdades socioespaciais e infraestrutura precária — quanto as estratégias locais de resistência e reorganização dos espaços urbanos. Já no que se refere à diversidade geográfica e cultural, destaca-se a importância de explorar a variedade de paisagens, línguas, etnias e tradições presentes no continente, incentivando o reconhecimento da África como um território múltiplo e historicamente ativo.

As propostas didáticas priorizam práticas pedagógicas interdisciplinares, o uso de fontes variadas (mapas, vídeos, músicas, depoimentos, textos literários), bem como a valorização da escuta dos alunos e de seus saberes prévios, promovendo um ensino mais inclusivo e conectado com as realidades dos estudantes. Dessa forma, o documento propõe um ensino de Geografia comprometido com a construção de uma visão mais ampla, crítica e respeitosa sobre o continente africano.

A Figura 25 sobre sugestões didáticas:

Figura 25 -Sugestões didáticas (Cap.3)



**1 DINÂMICAS URBANAS NO CONTINENTE AFRICANO**

**Objetivo:**

- Investigar as cidades africanas e seus desafios e potencialidades, como Lagos (Nigéria), Cairo (Egito) e Joanesburgo (África do Sul).

**Atividades:**

- Estudos comparativos sobre urbanização na África e na América Latina.
- Criação de infográficos sobre desafios urbanos como crescimento populacional, desigualdades e inovação tecnológica.
- Discussões sobre iniciativas de sustentabilidade e tecnologia em cidades africanas.

**2 ÁFRICA: Um Continente de Diversidades Geográficas e Culturais**

**Objetivo:**

- Apresentar aos alunos a diversidade de paisagens naturais, culturas, línguas e modos de vida no continente africano, rompendo com estereótipos.

**Atividades:**

- Criação de mapas interativos sobre os principais biomas africanos (Saara, savana, floresta tropical).
- Pesquisa e apresentações sobre a relação entre ambiente e cultura em regiões como o Sahel, a Bacia do Congo e o Vale do Rift.
- Produção de murais ou maquetes mostrando a diversidade de etnias e paisagens.



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No tópico "**Filmes sobre Geografia Africana**", presente no Capítulo 3 do Caderno de Orientações Didáticas, é apresentada uma proposta pedagógica que integra o uso de produções cinematográficas como recurso didático para abordar o conteúdo "África em Regiões: diversidade geográfica". Essa abordagem propõe que os professores de Geografia utilizem filmes selecionados para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, promovendo reflexões críticas sobre as múltiplas realidades do continente africano. A seleção de obras como *Diamante de Sangue* (2006), *Sankofa* (1993) e *Hotel Rwanda* (2004) permite que os estudantes entrem em contato com diferentes contextos históricos, sociais e espaciais da África, indo além de uma visão estereotipada e simplificada frequentemente presente em materiais didáticos tradicionais.

O filme *Diamante de Sangue* traz à tona questões relacionadas à exploração de recursos naturais, conflitos armados e a interferência de interesses internacionais, exemplificando como fatores econômicos e políticos moldam o espaço geográfico africano. O filme *Sankofa* promove uma reflexão sobre o passado escravista e a diáspora africana, resgatando a memória histórica e cultural do continente e suas conexões com outras partes do mundo, o que contribui para o

entendimento da formação identitária africana e de sua diversidade étnica e cultural.

Por sua vez, Hotel Rwanda aborda os conflitos étnicos e suas implicações geopolíticas, proporcionando um olhar sensível e crítico sobre as dinâmicas internas que desafiam a estabilidade e o desenvolvimento em determinadas regiões africanas.

Dessa forma, o uso desses filmes no ensino de Geografia possibilita a construção de uma visão mais ampla e contextualizada da África, ressaltando sua complexidade e heterogeneidade, ao mesmo tempo em que estimula a análise das relações entre território, sociedade e poder. Essa estratégia educativa valoriza a interdisciplinaridade e o pensamento crítico, contribuindo para uma formação mais humanizada e consciente dos estudantes em relação à realidade africana.

A seguir, a Figura 26 ilustra as sugestões de filmes selecionadas sobre o continente africano:

Figura 26 - Sugestões de filmes sobre o continente africano (Cap.3)

**FILMES GEOGRAFIA AFRICANA**

**1 Diamante de Sangue (2006)**  
 Filmmado em Serra Leoa, mostra as consequências da exploração de recursos naturais, como diamantes, e seus impactos geográficos e sociais. Indicado para trabalhar a desigualdade econômica em países como Libéria e a Serra Leoa, onde a mineração de diamantes pode enriquecer uma pequena elite, enquanto a grande maioria da população vive em condições extremas.

**2 "Sankofa" - 1993**  
 O foco principal é a escravidão e as consequências da colonização, "Sankofa" explora como a economia da agricultura e o trabalho escravo afetaram profundamente a história de muitos países africanos. Indicado para trabalhar a história da agricultura no continente africano e como a colonização e a escravidão moldaram as economias agrícolas africanas, com ênfase no legado das plantações e a exploração do trabalho.

**3 Hotel Rwanda (2004)**  
 Ambientado no país africano de Ruanda, retrata o genocídio de 1994 e traz um contexto geográfico e social que ajuda a entender os conflitos étnicos e políticos na região dos Grandes Lagos. Indicado para trabalhar a hidrografia e a geografia humana e a geografia física de Ruanda.

Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No tópico **Documentários sobre Geografia Africana**, presente no Capítulo 3 do Caderno de Orientações Didáticas, é sugerida aos docentes uma lista de documentários com o objetivo de enriquecer o trabalho em sala de aula a partir do tema “**África em Regiões: diversidade geográfica**”. A proposta visa ampliar o entendimento dos alunos sobre a complexidade e a pluralidade dos territórios africanos, utilizando recursos audiovisuais que possibilitam uma abordagem mais dinâmica e sensível das realidades continentais. Os documentários indicados — *Earth: One Amazing Day* (2017), *Wild Africa* (2001) e *Virunga* (2014) — cumprem esse papel ao explorar aspectos distintos da geografia africana.

*Earth: One Amazing Day* destaca a relação dos seres vivos com os ciclos naturais da Terra, evidenciando a diversidade de paisagens e ecossistemas em diferentes regiões do globo, inclusive no continente africano, o que contribui para a percepção da África como parte integrante e relevante do equilíbrio ambiental planetário. O filme *Wild Africa* foca especificamente na fauna e flora africanas, retratando com riqueza de detalhes os biomas característicos do continente e as adaptações dos organismos vivos ao ambiente físico, permitindo reflexões sobre clima, relevo, hidrografia e biodiversidade. Por fim, *Virunga* apresenta uma dimensão mais crítica e sociopolítica ao retratar o conflito envolvendo o Parque Nacional de Virunga, na República Democrática do Congo, e os desafios enfrentados pela conservação ambiental em meio a interesses econômicos e disputas territoriais. Com isso, o documentário amplia a discussão para além da geografia física, abordando também aspectos humanos e geopolíticos.

Essas produções, ao serem integradas ao ensino de geografia, favorecem uma compreensão mais ampla e contextualizada do continente africano, contribuindo para o rompimento de estereótipos e para a valorização da sua diversidade ambiental, cultural e socioeconômica.

Na Figura 27, mostramos sobre sugestões de documentários sobre o continente africano:

Figura 27 - Sugestões de documentários sobre o continente africano (Cap.3)



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No tópico **Livros sobre Geografia Africana**, presente no Capítulo 3 do Caderno de Orientações Didáticas, é apresentada uma seleção criteriosa de obras voltadas aos professores de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com o objetivo de subsidiar o trabalho pedagógico no conteúdo **“África em Regiões: diversidade geográfica”**. A escolha dos livros demonstra uma preocupação em abordar a complexidade e a riqueza do continente africano sob diferentes perspectivas, tanto históricas quanto geográficas e geopolíticas. O Atlas da África, por exemplo, oferece uma visão cartográfica abrangente, essencial para a compreensão espacial do território africano e suas subdivisões regionais. O livro História Geral da África contribui com uma abordagem histórica profunda, contextualizando os processos que moldaram as atuais dinâmicas territoriais e sociais do continente. A obra África: Transformações no Espaço Rural e Urbano enfoca as mudanças socioespaciais, analisando os contrastes entre rural e urbano e as dinâmicas de modernização, urbanização e permanência de estruturas tradicionais. Por fim, o livro Geopolítica e Globalização: A África no Mundo Atual insere o continente no cenário

global, discutindo sua inserção econômica, política e estratégica em meio à globalização. Juntas, essas obras proporcionam uma base sólida e multifacetada para o ensino da Geografia Africana, permitindo que os estudantes compreendam a diversidade e a complexidade do continente, rompendo com estereótipos e visões simplistas.

Eis a Figura 28 que mostra as sugestões de livros sobre geografia africana:

Figura 28 -- Sugestões de livros sobre geografia africana (Cap. 3)



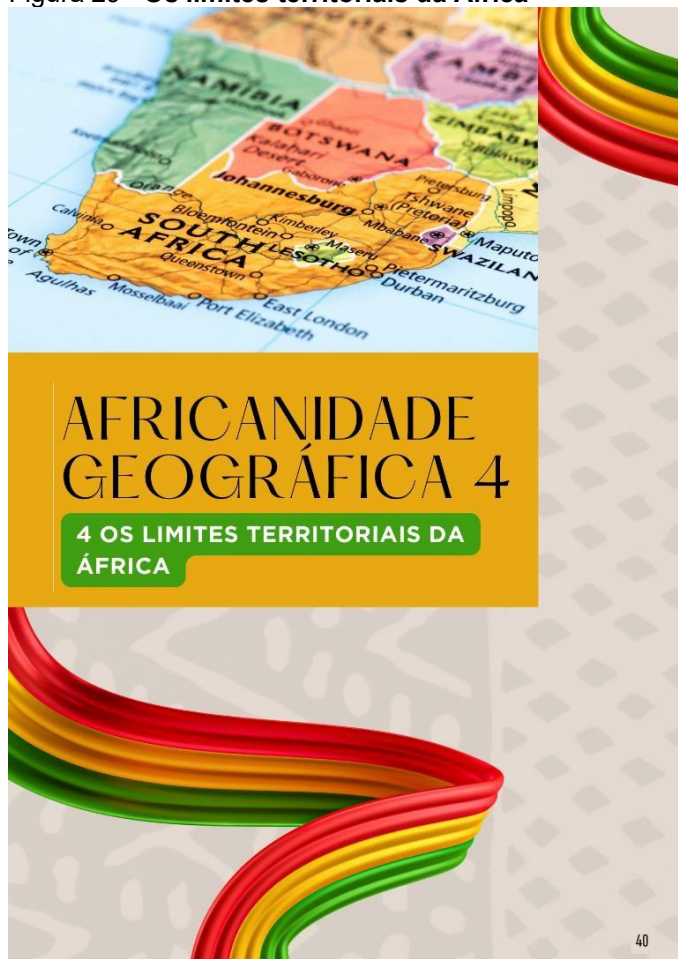
Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O Capítulo 4, intitulado “**Os limites territoriais da África**”, desenvolve uma análise crítica sobre a formação das fronteiras africanas, ressaltando o papel decisivo da Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, no processo de partilha do continente entre as potências coloniais europeias. A abordagem evidencia como as fronteiras foram estabelecidas de maneira artificial, desconsiderando as dinâmicas sociais, étnicas, culturais e políticas preexistentes entre os povos africanos. Essa

delimitação imposta de fora para dentro contribuiu para a fragmentação de grupos étnicos e a agregação forçada de comunidades historicamente distintas, plantando as sementes de inúmeros conflitos internos que se estenderam para além do período colonial. O texto também analisa como essas fronteiras arbitrárias influenciaram diretamente na formação dos Estados nacionais africanos, marcados por instabilidade política, disputas territoriais e desafios no processo de consolidação da identidade nacional. Ao relacionar esse passado ao presente, o capítulo demonstra como os efeitos dessas decisões históricas ainda moldam a realidade africana, tornando evidente a permanência de obstáculos estruturais à paz, à coesão social e ao desenvolvimento sustentável no continente.

Abaixo a imagem do título do capítulo 4:

Figura 29 - Os limites territoriais da África



Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O conteúdo inicial do citado capítulo 4 trata sobre **As consequências da fragmentação territorial da África: impactos sociais, políticos e econômicos pós-coloniais.**

A fragmentação territorial da África, resultante principalmente do processo de colonização europeia no final do século XIX e início do século XX, teve consequências profundas e duradouras nos âmbitos social, político e econômico. A partilha do continente africano, formalizada na Conferência de Berlim (1884-1885), desconsiderou por completo as divisões étnicas, culturais e linguísticas já existentes entre os povos africanos. Fronteiras artificiais foram traçadas arbitrariamente por potências coloniais como Reino Unido, França, Bélgica, Alemanha, entre outras, com o objetivo de atender aos seus próprios interesses estratégicos e econômicos, sem qualquer consulta às populações locais. Esse redesenho do mapa político africano provocou a desagregação de grupos étnicos e a aglutinação forçada de povos historicamente rivais dentro dos mesmos territórios, criando tensões internas que, em muitos casos, perduram até hoje.

No período pós-colonial, especialmente após as independências nas décadas de 1950 a 1970, as novas nações africanas herdaram estruturas administrativas frágeis, uma economia voltada para a exportação de matérias-primas e a manutenção das fronteiras coloniais, conforme preconizado pela Organização da Unidade Africana (OUA), para evitar maiores instabilidades. Entretanto, essa decisão teve efeitos contraditórios. Por um lado, evitou uma nova onda de disputas territoriais interestatais; por outro, manteve os conflitos internos latentes, frequentemente expressos em guerras civis, golpes de Estado e insurgências armadas, como foi o caso da Nigéria com a guerra de Biafra (1967-1970) e do genocídio em Ruanda (1994), envolvendo hutus e tutsis, grupos colocados em posições sociais diferenciadas durante o domínio belga (Meredith, 2005).

Socialmente, a fragmentação territorial comprometeu a coesão identitária e dificultou a construção de um sentimento nacional unificado. Em muitos países, o pertencimento étnico ou tribal permanece como o principal referencial de identidade, superando a identificação com o Estado-nação. Esse cenário alimenta discriminações, marginalizações e favorecimentos, tornando o tecido social frágil e vulnerável a crises. Além disso, a fragmentação gerou desafios imensos para a implementação de políticas públicas eficazes, sobretudo em áreas rurais ou em regiões periféricas, que muitas vezes permanecem desconectadas do poder central (Meredith, 2005).

Economicamente, a herança colonial se expressa em estruturas produtivas desequilibradas e em uma dependência contínua da exportação de commodities. Os Estados africanos foram desenhados para atender aos mercados externos, com pouca integração econômica entre si, o que persiste até os dias atuais. A fragmentação territorial dificultou o desenvolvimento de infraestrutura interligada, limitando o comércio regional e a cooperação econômica intra-africana. Embora existam iniciativas como a Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), os entraves históricos ainda são significativos. Ademais, a divisão imposta contribuiu para a permanência de modelos econômicos extrativistas e para a inserção subordinada da África no sistema econômico global, reproduzindo a dependência e a vulnerabilidade frente a choques externos. (Meredith, 2005).

Politicamente, os Estados africanos enfrentaram – e ainda enfrentam – enormes dificuldades em consolidar instituições democráticas e estáveis. A combinação de fronteiras problemáticas, diversidade étnica mal administrada, corrupção e influência externa dificultou a construção de governos inclusivos e legítimos. Muitos países experimentaram ciclos de autoritarismo, conflitos armados e interferência estrangeira, especialmente durante a Guerra Fria, quando as potências globais apoiavam regimes ou grupos insurgentes conforme suas conveniências ideológicas. A fragilidade do Estado em muitos contextos tem levado à proliferação de milícias, à criminalidade transfronteiriça e ao enfraquecimento do monopólio legítimo da força, agravando a insegurança e comprometendo o desenvolvimento sustentável (Meredith, 2005).

Portanto, as consequências da fragmentação territorial da África são profundas e interligadas. Elas revelam como o colonialismo não apenas exauriu recursos e impôs sistemas externos de dominação, mas também deixou um legado estrutural que dificulta o avanço social, político e econômico de várias nações africanas. Superar esse legado exige esforços coordenados entre os Estados africanos, além de um comprometimento global com a justiça histórica, o fortalecimento das instituições e a valorização das identidades africanas.

Na página seguinte, a imagem 30 mostra um trecho do texto sobre as consequências da fragmentação territorial da África.

Figura 30 -Consequências da fragmentação territorial da África

Vamos  
**CONHECER O CONTEÚDO?**

A África é o segundo maior continente do mundo, tanto em termos de área quanto de população. Seu território é delimitado por diversos elementos naturais, mas suas fronteiras políticas foram em grande parte definidas durante a colonização. Essas fronteiras, muitas vezes, não respeitaram as divisões étnicas, culturais ou geográficas, o que gerou diversos desafios e conflitos ao longo da história.

**• AS CONSEQUÊNCIAS DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DA ÁFRICA: IMPACTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS PÓS-COLONIAIS**

A África foi palco de intensos choques sociais, políticos e culturais em decorrência da exploração comercial e da divisão territorial imposta pelas potências europeias desde o século XVI. O processo de colonização, que culminou na partilha do continente no final do século XIX, deixou um legado profundo de fragilidade nos Estados africanos, cujas consequências ainda são evidentes nos dias atuais. A divisão do continente foi realizada de maneira arbitrária, sem levar em conta as realidades sociais e culturais dos povos nativos.

A partir do momento em que os europeus começaram a explorar e colonizar a África, iniciaram-se transformações drásticas nas estruturas sociais, políticas e econômicas locais. O tráfico de escravos, que teve grande auge entre os séculos XVI e XIX, foi um dos pilares dessa exploração. Milhões de africanos foram capturados e vendidos para as Américas e outras partes do mundo, desestruturando comunidades inteiras e afetando o tecido social de várias regiões africanas.

A partilha da África, especialmente durante a Conferência de Berlim (1884-1885), quando as potências europeias dividiram o continente entre si, não respeitou as populações nativas. As fronteiras foram traçadas sem consideração pelas tribos, etnias ou reinos que já existiam há séculos. Como resultado, tribos rivais e historicamente conflitantes foram confinadas dentro dos mesmos limites territoriais, enquanto grupos etnicamente relacionados e com laços culturais profundos foram separados. Esse processo de divisão artificial criou tensões e conflitos, que, após a independência, se traduziram em instabilidade política, conflitos étnicos e guerras civis.

41

Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No tópico **Sugestões Didáticas sobre Geografia Africana**, presente no Capítulo 4 do Caderno de Orientações Pedagógicas, são apresentadas propostas pedagógicas que visam enriquecer o ensino de Geografia com uma abordagem crítica e contextualizada da realidade africana. As sugestões se estruturam a partir de três eixos temáticos centrais: África Contemporânea, Afrocentricidade e Conexões Brasil-África, e Análise de Mapas e Territórios Segregados. No primeiro eixo, África Contemporânea: Migrações e Globalização, o material propõe o estudo dos fluxos migratórios dentro e fora do continente africano, destacando tanto os fatores estruturais que impulsionam esses movimentos — como conflitos, pobreza, mudanças climáticas e desigualdades históricas — quanto os efeitos da globalização sobre as economias e sociedades africanas. Essa abordagem busca romper com visões estereotipadas e reducionistas, enfatizando a diversidade e a complexidade das realidades africanas atuais. Em Afrocentricidade e Conexões Brasil-África, o foco se

desloca para o fortalecimento de uma perspectiva identitária e histórica que valoriza a herança africana na formação da sociedade brasileira. As atividades sugeridas incentivam o reconhecimento das contribuições africanas para a cultura, a economia e os saberes no Brasil, promovendo uma leitura de mundo que respeita e integra outras epistemologias. Por fim, no eixo Análise de Mapas e Territórios Segregados, o Caderno propõe o uso crítico de recursos cartográficos para analisar processos históricos e espaciais de segregação, colonialismo e resistência no continente africano. O trabalho com mapas é apresentado como uma ferramenta de leitura crítica do espaço, permitindo aos alunos compreenderem como o território africano foi e continua sendo moldado por interesses externos e internos. Ao integrar esses conteúdos e metodologias, o material didático visa não apenas ampliar o repertório geográfico dos estudantes, mas também fomentar uma consciência crítica, antirracista e comprometida com a valorização das identidades africanas e afro-brasileiras.

Eis a Figura 31 representativa ao tópico Sugestões Didáticas:

Figura 31– Sugestões didáticas (Cap.4)

1 **ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: Migrações e Globalização**

**Objetivo:**

- Entender os fluxos migratórios africanos internos e externos e suas causas, como conflitos, mudanças climáticas e busca por melhores condições de vida.

**Atividades:**

- Análise de reportagens sobre refugiados africanos e a crise migratória global.
- Simulação de um fórum da ONU discutindo migração e acolhimento de refugiados.
- Produção de textos dissertativos ou cartazes propondo soluções humanitárias.

2 **AFROCENTRICIDADE E CONEXÕES BRASIL-ÁFRICA**

**Objetivo:**

- Destacar as conexões históricas, culturais e econômicas entre Brasil e África, promovendo a valorização da herança africana na formação do território brasileiro.

**Atividades:**

- Estudo das rotas do Atlântico Sul e o papel da África na economia colonial brasileira.
- Exposição sobre religiões de matriz africana e sua relação com geografias sagradas (ex.: rios e montanhas).
- Criação de mapas temáticos sobre os fluxos migratórios forçados e seus impactos culturais no Brasil.

3 **ANÁLISE DE MAPAS E TERRITÓRIOS SEGREGADOS**

**Objetivo:**

- Estudar como o apartheid segregava a população da África do Sul em áreas geográficas específicas, criando zonas exclusivas para diferentes grupos raciais.

**Atividades:**

- Forneça aos alunos mapas antigos da África do Sul durante o apartheid e mapas modernos. Solicite que analisem as mudanças na divisão territorial após o fim do apartheid e discutam como isso afetou a mobilidade e a vida das pessoas. Pergunte como a divisão espacial reflete questões sociais e econômicas.

4 **DEBATE SOBRE O APARTHEID E OS DIREITOS HUMANOS**

**Objetivo:**

- Refletir sobre as questões de direitos humanos e como as políticas de segregação afetam a sociedade.

**Atividades:**

- Organize um debate em sala de aula sobre os impactos do apartheid. Divida os alunos em dois grupos: um a favor da política de segregação (como era defendido na época) e o outro contra, defendendo a igualdade racial. Após o debate, oriente uma reflexão sobre os direitos humanos e a importância de garantir a igualdade para todos os cidadãos.

5 **ENTREVISTA SIMULADA COM UMA FIGURA HISTÓRICA**

**Objetivo:**

- Promover uma compreensão mais profunda do impacto pessoal do apartheid.

**Atividades:**

- Divida os alunos em grupos e atribua a cada grupo uma figura histórica importante no contexto do apartheid (por exemplo, Nelson Mandela, Desmond Tutu, Steve Biko ou uma vítima do regime). Os alunos devem pesquisar sobre a vida dessa pessoa e depois realizar uma "entrevista simulada" na qual os colegas podem fazer perguntas e as respostas devem refletir as perspectivas e experiências da pessoa durante o apartheid.

Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O tópico **Filmes sobre Geografia Africana**, presente no Capítulo 4 do Caderno de Orientações Pedagógicas, propõe uma abordagem didática inovadora ao sugerir o uso de produções cinematográficas como ferramenta de ensino para trabalhar o conteúdo **“Os limites territoriais da África”** nas aulas de Geografia. A seleção de filmes apresentada oferece diferentes perspectivas sobre o continente africano, permitindo aos estudantes compreenderem melhor as complexidades históricas, sociais e políticas que influenciaram e ainda influenciam a formação dos territórios africanos.

O filme *A Sombra e a Escuridão* (1996) aborda a presença colonial britânica no Quênia durante a construção de uma ferrovia no século XIX, evidenciando o impacto da colonização europeia nas transformações territoriais e sociais da região. *Rainha de Katwe* (2016), por sua vez, trata da história real de uma jovem ugandense que encontra no xadrez uma forma de superação, e oferece um retrato mais atual e humanizado do cotidiano africano, destacando a realidade urbana e os desafios sociais vividos nas periferias. *Diamante de Sangue* (2006) expõe as consequências da exploração de recursos naturais em países como Serra Leoa, revelando como o tráfico de diamantes se relaciona com conflitos armados e deslocamentos populacionais, temas fundamentais para entender os limites e instabilidades territoriais no continente. O filme *Invictus* (2009) mostra a África do Sul pós-apartheid e a tentativa de reconstrução nacional por meio do esporte, representando uma África em transformação e a redefinição de suas fronteiras simbólicas e políticas. Por fim, *A Cor Púrpura* (1985), embora se passe nos Estados Unidos, contribui para a discussão ao traçar vínculos históricos com a diáspora africana e as heranças culturais e territoriais do colonialismo e da escravidão, ampliando a compreensão sobre a influência africana no mundo.

Essas obras, ao mesmo tempo que permitem o trabalho com conteúdos geográficos, estimulam uma leitura crítica e contextualizada dos processos históricos e territoriais que moldaram a África, desafiando estereótipos e promovendo uma abordagem mais empática e complexa do continente.

Na página seguinte, apresentamos a Figura 32, que exhibe a lista de filmes. Vejamos:

Figura 32 - Sugestões de filmes sobre o continente africano (Cap.4)

★ **SESSÃO FILMES GEOGRAFIA AFRICANA** ★

1 **A Sombra e a Escuridão (1996)**



A história acontece no país do Quênia e trata sobre a construção de uma ferrovia. Indicado para trabalhar a interação humana com a fauna queniana, especificamente os leões do Parque Nacional de Tsavo.

2 **Rainha de Katwe (2016)**



Filmado em Uganda, o filme explora a vida em Katwe, um subúrbio de Kampala – a maior cidade de Uganda. Indicado para trabalhar aspectos urbanos e sociais (geografia humana) da cidade de Kampala.

3 **Diamante de Sangue (2006)**



Filmado em Serra Leoa, mostra as consequências da exploração de recursos naturais, como diamantes, e seus impactos geográficos e sociais. Indicado para trabalhar a desigualdade econômica em países como Libéria e a Serra Leoa, onde a mineração de diamantes pode enriquecer uma pequena elite, enquanto a grande maioria da população vive em condições extremas.

4 **O Rei Leão (1994/2019)**



O filme apresenta paisagens inspiradas na savana africana com representações da fauna e flora. Indicado para trabalhar a Geografia da África subsaariana (geografia física).

Fonte: Sousa; Nunes, 2024

No Capítulo 4 do Caderno de Orientações Pedagógicas, o tópico Documentários sobre Geografia Africana propõe uma seleção de produções audiovisuais para subsidiar o trabalho dos professores de Geografia no ensino dos conteúdos relacionados aos limites territoriais da África. A proposta parte da compreensão de que os territórios africanos não podem ser analisados apenas sob uma perspectiva física ou cartográfica, mas sim como construções históricas atravessadas por processos coloniais, resistências sociais e disputas geopolíticas. Os documentários 13th (2016), The Black Power Mixtape 1967–1975 (2011), The Price of Sugar (2007) e Eyes on the Prize (1987), embora centrados em contextos majoritariamente estadunidenses ou caribenhos, oferecem perspectivas fundamentais para entender a geografia política, social e econômica do continente africano, especialmente em relação às suas diásporas, às continuidades coloniais e às dinâmicas globais de poder.

Em 13th, Ava DuVernay analisa criticamente a criminalização da população negra nos Estados Unidos como uma continuação do sistema escravagista, com

implicações diretas sobre descendentes de africanos sequestrados durante o tráfico transatlântico. Essa leitura evidencia a geografia do racismo institucionalizado, cuja raiz está na desumanização dos corpos negros — processo originado na exploração colonial da África. A produção traça um elo entre a estrutura carcerária americana e a marginalização histórica dos povos africanos, revelando como o continente africano permanece central na lógica geopolítica do capital e da dominação racial, ainda que indiretamente.

The Black Power Mixtape 1967–1975 explora o movimento negro nos Estados Unidos a partir de imagens de jornalistas suecos, destacando a ascensão de vozes como Angela Davis e Stokely Carmichael. Essa obra conecta as lutas por direitos civis às independências africanas em curso no mesmo período, demonstrando que os movimentos afro-americanos se inspiravam em processos de libertação africana e vice-versa. A África é vista como espaço simbólico de identidade e resistência, o que ressalta uma geografia cultural de reconexão com as raízes africanas frente a um Ocidente opressor.

Em *The Price of Sugar*, o foco está na exploração de trabalhadores haitianos em plantações de cana-de-açúcar na República Dominicana. Apesar de não tratar diretamente do continente africano, o documentário escancara os efeitos contemporâneos da diáspora africana e da persistência de uma ordem econômica que espelha o colonialismo. As condições subumanas dos trabalhadores refletem práticas coloniais herdadas de sistemas escravocratas, cujas origens estão na ocupação e expropriação africana. A geografia da pobreza e da exploração no Caribe não pode ser separada das relações econômicas e históricas que o ligam à África.

Finalmente, *Eyes on the Prize* é um extenso registro do movimento pelos direitos civis nos EUA, mostrando a resistência contra a segregação racial e a luta por cidadania plena. A conexão africana está na base identitária dos ativistas, muitos dos quais buscavam na ancestralidade africana uma forma de afirmar dignidade, cultura e pertencimento. Além disso, os paralelos entre os mecanismos de dominação racial nos EUA e os regimes coloniais na África contribuem para uma análise geográfica crítica da opressão sistêmica em nível global.

Em conjunto, os quatro documentários revelam que a geografia africana — entendida aqui não apenas como espaço físico, mas como território simbólico, histórico e político — continua a ser fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas de poder, resistência, identidade e exclusão em diversas partes do

mundo. África, ainda que nem sempre explicitamente tratada, aparece como substrato geopolítico das desigualdades e lutas narradas nas obras.

Apresentamos a Figura 33, que exhibe a lista de documentários do capítulo 4. Vejamos:

Figura 33 - Lista de documentários (Cap. 4)

**DOCUMENTÁRIOS SOBRE A GEOGRAFIA AFRICANA**

- 1. "13th" (2016)**

**Direção:** Ava DuVernay

**Descrição:** Este documentário explora a ligação entre a escravidão, o racismo institucionalizado nos Estados Unidos e o sistema de encarceramento em massa. O título faz referência à 13ª Emenda da Constituição dos EUA, que aboliu a escravidão, mas permitiu a escravização como punição para crimes. O filme discute como essa brecha legal foi explorada para marginalizar a população negra ao longo da história. Por que usar nas aulas: Através de uma análise profunda, o documentário ajuda os alunos a entenderem como o racismo foi perpetuado e transformado ao longo do tempo, especialmente no contexto das políticas públicas e do sistema carcerário.
- 2. "The Black Power Mixtape 1967-1975" (2011)**

**Direção:** Göran Olsson

**Descrição:** Este documentário é uma compilação de imagens raras e entrevistas com figuras importantes do movimento Black Power dos anos 60 e 70, como Angela Davis, Stokely Carmichael e Bobby Seale. Ele oferece uma visão do movimento de resistência contra o racismo nos Estados Unidos durante esse período. Por que usar nas aulas: O filme proporciona uma ótima oportunidade para discutir o movimento Black Power, o racismo sistêmico e a luta por direitos civis. Também pode ser útil para entender as manifestações de resistência à segregação racial e como elas se deram em contextos urbanos.
- 3. "The Price of Sugar" (2007)**

**Direção:** Bill Haney

**Descrição:** O documentário examina o uso de trabalho escravo na indústria de açúcar na República Dominicana. Embora não trate diretamente da segregação racial, ele aborda questões de racismo, exploração e desigualdade social, especialmente em contextos de trabalho forçado e discriminação. Por que usar nas aulas: O filme é relevante para discutir o racismo no contexto da economia globalizada e o legado da escravidão, proporcionando uma análise crítica das disparidades econômicas e sociais.
- 4. "Eyes on the Prize" (1987)**

**Direção:** Henry Hampton

**Descrição:** Esta série documental cobre a história do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, desde a década de 1950 até os anos 80. A série mostra as lutas contra a segregação racial e o impacto do racismo na sociedade americana. Por que usar nas aulas: "Eyes on the Prize" é uma excelente fonte para estudar a história do racismo nos Estados Unidos e como ele afetou as políticas públicas, as cidades e a vida cotidiana da população negra.

Fonte: Sousa; Nunes, 2024

O tópico **Livro sobre Geografia Africana**, do Capítulo 4 do Caderno de Orientações Pedagógicas, apresenta uma seleção de obras voltadas ao aprofundamento do conhecimento geográfico sobre o continente africano, com foco específico no tema dos limites territoriais da África.

Os livros listados oferecem uma ampla e complexa perspectiva sobre a África, abrangendo desde construções teóricas e historiográficas até aspectos físicos, culturais, ecológicos e geopolíticos do continente. Em "A Invenção da África", Valentin Mudimbe propõe uma crítica à forma como o saber ocidental construiu uma imagem da África através de lentes coloniais, produzindo uma representação homogênea, marcada pela negação da racionalidade e da história africanas. Ele evidencia como discursos filosóficos, antropológicos e missionários participaram da criação de um "mito da África" que serviu para justificar a dominação colonial e a inferiorização das epistemologias locais. Essa reflexão estabelece a base para uma leitura crítica do

continente, desconstruindo visões essencialistas e propondo a valorização dos saberes africanos autônomos.

A dimensão espacial e cultural da África é abordada em “África: Geografia e Cultura”, que apresenta a diversidade física, ambiental e humana do continente. A obra destaca a multiplicidade de ecossistemas e sua relação com formas variadas de organização social, econômica e cultural. Ao enfatizar a complexidade da ocupação do espaço e os modos de vida adaptados a diferentes condições geográficas, o livro desmistifica ideias de uma África uniforme, revelando a interação dinâmica entre natureza e cultura.

Complementando essa perspectiva, “Africa: A Biography of the Continent”, de John Reader, oferece uma narrativa extensa da história africana, desde suas origens geológicas e biológicas até os impactos do colonialismo e da globalização. A obra se destaca por integrar ciência, história e cultura, ressaltando o papel da África como berço da humanidade e reconstituindo uma trajetória marcada por resistência, adaptação e transformações profundas. Ao narrar a biografia do continente, Reader busca restaurar a agência africana na construção de sua história, enfrentando os estereótipos perpetuados por visões eurocêntricas.

A análise das transformações espaciais é aprofundada em “África: Transformações no Espaço Rural e Urbano”, que examina as mudanças socioeconômicas recentes nas zonas rurais e urbanas africanas. O livro evidencia a complexidade dos processos de urbanização, a emergência de novas formas de sociabilidade e os desafios impostos pelo crescimento populacional, pela pobreza e pelas políticas neoliberais. No campo, destaca-se a reconfiguração dos modos de produção e a tensão entre práticas tradicionais e modernização agrícola. O espaço africano aparece, assim, como arena de conflitos, resistências e reinvenções constantes.

No plano geopolítico, “Geopolítica e Globalização: A África no Mundo Atual” discute o papel da África no sistema internacional contemporâneo. A obra analisa as heranças coloniais, as disputas por recursos naturais, os interesses das potências globais e os processos de integração regional. A globalização é retratada tanto como fonte de oportunidades quanto de novas formas de dependência, ressaltando as assimetrias nas relações internacionais e a necessidade de políticas africanas autônomas e solidárias. O continente é entendido como ator e palco da geopolítica mundial, com grande relevância estratégica e potencial transformador.

Por fim, as obras “Deserts and Savannahs of Africa” e “African Ecology: Benchmarks and Historical Perspectives” exploram a ecologia africana a partir de uma perspectiva histórica e científica. São discutidas as interações entre clima, vegetação, fauna e ocupação humana, com atenção especial aos processos de desertificação, à adaptação dos ecossistemas e às práticas sustentáveis desenvolvidas por populações locais. Esses estudos destacam a resiliência dos sistemas naturais e culturais frente às mudanças ambientais e aos impactos da ação humana, oferecendo subsídios para políticas de conservação e desenvolvimento sustentável.

Em conjunto, esses livros promovem uma leitura crítica, interdisciplinar e descolonizada da África, desafiando os paradigmas hegemônicos e valorizando a riqueza e a complexidade do continente em suas múltiplas dimensões – histórica, cultural, espacial, ecológica e política.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa pesquisa destacamos que o continente africano é vasto e diversificado, tanto em termos de sua geografia quanto de sua história, política e realidade social. Historicamente, a África foi berço de antigas civilizações, como o Egito, Cartago e o Império Mali, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento cultural e científico da humanidade. No entanto, o período colonial deixou marcas profundas, com a exploração e divisão do continente, cujos efeitos ainda reverberam nas estruturas sociais e políticas atuais.

Geograficamente, a África é rica em diversidade, com vastas regiões de desertos, florestas tropicais e savanas, além de uma grande diversidade de recursos naturais. No entanto, essa riqueza foi muitas vezes mal administrada ao longo da história, e, atualmente, muitos países africanos enfrentam desafios relacionados à escassez de infraestrutura, mudanças climáticas e gestão sustentável de seus recursos.

Politicamente, o continente vive um cenário de contrastes. Enquanto alguns países experimentam crescimento e estabilidade, outros lidam com conflitos internos, instabilidade e regimes autoritários. A descolonização, que ocorreu ao longo do século XX, abriu caminho para a independência de muitas nações, mas também resultou em dificuldades na construção de estados nacionais coesos devido à fragmentação territorial imposta pelo colonialismo.

Socialmente, a África é marcada pela pluralidade de etnias, religiões e línguas, o que confere uma grande riqueza cultural. No entanto, problemas como a pobreza, as desigualdades sociais e o acesso limitado à educação e à saúde ainda são desafios significativos para muitos africanos. A juventude crescente e o papel cada vez mais importante das mulheres são fatores-chave na busca por desenvolvimento e mudança social no continente.

O ensino da Geografia é essencial para a formação de uma cidadania crítica e consciente, permitindo que os alunos compreendam as dinâmicas sociais, espaciais, culturais e ambientais que moldam o mundo. Segundo Santos (2021), a Geografia ajuda a entender as relações entre sociedade e espaço, desenvolvendo a capacidade de análise crítica por meio da interpretação de mapas, dados e imagens. Além disso, a disciplina contribui para a formação de cidadãos ativos, capazes de

refletir sobre as transformações do espaço e agir de forma participativa para promover uma sociedade mais justa e sustentável.

A Geografia, ao abordar tanto o conhecimento teórico quanto a prática no campo, permite aos estudantes analisar e interpretar as complexas relações sociais e ambientais. Documentos orientadores como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fornecem diretrizes para o ensino da disciplina, abordando temas como a questão ambiental, desigualdades sociais e a globalização. As Orientações Curriculares para o Ensino de Geografia (OCEG) incentivam metodologias inovadoras e a aplicação de recursos diversos para tornar o ensino mais dinâmico e contextualizado, promovendo uma educação mais significativa e engajante.

Para combater o racismo no ensino de Geografia, é essencial adotar metodologias que reconheçam e valorizem a diversidade étnico-cultural do Brasil, respeitando os saberes dos diversos grupos presentes no território. A Geografia, por ser uma disciplina interdisciplinar, deve abordar questões sociais e ampliar a visão de mundo dos alunos. O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, conforme os princípios do Parecer nº 03/2004, deve ser integrado ao currículo escolar e buscar a valorização da identidade, história e cultura afro-brasileira, além de promover a educação para as relações étnico-raciais. A lei nº 10.639/03 tornou obrigatório o ensino sobre África e relações raciais, ampliando a compreensão da contribuição dos africanos e afrodescendentes para a formação do Brasil. A Geografia pode contribuir para essa reflexão, abordando temas como Geografia Regional, Geopolítica, Dinâmicas Demográficas, entre outros, para quebrar a visão negativa e estereotipada da África. No entanto, a falta de um enfoque adequado sobre a África nas escolas e o uso de estereótipos negativos afetam diretamente os estudantes afrodescendentes, que frequentemente se sentem inferiorizados. A construção de uma Geografia da África, que reforce a valorização da cultura africana, é uma ferramenta importante para desconstruir preconceitos raciais e promover a igualdade.

Nessa perspectiva, a Lei nº 10.639/03, sancionada em 2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras. Esse marco legal busca valorizar a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade, promovendo a reflexão sobre a diversidade cultural, étnica e histórica da África. No ensino de Geografia, isso implica uma abordagem mais ampla, considerando temas como a diversidade cultural do

continente, a diáspora africana, a colonização e os impactos socioeconômicos e ambientais.

A lei também destaca a necessidade de uma educação mais inclusiva, capaz de combater o racismo e discriminação, utilizando a Geografia para refletir sobre as relações étnico-raciais e a formação do território brasileiro. Para implementar isso, metodologias interdisciplinares devem ser adotadas, valorizando a cultura africana e afro-brasileira, promovendo uma visão crítica e transformadora. A Resolução nº 01/2004 e o Parecer nº 03/2004 do Conselho Nacional de Educação reforçam a importância de integrar esses conteúdos no currículo escolar, incentivando a participação de alunos e professores na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O ensino da Geografia, por sua vez, deve incluir a diversidade presente na África, abordando temas como a Geopolítica, as dinâmicas demográficas, as territorialidades quilombolas e as relações históricas com a colonização. Essa abordagem visa desconstruir estereótipos negativos e dar visibilidade à importância da África na formação da identidade brasileira, oferecendo uma educação mais plural e inclusiva.

Assim, além de seguirmos os procedimentos metodológicos de uma pesquisa empírica ou aplicada, como a aplicação dos instrumentos de coleta de dados e a elaboração do texto, também tivemos que desenvolver um produto de pesquisa para complementar nossa investigação. Esse produto foi um Caderno de Orientação Pedagógica para o Ensino de Geografia Africana, que consideramos tanto didático quanto pedagógico, pois abrange o processo de ensino e aprendizagem da Geografia.

Por meio do Caderno de Orientação Pedagógica para o Ensino de Geografia Africana, conseguimos fornecer aos docentes diversos conteúdos sobre Geografia Africana. O caderno não apenas apresentou esses conteúdos, mas também incluiu atividades de ensino que foram desenvolvidas ao longo da nossa pesquisa. Com base nos objetivos, geral e específicos, que formulamos para a pesquisa, na qual, conseguimos alcançar. Vejamos:

O objetivo geral “Investigar sobre o ensino de Geografia de conteúdo do continente africano à luz da Lei nº 10.639/2003 com vista a elaborar um Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana que sirva de recurso didático e pedagógico para na Escola Municipal Raimundo Cunha”. Consideramos que alcançamos esse objetivo, haja vista que o produto de pesquisa proporcionou e

possibilitou o acesso a conhecimentos sobre Geografia Africana por meio dos conteúdos, o caderno de orientação, enquanto resultado de um mestrado profissional, alcançou seu objetivo geral.

Quanto aos objetivos específicos, foram quatro, a saber:

“Identificar os entendimentos teóricos e metodológicos sobre conteúdos de geografia africana pelos docentes da Escola Municipal Raimundo Cunha possuem”. A pesquisa revelou que a coordenadora pedagógica, a gestora e a professora de Geografia possuem conhecimento sobre a temática da Geografia Africana. A docente de Geografia, por sua vez, aborda o tema de acordo com sua própria compreensão, integrando-o ao conteúdo de forma que reflete sua interpretação pessoal sobre a relevância e a abordagem do tema no contexto educacional. Esse entendimento da professora demonstra um compromisso com a temática, embora a profundidade e a frequência de sua abordagem possam variar conforme sua visão e compreensão da importância de incluir a Geografia Africana no currículo escolar. “Compreender como os docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha poderão articular os conteúdos de geografia africana e a Lei nº 10.639/2003”. Constatamos que os professores demonstram um certo conhecimento sobre a temática, mas ainda enfrentam desafios para integrar plenamente os conteúdos de Geografia Africana de maneira contínua e profunda no currículo escolar. Embora haja uma conscientização sobre a importância da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a aplicação dessa legislação na prática pedagógica ainda depende de uma maior reflexão e adaptação por parte dos docentes. Em alguns casos, a abordagem da temática ocorre de maneira pontual ou superficial, sem uma articulação eficaz com os conteúdos geográficos, o que limita uma abordagem mais integrada e contínua da Geografia Africana nas aulas.

“Averiguar como os docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha desenvolvem conteúdos acerca da Educação para as Relações Étnico-Raciais para os discentes, com o objetivo de enfrentar uma educação antirracista”. Constatamos que os professores têm demonstrado consciência sobre a importância de abordar questões étnico-raciais em suas aulas de Geografia, embora haja desafios na implementação de práticas pedagógicas que efetivamente promovam uma educação antirracista. Alguns docentes incorporam tópicos sobre a diversidade étnico-racial e a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros, mas a integração dessas temáticas ao ensino de Geografia ainda é inconsistente, com variações nas

abordagens entre os docentes. A partir dessa observação, é possível perceber que, embora haja boa vontade e algum conhecimento da legislação que orienta o ensino sobre relações étnico-raciais, as metodologias adotadas nem sempre são suficientemente eficazes para combater estereótipos ou promover uma reflexão crítica sobre o racismo. Portanto, é necessário um esforço contínuo para aprimorar as práticas pedagógicas, garantindo que a educação antirracista seja uma realidade presente em todas as aulas e não apenas abordada de forma superficial. “Descrever a contribuição do Guia de Orientações Didáticas para o ensino de Geografia Africana aos docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha”. A contribuição do Guia de Orientações Didáticas para o Ensino de Geografia Africana aos docentes de Geografia da Escola Municipal Raimundo Cunha foi significativa, pois proporcionou um recurso pedagógico valioso para a abordagem da temática da Geografia Africana de forma mais sistemática e contextualizada. Com este Caderno de Orientações, conseguimos atingir nosso objetivo de fornecer aos professores um material que não só aborda conteúdos sobre a Geografia Africana, mas também propõe atividades e práticas didáticas que podem ser aplicadas em sala de aula, favorecendo uma abordagem mais inclusiva e diversificada.

O Caderno de Orientações Pedagógicas trouxe aos docentes uma visão ampliada sobre os aspectos geográficos, históricos, culturais e socioeconômicos do continente africano, proporcionando uma melhor compreensão sobre a importância dessa temática dentro do currículo escolar. Além disso, o material estimulou os professores a integrar essas questões no ensino de Geografia de maneira mais crítica e reflexiva, contribuindo para uma educação mais inclusiva, que respeita e valoriza a diversidade cultural e étnica.

Com isso, o guia se tornou uma ferramenta prática e eficaz para que os docentes da Escola Municipal Raimundo Cunha pudessem, de forma estruturada, trabalhar o ensino da Geografia Africana, promovendo uma educação mais consciente, antirracista e que valoriza as contribuições históricas e culturais dos povos africanos. Essa ação ajudou a preencher lacunas no ensino da Geografia, permitindo que os professores abordassem a África de forma mais integrada, não apenas como um continente distante e isolado, mas como parte fundamental da formação histórica e geográfica do Brasil e do mundo.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **A Geografia, a África e os negros brasileiros**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o racismo na escola. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 [1999], p.173-184.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, M. R. S.; BATISTA, I. B. **Ensino de geografia: uma proposta metodológica**. Teresina - PI, 2004.

ARROYO, Miguel. **A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar**. In: GOMES, Nilma Lino (Org.) Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.115.

AYOADE, J. O. (2004). **Climatic Regions of Africa**. *Geography Review*, 31(2), 150-162.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BERVIAN, Pedro. CERVO, Amado. **A Metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino fundamental**. 1ª ed Rio De Janeiro: FGV, 2019, p.487.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1996.

BRASIL, **Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Brasília, 2016. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em 14 set 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília:Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, **Parecer nº 003, de 10 de março de 2004**. Brasília, 2016. Disponível em:< [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em 14 set 2023.

BRASIL, **Resolução Nº 1, de 17 de Junho de 2004**. Brasília, 2016. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 14 set 2023.  
CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **A Importância educacional da geografia**. Educar Curitiba, Educ. rev. (9) • Dez 1993.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escolar e construção de conhecimentos**. Campinas (São Paulo): Papyrus, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Introdução**. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. SECAD, 2006. p. 16-26.  
CHEHUEN NETO, José Antonio. **Metodologia da pesquisa científica: da graduação à pós-graduação**. Editora CRV, 2012.

COSTA, Hugo Heleno Camilo. LOPES, Alice Casimiro. **A comunidade disciplinar em Goodson: impasses em um registro pós-estrutural**. Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 67 out.-dez. 2016.

DAIBERT, Robert. **A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 7-25, janeiro-junho 2015.

DIAS, Íris Azevedo Acosta. **SORRISO NEGRO: Trabalhando autoestima de alunos negros na Educação Infantil.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, 2010.

DICIO, Dicionário online de Português. **Diacrônico.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>> Acesso em: 04 de jan de 2024.

DICIONARIOINFORMACIONAL. **Etnômio.** Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/etn%C3%B4nimo/18435/>> Acesso em 03 de jan de 2024.

EDUCA+BRASIL. **África Subsaariana.** Disponível em: <<https://www.educamaibrasil.com.br/enem/geografia/africa-subsaariana>> Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

FALAVIGNA, Gladis. **Inovações centradas nas multimídias repercussões no processo ensino aprendizagem.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **História da África:** módulo 1. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Educação Nacional. Brasília: DF. 1961.

GERHARDT, Tatiana Engel, SOUZA, Aline Corrêa de. ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS In: **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIRALDELLI-JÚNIOR, P. **História da educação brasileira.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas.** In: GOMES, Nilma Lino (Org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10639/2003. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://novotempo.educacao.mg.gov.br/wpcontent/uploads/2015/03/Pr%C3%A1ticas-pedag%C3%B3gicas-de-trabalho-comrela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais-na-escola-na-perspectiva-da-Lei%20n%C2%BA-10.639-03.pdf>>. Acesso em: 22 de março de 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade cultura, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica.** In: ABRAMOWICZ, Anete, BARBOSA, Maria de

Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê, 2006, p.21-40.

GOMES, Nilma Lino. (Org) **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnicoraciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; UNESCO, 2012. p. 24 - 25.

IBGE. **População estimada**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2024. 2024.

INFOESCOLA. **Bantos (Bantus)**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/linguistica/bantos-bantus/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACÊDO, Buena Bruna Araujo. **A GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE LEI E CONTEXTO HISTÓRICO**. VIII Congresso Nacional de Educação. 2020.

MACEDO, José Rivair. **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MARANHÃO. **Documento curricular do território maranhense**: ensino médio, s.d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/RCSEEMA.pdf>>. Acesso em 22 nov 2023.

MENDES, Raquel Almeida. RATTIS, Alex. **A ÁFRICA NOS CURSOS DE GEOGRAFIA**: uma experiência de pesquisa participante em sala de aula. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 10, n. 19, p. 445-460, jan./jun., 2020.

MEREDITH, Martin. **The State of Africa: A History of the Continent Since Independence**. Simon & Schuster, 2005.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Pan-africanismo**. s.d. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/pan-africanismo.htm>>. Acesso em 03 jan 2024.

NASCIMENTO, Fernando José Primo do. SILVA, Ana Paula Melo da. **O Ensino de Geografia da África nos Cursos de Licenciatura nas Universidades Federais Brasileiras**. Boletim Paulista de Geografia, nº 111, jan.-jun. 2024.

NUNES, Antonio de Assis Cruz. **A UNIVERSIDADE E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA AO ENSINO SUPERIOR: Situando a questão do negro na Universidade Federal do Maranhão (UFMA)**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação. UFMA. 2004.

NUNAN, D. **Research methods in language learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PAIM, Márcio. **Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro *Na Casa De Meu Pai***. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII, NºXIII, Julho/2014.

OLSON, D. M., et al. (2001). **Terrestrial Ecoregions of the World: A New Map of Life on Earth**. BioScience, 51(11), 933-938.

PEDRO, Leonardo Tuyenikumwe. MUSSILI, Paulino Luís. **Aspectos socio-históricos dos povos !kung (khoisan) de Angola**. Njinga& Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA) | v.1, nº Especial | p.164-188 | dez. 2021.

PEREIRA, Márcia Moreira. **AFRICANIDADE E LETRAMENTO LITERÁRIO: A LEI 10.639/03 E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA**. Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

RAMOS, Marta Gonçalves da Silva. **A Importância dos Recursos Didáticos para o Ensino da Geografia no Ensino Fundamental nas Séries Finais**. Santa Maria-DF,

45 pp. 2012. Monografia (Licenciatura) – Universidade de Brasília, Departamento de Geografia.

RATTS, Alecsandro J.P.A. **Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados**. In: Ratts, Alecsandro J.P.; ALMEIDA, Maria Geralda de (orgs). Geografia: leituras culturais. Goiania, 2003, p.29-48.

ROCHA, L. M. da França. A Escola Normal na Província da Bahia. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. De; LOPES, A. de P. C. (Orgs). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. P.47-60

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SACRAMENTO, Mônica. **O Jongo na escola: uma aposta no diálogo entre saberes e práticas de dois territórios**. In: Maria Alice Rezende Gonçalves; Ana Paula Alves Ribeiro (org.). Diversidade e sistema de ensino Brasileiro. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014. p. 86-106.

SANTOMÉ, J.T. 2011. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: T. T. SILVA (Org.). Alienígenas na sala de aula – Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, p. 159-177.

SANTOS, Luline Silva Carvalho. **Por uma singularidade da Geografia: desenvolvimento do Pensamento Geográfico**. Geosp, v. 25, n. 3, e-182301, dez. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182301>. doi: <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.182301>>.

SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica/ Milton Santos**. – 6.ed.- São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2004. – (coleção Milton Santos: 2).

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCRIBD. **Documento Curricular Do Território Maranhense**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/406174626/Documento-Curricular-do-Territorio-Maranhense-pdf>>. Acesso em 22 nov 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, v. 30, p. 489-506, 2007.

SOARES JUNIOR, F. C.; **A produção histórica do ensino da geografia no Brasil**. In: II Congresso Brasileiro de História da educação, 2002, Natal/Rn. Natal/Rn: EDUFRN, 2002.

SOUZA, Alcione Santos de. JESUS, Paula Roberta S. F. de. Et.al. **OS 20 ANOS DA LEI 10639/2003 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. In: A LEI 10.639/2003: REFLEXÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. 1.ed. / Vitória: Editora Educação Transversal, 2023, p. 204.

TODA MATÉRIA. **Apartheid**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/apartheid/>>. Acesso em: 05 de jan de 2024.  
UNESCO. **História geral da África, II: África antiga** / editado por Gamal Mokhtar. – 2.ed. rev. – Brasília, 2010.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da História da África no Brasil**. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/ 03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 133-166.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA

<b>Pesquisadora: Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa</b>	
<b>Local da pesquisa: E. M. Raimundo Cunha</b>	<b>Local: Povoado Pedras, Município de Matões do Norte-MA</b>
<b>Colaboradores:</b>	<b>Instrumento de Coleta de Dados:</b> <b>Observações, entrevistas presenciais, imagens.</b>
<b>Supervisor Escolar, Gestora Escolar e Docente de Geografia</b>	
<b>Tipo de Pesquisa:</b>	
<b>Estudo de caso</b>	
<b>Data:</b>	<b>Horário:</b> <b>Finalização:</b>

### CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS

- 1- Quanto ao Ambiente:
  - a- Organização/Estrutura Física
  - b- Limpeza, ventilação
  - c- Ornamentação
  - d- Horários de aulas/ rotina escolar.
- 2- Quanto ao trabalho da Gestão e Supervisão Escolar:
  - a- A rotina
  - b- Conhecimento sobre a Lei Nº 10.639/ 2003
  - c- Acompanhamento pedagógico quanto a inclusão dos conteúdos relacionados à Geografia Africana
  - d- Promoção de formações continuadas para o professor de Geografia no contexto da Geografia Africana.
- 3 - Quanto à Metodologia utilizada pelo docente:
  - a- Acolhimento/ envolvimento com os estudantes
  - b- Recursos Didáticos
  - c- Planejamento
  - d- Desafios de se trabalhar a Geografia Africana no ensino de Geografia
  - e- Conhecimento sobre a Lei Nº 10.639/ 2003 d- Aplicação da Lei Nº 10.639/ 2003 nas aulas de Geografia.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA DO SUPERVISOR ESCOLAR, DA GESTORA E DA DOCENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA (PPGEEB)

Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa<sup>1</sup>

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes<sup>2</sup>

A referida pesquisa é fruto do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica - Mestrado Profissional em Gestão do Ensino Superior

**O ENSINO DE GEOGRAFIA Á LUZ DA LEI Nº 10.639/2003: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA NO POVOADO PEDRAS- MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE- MA**

- 1- Nome completo: \_\_\_\_\_
- 2- Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_
- 3- Cargo ou função: \_\_\_\_\_
- 4- Qual sua cor? \_\_\_\_\_

5- Qual sua opinião acerca da Lei n° 10.639/2003?

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6- Você conhece a Lei n° 10.639/2003? Descreva seu entendimento.

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

<sup>1</sup> Mestranda do PPGEEB. 6ª turma ano 2021. E-mail: nova.angela@discente.ufma.br. Artigo apresentado à Disciplina: Currículo, Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação e Gestão do Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).



---

---

---

---

7- O que você sabe sobre a Geografia Africana.?

R: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

8- Como você inclui os conteúdos relacionados à Geografia Africana no planejamento e na prática pedagógica?

R: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

9- Como você avalia a possibilidade de se trabalhar conteúdos sobre Geografia Africana na Escola Municipal Raimundo Cunha?

R: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

10- De que forma os estudos de Geografia Africana podem contribuir para a formação dos discentes na Escola Municipal Raimundo Cunha?

R: \_\_\_\_\_

---



---

---

---

11- A Escola Municipal Raimundo Cunha tem promovido formações continuadas para o professor de Geografia no contexto de Geografia Africana?

R: \_\_\_\_\_

---

---

12- Quais são os desafios de se trabalhar a Geografia Africana no ensino de Geografia na Escola Municipal Raimundo Cunha?

R: \_\_\_\_\_

---

---

---

## APÊNDICE C – PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA

ANGELA RIBEIRO CASAS NOVA DE SOUSA  
ANTONIO DE ASSIS CRUZ NUNES

**ORIENTAÇÕES**  
**PEDAGÓGICAS PARA O**  
**ENSINO DE GEOGRAFIA**  
**AFRICANA**



ANGELA RIBEIRO CASAS NOVA DE SOUSA  
ANTONIO DE ASSIS CRUZ NUNES

**ORIENTAÇÕES**  
**PEDAGÓGICAS PARA O**  
**ENSINO DE GEOGRAFIA**  
**AFRICANA**



**Universidade Federal do Maranhão**

Reitor  
Fernando Carvalho Silva  
Vice-reitor  
Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

**Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização**

Flávia Raquel Fernandes do Nascimento

**Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica**

Profa. Dra. Hercília Maria de Moura Vitoriano

**Vice Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica**

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes

**Autores do Produto Educacional**

Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa  
Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes

**Diagramação**

Mariceia Ribeiro Lima

**IMAGEM DA CAPA**

Design criado no aplicativo Canva em assinatura privada.



São Luís  
2025

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	04
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	05
<b>AFRICANIDADE GEOGRÁFICA 2</b>	
2 ÁFRICA: CONTEXTO NATURAL, DIVISÃO REGIONAL E ECONOMIA	07
<b>SUGESTÕES DIDÁTICAS</b>	16
<b>FILMES GEOGRAFIA AFRICANA</b>	19
<b>DOCUMENTÁRIOS SOBRE A GEOGRAFIA AFRICANA</b>	20
<b>LIVROS SOBRE GEOGRAFIA AFRICANA</b>	21
<b>AFRICANIDADE GEOGRÁFICA 3</b>	
3 A ÁFRICA EM REGIÕES: DIVERSIDADE GEOGRÁFICA	22
<b>SUGESTÕES DIDÁTICAS</b>	33
<b>FILMES GEOGRAFIA AFRICANA</b>	36
<b>DOCUMENTÁRIOS SOBRE A GEOGRAFIA AFRICANA</b>	37
<b>LIVROS SOBRE GEOGRAFIA AFRICANA</b>	38
<b>AFRICANIDADE GEOGRÁFICA 4</b>	
4 OS LIMITES TERRITORIAIS DA ÁFRICA	40
<b>SUGESTÕES DIDÁTICAS</b>	54
<b>SESSÃO FILMES GEOGRAFIA AFRICANA</b>	58
<b>DOCUMENTÁRIOS SOBRE A GEOGRAFIA AFRICANA</b>	60
<b>LIVROS SOBRE GEOGRAFIA AFRICANA</b>	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	65
<b>REFERÊNCIAS</b>	67
<b>AUTORES DA PESQUISA</b>	69

# APRESENTAÇÃO

Caro professor (a),

Este Caderno de Orientação Pedagógicas foi cuidadosamente planejado para apoiar você, professor(a) de Geografia, do Ensino Fundamental Anos Finais, com foco na compreensão e ensino sobre a Geografia Africana. A escolha pela Geografia Africana é uma forma de ampliar o olhar dos estudantes para um continente vasto e rico, muitas vezes visto de maneira limitada ou estereotipada. O estudo de sua geografia permite aos(as) alunos(as) não apenas compreender as diversidades físicas e humanas, mas também analisar as relações sociais, econômicas e políticas que moldam a realidade africana e impactam o mundo globalizado. A elaboração deste material resulta da pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), que visa oferecer ferramentas pedagógicas para a construção de uma escola mais inclusiva e consciente. A Geografia Africana, com sua imensa diversidade, se apresenta como um excelente campo para trabalhar, não só conteúdos acadêmicos, mas também valores de respeito, empatia e valorização da pluralidade.

*Profa. Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa*  
*Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes*





# 1 INTRODUÇÃO

A África é o segundo maior continente do mundo, com uma enorme diversidade geográfica, cultural e histórica. Composta por 54 países, ela abriga uma grande variedade de ecossistemas, como desertos, florestas tropicais, savanas e grandes rios, além de uma rica pluralidade étnica e cultural, com mais de 3.000 grupos étnicos e centenas de línguas. A África também foi o berço da humanidade, e sua história influencia profundamente as dinâmicas globais até os dias atuais.

No Ensino Fundamental, o ensino da Geografia Africana é essencial para promover uma compreensão mais completa e realista sobre o continente. Ao explorar suas diversas paisagens, climas, recursos naturais e populações, os alunos podem desconstruir estereótipos e compreender a África como um lugar de grande complexidade e riqueza. Esse aprendizado contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre as questões globais, como as desigualdades sociais, a exploração de recursos naturais e os impactos das mudanças climáticas.

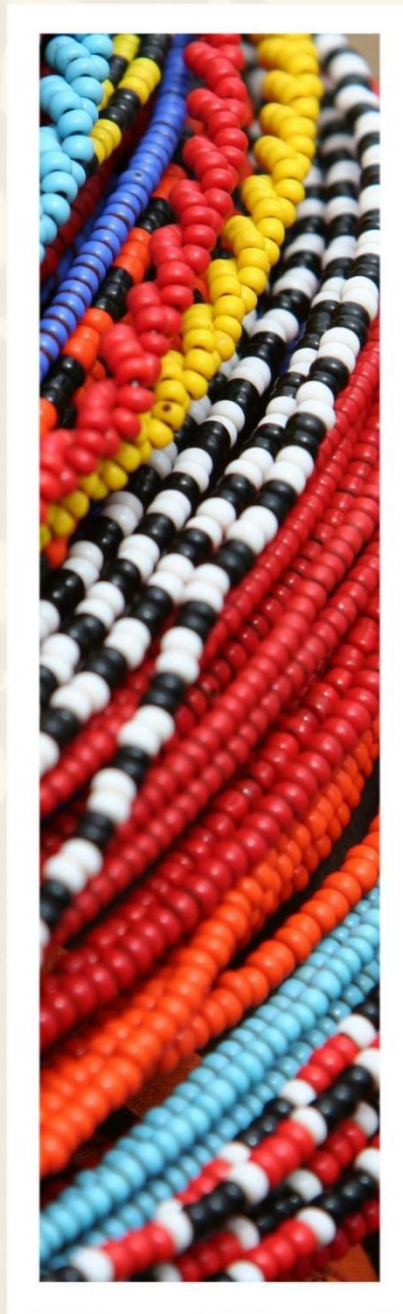
Além disso, o ensino da Geografia Africana no contexto das relações étnico-raciais é fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva e antirracista. Ao abordar a história e a cultura africanas, os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre as injustiças históricas do colonialismo, a diáspora africana e a importância da luta pela igualdade racial.

Este Caderno de Orientações Pedagógicas tem como origem os resultados da pesquisa de mestrado intitulada "O Ensino da África nas Aulas de Geografia à Luz da Lei nº 10.639/2003: Uma Experiência Pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha Povoado Pedras -

Município de Matões do Norte - MA". A pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob a orientação do Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes.

O objetivo desta pesquisa foi investigar como o ensino da África, dentro do contexto da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, pode ser efetivado nas aulas de Geografia, e de que maneira uma abordagem mais abrangente e contextualizada contribui para a formação de uma educação antirracista e inclusiva. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Raimundo Cunha, localizada no Povoado Pedras, no município de Matões do Norte, MA, e resultou em uma experiência pedagógica que visa aprimorar a compreensão dos alunos sobre a África, suas culturas, geografia e história.

Este Caderno tem como propósito oferecer aos professores de Geografia, especialmente no Ensino Fundamental, orientações e estratégias pedagógicas baseadas nessa experiência, visando à implementação de práticas educativas que promovam o respeito à diversidade étnico-racial, o combate ao racismo e a valorização da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar.





# AFRICANIDADE GEOGRÁFICA 2

**ÁFRICA: CONTEXTO NATURAL,  
DIVISÃO REGIONAL E ECONOMIA**



## Vamos CONHECER O CONTEÚDO?

O continente africano é visto como o berço da humanidade, uma vez que as evidências mais antigas da presença do gênero Homo (que inclui os seres humanos) foram descobertas em regiões que hoje pertencem ao Quênia e à Tanzânia.

**FIGURA 1: CONTINENTE AFRICANO**



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/africa-continente.htm>

A África é reconhecida por sua vasta diversidade étnica e cultural, e, através de sua história milenar, tem a capacidade de relatar a trajetória da humanidade como um todo. Embora o continente possua uma grande riqueza natural e cultural, muitos países africanos enfrentam baixos índices de desenvolvimento, com sérios desafios sociais, como a pobreza, a baixa qualidade de vida, a desnutrição e o analfabetismo.

## A) ASPECTOS GERAIS DO CONTINENTE

A África é um continente que abrange aproximadamente 30 milhões de km<sup>2</sup> e possui uma população de mais de 1 bilhão de pessoas, sendo o terceiro maior e o terceiro mais populoso entre os continentes. Localiza-se nos hemisférios Norte, Sul, Leste e Oeste, sendo o único continente a se estender por todos esses hemisférios. A África está situada entre o Oceano Índico, o Oceano Atlântico, o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho. Seu único limite terrestre é uma curta fronteira com a Ásia, e a distância entre a África e a Europa, separadas pelo Mar Mediterrâneo, é bastante reduzida.

A África é composta por 54 países independentes, além de um território parcialmente reconhecido (o Saara Ocidental, que é oficialmente reconhecido por 50 países, mas é reivindicado por Marrocos), além de outras áreas que pertencem a nações como Espanha, Portugal, França e Reino Unido.

Estima-se que no continente africano sejam faladas cerca de 2.000 línguas, embora esse número possa atingir até 3.000. A maioria dos países africanos tem mais de uma língua oficial ou nacional, com alguns chegando a até 11, como é o caso da África do Sul.

**FIGURA 2: LÍNGUAS AFRICANAS**



Fonte: Línguas africanas (Imagem: Mark Dingemans, Bérica Lima de Rodrigues/ Wikimedia) Commons

### 1. Línguas Niger-Congo

- Maior família linguística da África (e do mundo, em número de línguas).
- Predomina na África Subsaariana.
- Subgrupo mais conhecido: Bantu.
- Exemplos de línguas:
  - Suaili (Swahili) – falada na África Oriental (Quênia, Tanzânia, Uganda, etc.)
  - Yorubá – Nigéria, Benim
  - Zulu e Xhosa – África do Sul
  - Língala – República Democrática do Congo

### 2. Línguas Afro-asiáticas

- Encontradas principalmente no Norte da África, Chifre da África e partes do Sahel.
- Exemplos de línguas:
  - Árabe – Norte da África (Egito, Argélia, Marrocos, etc.)
  - Amárico – Etiópia
  - Somali – Somália
  - Berbere (vários dialetos) – Marrocos, Argélia, Líbia

### 3. Línguas Nilo-saarianas

- Faladas em partes do Chifre da África, Sudão, Sudão do Sul, Chade e áreas vizinhas.
- Menos conhecidas e mais debatidas academicamente.
- Exemplos de línguas:
  - Dinka e Nuer – Sudão do Sul
  - Kanuri – Nigéria, Níger, Chade

### 4. Línguas Coissãs (ou Khoisan)

- Faladas por pequenos grupos no sul da África (Namíbia, Botsuana, Angola).
- Conhecidas por seus sons de "clique".
- Exemplo de língua:
  - Nama – Namíbia
  - Muitas estão em perigo de extinção.

A África pode ser regionalizada de duas maneiras geograficamente. A primeira abordagem se baseia na localização dos países, dividindo o continente em cinco regiões: África Setentrional, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional. A segunda classificação considera as diferenças culturais, religiosas e linguísticas, separando os países em dois grupos: África Setentrional ou Saariana e África Subsaariana (frequentemente referidos como África Branca e África Negra, de forma inadequada).

**FIGURA 3: REGIONALIZAÇÃO DA ÁFRICA**



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/afrika-2.htm>

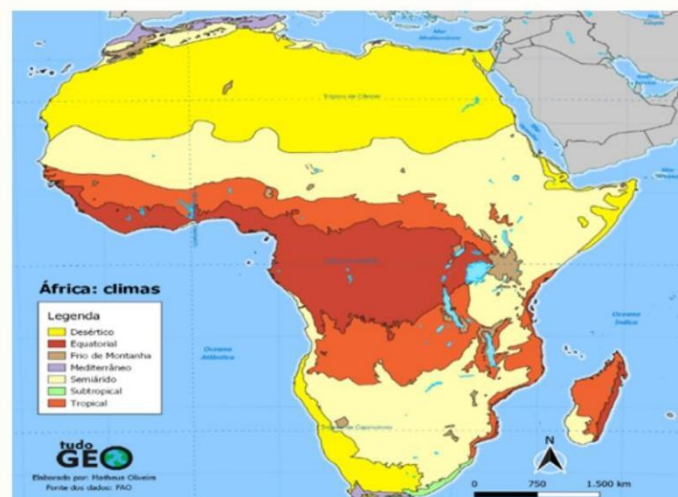
## **B) FORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DA ÁFRICA: RELEVO E HIDROGRAFIA**

O relevo da África é predominantemente formado por planaltos elevados, com altitudes médias de aproximadamente 700 metros, sem grandes variações. Esses planaltos, por serem muito antigos, passaram por transformações significativas ao longo das eras geológicas. Contudo, em algumas áreas do continente, é possível observar a influência de processos tectônicos mais recentes, especialmente em regiões com intensa atividade vulcânica. Esse fenômeno é responsável pela formação de altas montanhas, especialmente no norte e no leste da África, onde se encontra o Monte Kilimanjaro, o pico mais alto do continente, com 5.895 metros de altitude.

O relevo africano pode ser dividido em três grandes áreas:

- **Planalto Setentrional:** Nesta região, está o vasto Deserto do Saara, que ocupa cerca de um quarto do território africano. A oeste do deserto, encontra-se a Planície Costeira Setentrional, uma área fértil e propensa à agricultura, que inclui a Cadeia do Atlas, com montanhas que alcançam até 4.000 metros de altura. Essa cadeia se estende do litoral do Marrocos até a Tunísia, compondo o território conhecido como Magreb.
- **Planalto Centro-Meridional:** Com altitudes médias de 700 metros, essa área abrange o Centro, o Oeste e o Sul do Continente. A Bacia do Rio Congo e o Deserto de Kalahari se destacam como grandes depressões dessa região, apresentando altitudes bem mais baixas que o restante do planalto.
- **Planalto Oriental:** Essa área tem origem vulcânica e apresenta elevações acentuadas, além de depressões ou fossas tectônicas que deram origem a lagos extensos, como os lagos Tanganica e Vitória, além do Niassa, fundamentais para a formação do Rio Nilo.

**FIGURA 4: RELEVO DA ÁFRICA**



Fonte: <https://www.tudogeo.com.br/2021/03/08/afrika-o-continento-espelho-clima-e-vegetacao/>

A hidrografia africana é marcada pela presença de alguns dos rios mais importantes do mundo. O Rio Nilo, o segundo mais longo do planeta, nasce no Lago Vitória e segue em direção ao norte, desaguando no Mar Mediterrâneo. Já o Rio Congo, com 4.200 km de extensão, é o segundo em volume de água do mundo, após o Amazonas, desaguando no Oceano Atlântico. O Rio Níger, com 4.160 km de extensão, deságua no Golfo da Guiné, na costa atlântica.

**FIGURA 5: HIDROGRAFIA AFRICANA**



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/785104147571246401/>

Na parte sul do continente, destacam-se os rios Zambeze e Limpopo, que fluem para o Oceano Índico, e o Rio Orange, que deságua no Oceano Atlântico. Além dos rios, a África também é rica em grandes lagos, como o Lago Vitória, situado entre Uganda, Tanzânia e Quênia, com uma área de 68.100 km<sup>2</sup>; o Lago Tanganica, que se estende pela República Democrática do Congo, Burundi e Tanzânia, com 32.893 km<sup>2</sup>; e o Lago Niassa, que abrange a Tanzânia, Malawi e Moçambique, com 30.893 km<sup>2</sup>.

### **c) A Riqueza Natural da África: Diversidade de Vida e Ecossistemas**

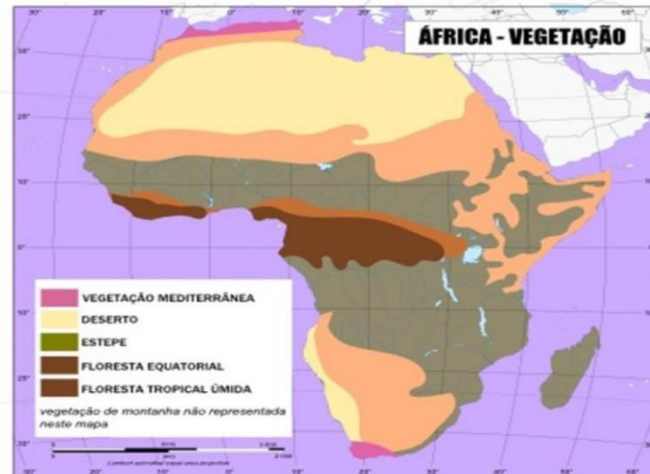
O continente africano é marcado por uma grande diversidade de formações vegetais, o que reflete seus variados climas e relevo. Entre essas formações, destacam-se paisagens desérticas, como o Saara e o Kalahari, contrastando com a região mais úmida do planeta, a Floresta do Congo, localizada ao longo da faixa equatorial. A África, devido à sua posição geográfica, entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio, e à sua topografia, com altitudes elevadas, apresenta uma grande variedade de climas, que incluem o clima de altitude, temperado, semiárido, subtropical, equatorial chuvoso e desértico.

A vegetação do continente africano é profundamente influenciada pelos diferentes tipos climáticos, pela disposição do relevo e pelas correntes marítimas que banham suas costas. A maior parte das florestas tropicais e equatoriais úmidas se encontra na faixa que envolve a linha do Equador. A mais importante dessas florestas é a Floresta do Congo, que cobre uma vasta área drenada pela Bacia do Rio Congo, um dos maiores rios do mundo, com cerca de 4.200 km de extensão.

Além das florestas equatoriais, a África possui outras formações vegetais igualmente diversas. As savanas, por exemplo, estão localizadas ao norte, ao sul e a leste das florestas tropicais, em áreas que apresentam estações bem definidas: uma seca no inverno e uma chuvosa no verão. Nessas regiões, a vegetação é composta por gramíneas e árvores esparsas, sendo que nas áreas mais úmidas as árvores são mais altas e densas, mas ainda assim mais espaçadas que as da floresta equatorial. As savanas abrigam uma grande diversidade de animais, especialmente de médio e grande porte, como elefantes, leões, girafas e zebras, que são adaptados a essas condições sazonais de clima e vegetação.




Dessa forma, a vegetação africana reflete a complexidade e a diversidade dos ambientes naturais do continente, que, por sua vez, sustentam uma rica biodiversidade, com ecossistemas adaptados às diferentes condições climáticas e geográficas.

**FIGURA 6: VEGETAÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO**



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/aspectos-naturais-Africa-clima-vegetacao.htm>

- As **Estepes** são formações vegetais rasteiras que ocorrem em áreas com clima semiárido, localizadas nas regiões que margeiam os desertos do Saara e do Kalahari. Nessas áreas, a vegetação é adaptada à falta de chuvas e ao solo mais seco, com plantas resistentes à escassez de água, formando vastas paisagens de arbustos e gramíneas esparsas.
- Os **Campos Temperados**, também conhecidos como pradarias, estão situados na porção sudeste da África. Essa região foi uma das mais atrativas para os colonizadores europeus, especialmente entre os séculos XVII e XX, devido ao seu clima mais ameno e à fertilidade do solo, que facilitava a agricultura e a criação de gado. Esses campos são caracterizados por amplas planícies cobertas por gramíneas e algumas árvores esparsas, proporcionando um ambiente ideal para a pastagem.
- A **Vegetação Mediterrânea** é encontrada no noroeste do continente, especialmente nas áreas mais próximas ao Mar Mediterrâneo. Nessa região, a vegetação é predominantemente arbustiva, adaptada às condições de clima quente e seco no verão e mais úmido no inverno. No entanto, nas áreas mais chuvosas da Cadeia do Atlas, surgem florestas de pinheiros e cedros, que se beneficiam da maior precipitação e temperaturas mais amenas, formando paisagens montanhosas de grande biodiversidade.

- 
-  Os **Manguezais** são encontrados ao longo das zonas costeiras africanas, onde as águas do oceano se encontram com as dos rios. Essas áreas são muito ricas em biodiversidade, abrigando uma grande variedade de espécies marinhas, como moluscos, crustáceos e peixes, além de aves migratórias. Os manguezais africanos desempenham um papel ecológico importante, protegendo o litoral contra a erosão e oferecendo um habitat vital para diversas formas de vida.
  -  Por fim, a **Vegetação de Montanha**, ou taiga africana, é encontrada nas regiões mais elevadas do continente, como as montanhas do leste e do norte da África. Nessas áreas de altitudes elevadas, predomina a vegetação adaptada ao frio, com pinheiros, cedros e outras árvores típicas de climas mais frios. Essas áreas montanhosas possuem ecossistemas distintos, com espécies adaptadas ao clima rigoroso e com vegetação que reflete as condições mais extremas do continente.



# SUGESTÕES DIDÁTICAS



## 1 COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO: Impactos Geográficos e Políticos

### Objetivo:

- Analisar as mudanças territoriais e políticas ocorridas no continente africano antes, durante e após o colonialismo europeu.

### Atividades:

- Mapas comparativos entre a África pré-colonial e a pós-independência.
- Discussões sobre o conceito de fronteiras artificiais e suas consequências.
- Produção de podcasts sobre movimentos de independência e lideranças africanas.

## 2 ÁFRICA: Um Continente de Diversidades Geográficas e Culturais

### Objetivo:

- Apresentar aos alunos a diversidade de paisagens naturais, culturas, línguas e modos de vida no continente africano, rompendo com estereótipos.

### Atividades:

- Criação de mapas interativos sobre os principais biomas africanos (Saara, savana, floresta tropical).
- Pesquisa e apresentações sobre a relação entre ambiente e cultura em regiões como o Sahel, a Bacia do Congo e o Vale do Rift.
- Produção de murais ou maquetes mostrando a diversidade de etnias e paisagens.



### 3 HIDROGRAFIA AFRICANA: Rios e Civilizações

#### Objetivo:

- Estudar a importância dos rios africanos (Nilo, Congo, Níger) para o desenvolvimento das civilizações africanas, desde a Antiguidade até hoje.

#### Atividades:

- Leitura sobre o papel do Rio Nilo no Egito antigo e no Sudão moderno.
- Análise dos impactos socioeconômicos e ambientais da Barragem de Assuã no Egito.
- Debates sobre a preservação dos rios africanos e seus desafios contemporâneos.

### 4 RECURSOS NATURAIS DA ÁFRICA: Potencialidades e Impactos

#### Objetivo:

- Explorar os recursos naturais africanos (petróleo, ouro, diamantes, cobalto) e discutir seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

#### Atividades:

- Mapas colaborativos indicando os principais recursos naturais de cada região.
- Leitura e debate sobre a “maldição dos recursos naturais” e sua relação com o colonialismo.
- Simulação de uma negociação internacional sobre exploração sustentável de recursos.



## ★ FILMES GEOGRAFIA AFRICANA

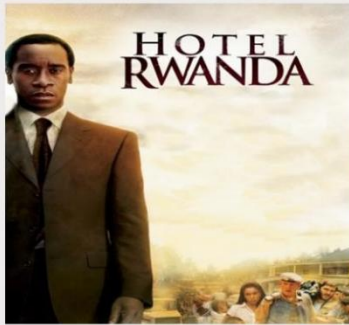
### 1 O Rei Leão (1994/2019)



O filme apresenta paisagens inspiradas na savana africana com representações da fauna e flora.

Indicado para trabalhar a Geografia da África subsaariana (geografia física).

### 2 Hotel Rwanda (2004)



Ambientado no país africano de Ruanda, retrata o genocídio de 1994 e traz um contexto geográfico e social que ajuda a entender os conflitos étnicos e políticos na região dos Grandes Lagos.

Indicado para trabalhar a hidrografia e a geografia humana e a geografia física de Ruanda.

### 3 The Journey is the Destination, 2016)



Conta a história de um fotojornalista que viaja pela África Oriental, mostrando paisagens e a geopolítica da Somália e do Quênia.

Indicado para trabalhar o deslocamento e a mobilidade, a diversidade cultural e a globalização, a geografia humana, e a cartografia no Continente Africano.

### 4 A Sombra e a Escuridão (1996)

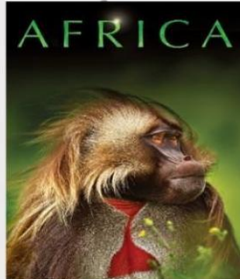


A história acontece no país do Quênia e trata sobre a construção de uma ferrovia.

Indicado para trabalhar a interação humana com a fauna queniana, especificamente os leões do Parque Nacional de Tsavo.

## DOCUMENTÁRIOS SOBRE A GEOGRAFIA AFRICANA

### 1 África (2013)



Uma série documental da BBC que explora os diversos ecossistemas do continente africano, desde o Saara até as florestas tropicais. Cada episódio aborda uma região diferente, destacando fauna, flora e interações humanas com o meio ambiente.

### 2 Serengeti (2019)

Produzido pela BBC, este documentário mergulha na vida selvagem da região do Serengeti, na Tanzânia, mostrando as interações entre animais e as mudanças sazonais da paisagem.



### 3 The Ivory Game (2016)



Disponível na Netflix, este documentário investiga o comércio ilegal de marfim na África e seus impactos na geografia e biodiversidade das savanas e florestas.

### 4 Our Planet: Jungles and Grasslands (2019)

Parte da série Nosso Planeta (Netflix), este episódio foca nos ecossistemas africanos, explorando a savana e suas incríveis migrações de vida selvagem.





## LIVROS SOBRE GEOGRAFIA AFRICANA

### Geografia Física da África

#### 1 “África: Diversidade e Potencialidades Naturais”

Autor: Jurandyr Luciano Sanches Ross

Descrição: Explora as características físicas do continente africano, como relevo, clima, hidrografia e biomas, além das potencialidades naturais e seus desafios.

#### 2 “Africa: Atlas of Our Changing Environment”

Produzido pela BBC, este documentário mergulha na vida selvagem da região do Serengeti, na Tanzânia, mostrando as interações entre animais e as mudanças sazonais da paisagem.

#### 3 “The Physical Geography of Africa”

Autores: W. M. Adams, A. S. Goudie, e A. R. Orme

Descrição: Um estudo aprofundado sobre os aspectos físicos da África, como desertos, florestas, rios e mudanças climáticas.

### Geografia Humana e Cultural da África

#### 4 “A Invenção da África”

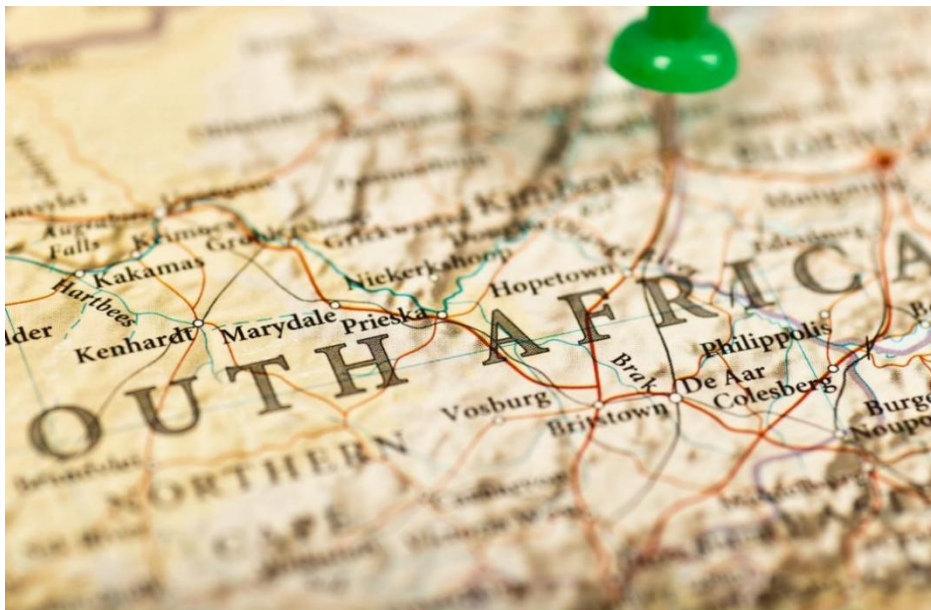
Autor: Valentin Mudimbe

Descrição: Discute como a África foi concebida e representada no pensamento ocidental, com implicações para sua geografia cultural e histórica.

#### 5 “Atlas da África”

Autor: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)

Descrição: Um atlas que combina mapas físicos, políticos e culturais do continente.



# AFRICANIDADE GEOGRÁFICA 3

2 A ÁFRICA EM REGIÕES:  
DIVERSIDADE GEOGRÁFICA



---

## Vamos CONHECER O CONTEÚDO?

A África pode ser dividida em duas grandes regiões: África do Norte e África Subsaariana, cada uma com características geográficas, culturais e socioeconômicas distintas.

África do Norte é uma região localizada ao norte do Deserto do Saara, sendo limitada pelo Mar Mediterrâneo ao norte e pelo Oceano Atlântico a noroeste. É composta por países de maioria árabe e islâmica, como Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental e Tunísia. A região é marcada por uma alta concentração populacional nas áreas litorâneas, onde o clima permite o desenvolvimento de atividades como a agropecuária, além da exploração de petróleo e outros recursos minerais, fatores que atraem a população para essas zonas. A proximidade com o mar favorece o comércio internacional, conectando os países da África do Norte com outras partes do mundo. Países como Marrocos e Egito apresentam um nível mais elevado de industrialização, o que impulsiona sua economia. No entanto, como grande parte da África, a região foi impactada pela colonização europeia, especialmente a francesa, o que deixou fortes marcas em sua estrutura política e econômica.

África Subsaariana, por sua vez, se estende ao sul do Deserto do Saara e é caracterizada por uma grande diversidade de paisagens e pela presença majoritária de povos negros. Essa região foi profundamente marcada pela colonização europeia, que resultou em divisões políticas artificiais. Os europeus, ao estabelecerem fronteiras, muitas vezes agrupavam etnias rivais ou separavam povos que pertenciam à mesma cultura, o que provocou uma série de conflitos étnicos e territoriais que perduram até hoje. Essa herança colonial contribui para os desafios enfrentados por muitos países da região, que ainda sofrem com os efeitos dessa divisão arbitrária.

FIGURA 7: DIVISÕES REGIONAIS DO CONTINENTE AFRICANO



Fonte: <https://proenem.com.br/enem/geografia/africa-africa-do-norte/>

A África Subsaariana é também uma região com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), apresentando altos índices de pobreza e fome crônica. Mais de 30% da população subsaariana sofre com a escassez alimentar, e grande parte da população vive em condições precárias. A agricultura de subsistência, que depende de práticas como o desmatamento e o uso inadequado dos solos, agrava o quadro de subdesenvolvimento. Além disso, a região ainda depende em grande parte das monoculturas de exportação (plantations), introduzidas durante a colonização, que favorecem a produção voltada para os mercados externos, em detrimento do desenvolvimento local e da segurança alimentar.

Em suma, enquanto a África do Norte apresenta uma maior integração com os fluxos econômicos internacionais e possui uma infraestrutura mais desenvolvida, a África Subsaariana enfrenta desafios significativos relacionados à pobreza, conflitos e à busca por um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

A África Subsaariana pode ser subdividida em quatro grandes regiões, cada uma com características econômicas, ambientais e sociais distintas.

#### Região Oeste:

Essa região tem sua economia historicamente dominada pelas plantations, um modelo de agricultura voltado para a produção de commodities destinadas à exportação, como cacau, café e açúcar. Embora as plantations tenham sido introduzidas durante o período

colonial, elas ainda exercem grande influência econômica, muitas vezes gerando uma dependência das exportações e dificultando o desenvolvimento de uma agricultura diversificada e voltada para o mercado interno. Essa estrutura econômica contribui para a persistência da pobreza em algumas áreas, que permanecem dependentes de recursos naturais e da agricultura de monocultura.

### **Região Central:**

Esta região é conhecida pelas suas florestas tropicais úmidas, que constituem uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta. No entanto, essas florestas estão sendo rapidamente destruídas devido ao uso inadequado dos recursos naturais, como o desmatamento ilegal e a exploração predatória de madeira. A destruição ecológica tem impactos negativos não apenas para o meio ambiente, mas também para as comunidades que dependem dessas florestas para sua subsistência. A crescente pressão sobre os recursos naturais tem causado desequilíbrios ambientais, como a perda de biodiversidade e mudanças nos ecossistemas locais.

### **Região Nordeste (Chifre da África):**

A região conhecida como Chifre da África, que inclui países como Etiópia, Somália e Djibuti, é marcada pelos altos índices de pobreza e fome. A escassez de recursos hídricos, os frequentes conflitos e a instabilidade política contribuem para uma crise humanitária prolongada, com milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar e condições de vida precárias. A seca e os conflitos armados, exacerbados por fatores climáticos e econômicos, têm dificultado a implementação de políticas eficazes de desenvolvimento e ajudado a perpetuar a vulnerabilidade dessas populações.

### **Região Meridional:**

A Região Meridional da África é caracterizada pela forte presença do povo banto, que ocupa grande parte dessa área. A atividade agrícola é uma importante fonte de sustento para a população, com cultivos como milho, sorgo e arroz. No entanto, a região também enfrenta conflitos tribais frequentemente relacionados à disputa pela posse de terras e recursos naturais. A diversidade étnica e cultural, enquanto rica, também gerou rivalidades que muitas vezes se manifestam em confrontos

violentos. Apesar desses desafios, a região tem se esforçado para promover o desenvolvimento econômico e melhorar as condições de vida por meio de políticas agrícolas e iniciativas de paz.

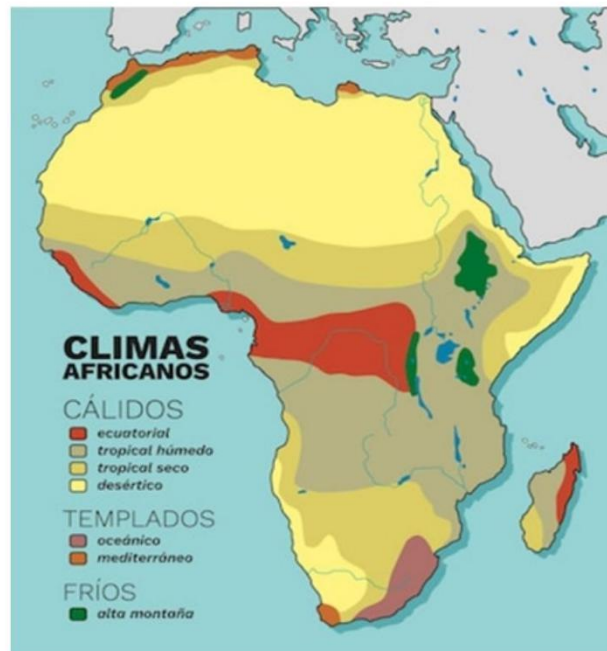
Em suma, a África Subsaariana é uma região de grande diversidade, com contrastes marcantes em termos de desenvolvimento econômico, questões ambientais e conflitos sociais. Cada uma de suas sub-regiões enfrenta desafios específicos, mas todas compartilham a necessidade urgente de encontrar soluções sustentáveis para promover a paz, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

### **A) DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E DESAFIOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA**

Na África, a distribuição da população e o desenvolvimento econômico são fortemente influenciados pelas condições naturais e pela infraestrutura disponível. Existem regiões que, devido a fatores naturais favoráveis, como clima ameno, solo fértil e proximidade com grandes corpos d'água, se destacaram em termos de povoamento e crescimento econômico. Essas áreas, como o litoral do norte e partes da África Subsaariana, experimentaram maior densidade populacional e progresso em setores como agricultura, comércio e indústria.

Por outro lado, vastas áreas do continente, caracterizadas por condições naturais mais adversas, como desertos, savanas secas e altitudes elevadas, enfrentaram dificuldades iniciais para atrair grandes populações e promover o desenvolvimento. Essas regiões, que no passado eram vistas como inóspitas e difíceis de habitar, começam a passar por transformações significativas. As adversidades naturais, como a falta de água ou o clima extremamente árido, que antes limitavam o crescimento, agora podem ser superadas graças a avanços em técnicas agrícolas, como a irrigação e o uso de sementes resistentes a condições extremas.


FIGURA 8: CLIMAS AFRICANOS



Fonte: [https://br.freepik.com/vetores-premium/mapa-do-continente-africano-com-divisao-de-climas-por-cores\\_24348766.htm](https://br.freepik.com/vetores-premium/mapa-do-continente-africano-com-divisao-de-climas-por-cores_24348766.htm)

Entretanto, o desenvolvimento de muitas dessas áreas mais remotas e desafiadoras ainda depende de grandes investimentos financeiros. Para que essas regiões se tornem mais habitáveis e economicamente viáveis, é necessário um fluxo significativo de capital externo. Nos últimos anos, um dos maiores investidores tem sido a China, que tem direcionado recursos para a construção de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e projetos de energia, além de investimentos em setores como mineração e agricultura. Esses investimentos são cruciais para transformar áreas antes marginalizadas em polos de desenvolvimento, ainda que o processo dependa de capital estrangeiro e de uma gestão eficaz dos recursos disponíveis.

Assim, enquanto algumas regiões africanas desfrutam de crescimento impulsionado por condições naturais favoráveis, outras necessitam de grandes investimentos para superar suas limitações e promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida de suas populações.



A ocupação populacional mais densa na África ocorreu principalmente em regiões onde as chuvas são regulares e abundantes, fatores essenciais para o desenvolvimento agrícola e a formação de assentamentos humanos. Um exemplo clássico é o Vale do Rio Nilo, no norte do continente, onde as inundações anuais do rio garantem solo fértil e propício à agricultura. Esse processo histórico de irrigação natural permitiu a expansão das atividades agropecuárias, atraindo uma população crescente que depende do cultivo de alimentos para sua subsistência.

Além do Vale do Nilo, outras áreas no centro-oeste da África, como algumas regiões da Bacia do Congo, também apresentaram condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária. A abundância de chuvas nessas áreas possibilitou o cultivo de diversos tipos de culturas, como arroz, milho, mandioca e grãos, além de criar condições ideais para a criação de gado e outros animais. A agricultura tornou-se a principal atividade econômica, sustentando tanto as populações locais quanto o comércio com outras regiões.

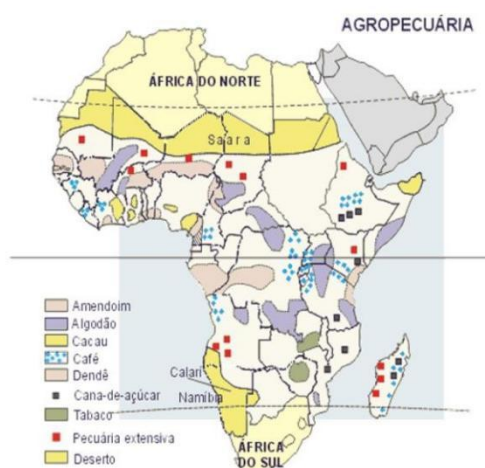
Essas áreas de alta pluviometria, ao longo do tempo, se tornaram centros de forte concentração populacional, uma vez que as condições climáticas facilitam o cultivo de alimentos em grande escala, promovendo o crescimento econômico e o desenvolvimento de infraestrutura, como estradas, mercados e centros urbanos. O domínio das técnicas de cultivo e o manejo dos recursos hídricos também contribuíram para o aumento da produtividade e a sustentabilidade das atividades agropecuárias nessas regiões.

Portanto, a ocupação populacional na África está intimamente ligada à distribuição das chuvas e à fertilidade do solo, sendo as áreas com alta pluviosidade cruciais para o desenvolvimento econômico e o bem-estar de suas populações.

## B) DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO SETOR AGROPECUÁRIO AFRICANO

As atividades agropecuárias desempenham um papel fundamental na economia da África, com uma grande parte da população dependendo diretamente delas para sua subsistência. Em diversas regiões, entre 50% e 90% da população está envolvida em práticas agropecuárias, o que demonstra a relevância desse setor para a sobrevivência e o bem-estar das comunidades. No entanto, as condições naturais variam consideravelmente no continente, e em áreas mais áridas e secas, como o Sahel, a criação de gado continua sendo a principal atividade, com pastores nômades que praticam o pastoreio de forma tradicional, sem grandes avanços tecnológicos.

FIGURA 9: ATIVIDADE AGROPECUÁRIA



Fonte: <https://www.educabras.com/aula/afrika-economia>

Nas áreas mais úmidas e férteis, a agricultura predomina, mas, de forma geral, a produção agrícola na África é baseada em pequenas propriedades que utilizam métodos rudimentares. Esse modelo de agricultura de subsistência é responsável pela produção de alimentos que atendem principalmente às necessidades internas, com um pequeno excedente sendo comercializado localmente ou até exportado. No entanto, a falta de recursos, infraestrutura e acesso a novas tecnologias impede que a agricultura africana alcance seu pleno potencial, limitando o crescimento econômico e a segurança alimentar.

O legado da colonização também deixou marcas profundas na organização da produção agrícola. Durante o período colonial, a África foi inserida em um sistema de produção voltado para a exportação de matérias-primas, como produtos agrícolas e minerais, para atender às necessidades das potências europeias. Esse modelo econômico desconsiderava as necessidades de desenvolvimento interno e acabou consolidando a África como uma fornecedora de recursos naturais e consumidora de produtos industrializados, um papel que ainda persiste em muitos países.

Embora o setor mineral, especialmente em países como Angola, Nigéria, e África do Sul, tenha grande relevância nas exportações, a exploração mineral ocupa uma parcela muito reduzida da população economicamente ativa. Isso indica que, apesar da riqueza em recursos naturais, a maior parte da população continua dependente de atividades agropecuárias e enfrenta desafios significativos relacionados ao subdesenvolvimento e à falta de acesso a melhores condições de vida. Assim, a África ainda enfrenta o desafio de diversificar sua economia, modernizar a agricultura e melhorar as condições de vida de suas populações rurais.

### **C) A INDUSTRIALIZAÇÃO AFRICANA**

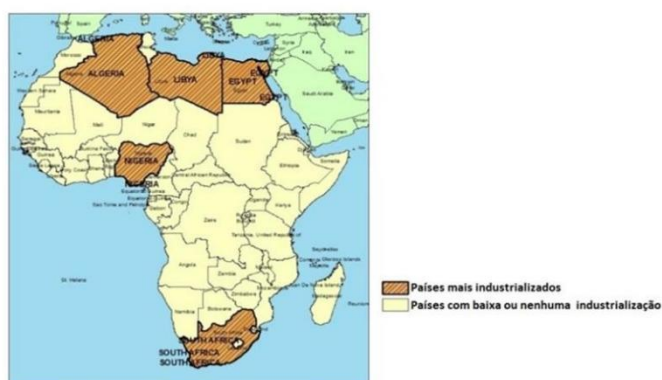
O setor industrial dos países africanos, em sua maioria, enfrenta sérias limitações em termos de diversificação e dinamismo, o que dificulta o desenvolvimento econômico autossustentável no continente. Exceções a essa realidade incluem países como Egito e África do Sul, que possuem economias mais industrializadas. Contudo, a maior parte das nações africanas continua sendo dependente de importações de produtos industrializados provenientes de países desenvolvidos, como os da Europa e os Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, se mantém como exportadora de matérias-primas, como minérios e produtos agrícolas.

A falta de recursos financeiros internos suficientes para a compra desses produtos industrializados cria uma disparidade entre a demanda e a oferta de capital, o que impede a formação de um ciclo de acumulação de riquezas no continente. Assim, a maior parte dos recursos financeiros disponíveis acaba sendo direcionada para o exterior, especialmente através das importações, o que impede a criação de uma base econômica sólida.

A industrialização na África começou a ganhar impulso após a descolonização, nas décadas de 1950 e 1960, quando diversos Estados africanos se tornaram independentes. No entanto, essa transição foi marcada por uma desarticulação econômica, social e política, dificultando o progresso do processo industrial.

Algumas tentativas de desenvolvimento industrial bem-sucedidas incluem o fortalecimento das economias nacionais, com o aumento da renda da população e o incentivo ao consumo interno, o que, por sua vez, gerou novas atividades produtivas e gerou empregos. Também houve esforços para ampliar as bases econômicas nacionais, com o objetivo de reduzir a dependência das exportações e aumentar a poupança interna.

FIGURA 10: INDUSTRIALIZAÇÃO AFRICANA



Fonte: <https://kardiasociologia.org/2022/09/25/industrializacao-africana/>

Outro marco importante foi a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1961, que buscou promover a unidade política e a estabilidade econômica e territorial do continente, fornecendo uma base para o desenvolvimento e a cooperação regional. Esses esforços, embora não tenham sido totalmente bem-sucedidos, representam uma tentativa de reverter a dependência econômica da África e impulsionar o crescimento industrial.

O aumento do grau de beneficiamento das mercadorias, com o objetivo de incrementar a lucratividade dos setores voltados para a exportação, é uma das principais estratégias para impulsionar a industrialização na África. No entanto, esse processo enfrenta diversos obstáculos que dificultam seu pleno desenvolvimento.

Primeiramente, a participação da África no comércio mundial continua sendo pequena, com suas exportações ainda representando uma fração irrisória do comércio global. Embora haja benefícios, como isenções de tarifas, especialmente com a União Europeia, essa vantagem não tem sido suficiente para gerar um impacto substancial no crescimento das exportações africanas.

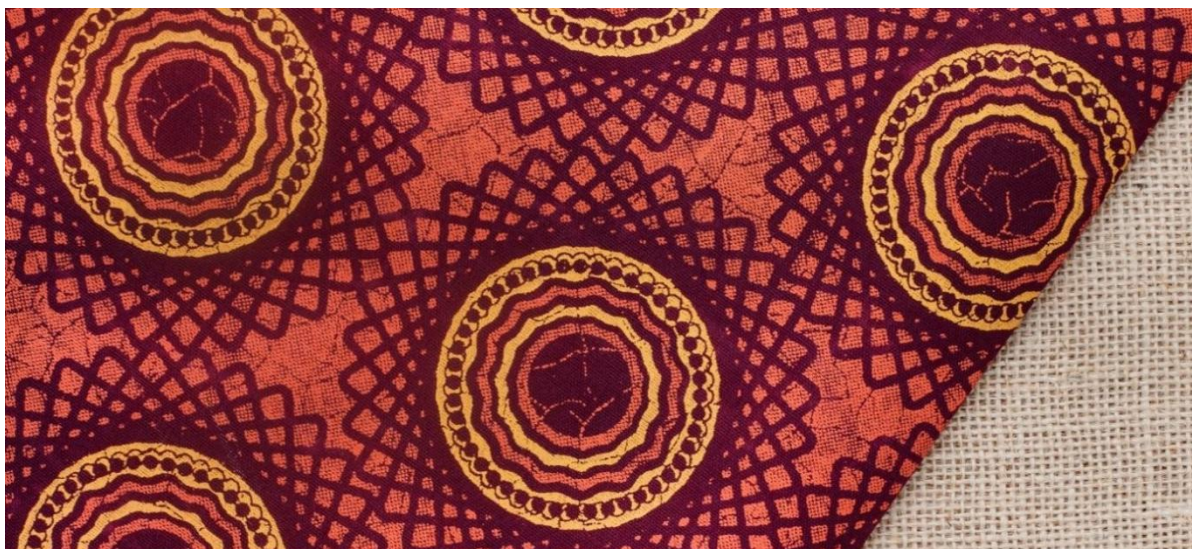
Outro grande desafio para a industrialização é a escassez de capital. Muitos países africanos não dispõem de recursos financeiros próprios para criar e manter um parque industrial moderno e sofisticado. Diante disso, as nações africanas recorrem frequentemente a empréstimos internacionais, o que, por sua vez, resulta em elevados endividamentos externos. Isso compromete as contas públicas e limita a capacidade de investimento interno, retardando a expansão e o fortalecimento das economias africanas. Esses obstáculos estruturais dificultam o avanço do processo de industrialização no continente, mantendo-o dependente da exportação de matérias-primas e da importação de produtos industrializados.

#### **D) A UNIFICAÇÃO ECONÔMICA DA ÁFRICA**

Apesar das persistentes ameaças à estabilidade e à paz, a integração econômica da África continua sendo uma meta viável, dada a riqueza natural do continente, a diversidade biológica e o potencial criativo de seus povos. Ao longo dos anos, diversas iniciativas políticas têm sido tomadas para promover a unidade e o desenvolvimento econômico africano. Exemplos disso são a SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e a UA (União Africana).

A SADC, que se destaca como o maior bloco comercial da África, enfrenta desafios significativos que comprometem o pleno aproveitamento de seu potencial econômico. Além das dificuldades políticas e econômicas, o bloco lida com questões sociais, ambientais, militares e culturais. Um dos principais obstáculos à sua eficácia é a implementação de um protocolo que permita a livre circulação de pessoas e mercadorias, devido à falta de envolvimento da sociedade civil nos programas de ação propostos pelos países membros.

Por outro lado, a UA, criada em 2002 para substituir a OUA (Organização da Unidade Africana), busca promover a unificação política, social e econômica do continente. A União Africana tem como meta a criação de instituições importantes como um parlamento, uma corte de justiça, um banco central, uma união monetária e a eliminação de barreiras comerciais. Embora enfrente a instabilidade política em muitos países, a UA tem logrado êxito, particularmente com a criação do Conselho de Paz e Segurança, destinado a intervir em conflitos étnicos e tribais, além de atuar na prevenção de genocídios.



# SUGESTÕES DIDÁTICAS



## 1 DINÂMICAS URBANAS NO CONTINENTE AFRICANO

### Objetivo:

- Investigar as cidades africanas e seus desafios e potencialidades, como Lagos (Nigéria), Cairo (Egito) e Joanesburgo (África do Sul).

### Atividades:

- Estudos comparativos sobre urbanização na África e na América Latina.
- Criação de infográficos sobre desafios urbanos como crescimento populacional, desigualdades e inovação tecnológica.
- Discussões sobre iniciativas de sustentabilidade e tecnologia em cidades africanas.

## 2 ÁFRICA: Um Continente de Diversidades Geográficas e Culturais

### Objetivo:

- Apresentar aos alunos a diversidade de paisagens naturais, culturas, línguas e modos de vida no continente africano, rompendo com estereótipos.

### Atividades:

- Criação de mapas interativos sobre os principais biomas africanos (Saara, savana, floresta tropical).
- Pesquisa e apresentações sobre a relação entre ambiente e cultura em regiões como o Sahel, a Bacia do Congo e o Vale do Rift.
- Produção de murais ou maquetes mostrando a diversidade de etnias e paisagens.



### 3 RECURSOS NATURAIS DA ÁFRICA: Potencialidades e Impactos

#### Objetivo:

- Explorar os recursos naturais africanos (petróleo, ouro, diamantes, cobalto) e discutir seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

#### Atividades:

- Mapas colaborativos indicando os principais recursos naturais de cada região.
- Leitura e debate sobre a “maldição dos recursos naturais” e sua relação com o colonialismo.
- Simulação de uma negociação internacional sobre exploração sustentável de recursos.

### 4 ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: Migrações e Globalização

#### Objetivo:

- Entender os fluxos migratórios africanos internos e externos e suas causas, como conflitos, mudanças climáticas e busca por melhores condições de vida.

#### Atividades:

- Análise de reportagens sobre refugiados africanos e a crise migratória global.
- Simulação de um fórum da ONU discutindo migração e acolhimento de refugiados.
- Produção de textos dissertativos ou cartazes propondo soluções humanitárias.



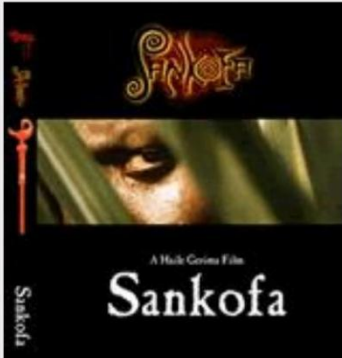
## ★ FILMES GEOGRAFIA AFRICANA ★

### 1 Diamante de Sangue (2006)



Filmado em Serra Leoa, mostra as consequências da exploração de recursos naturais, como diamantes, e seus impactos geográficos e sociais. Indicado para trabalhar a desigualdade econômica em países como Libéria e a Serra Leoa, onde a mineração de diamantes pode enriquecer uma pequena elite, enquanto a grande maioria da população vive em condições extremas.

### 2 "Sankofa" - 1993



O foco principal é a escravidão e as consequências da colonização, "Sankofa" explora como a economia da agricultura e o trabalho escravo afetaram profundamente a história de muitos países africanos.

Indicado para trabalhar a história da agricultura no continente africano e como a colonização e a escravidão moldaram as economias agrícolas africanas, com ênfase no legado das plantações e a exploração do trabalho.

### 3 Hotel Rwanda (2004)



Ambientado no país africano de Ruanda, retrata o genocídio de 1994 e traz um contexto geográfico e social que ajuda a entender os conflitos étnicos e políticos na região dos Grandes Lagos.

Indicado para trabalhar a hidrografia e a geografia humana e a geografia física de Ruanda.

The page features a decorative background with a film strip on the left and right sides, and several stars of different colors (orange and grey) scattered across the light grey background. The title is centered at the top.

## DOCUMENTÁRIOS SOBRE A GEOGRAFIA AFRICANA

### 1 Earth: One Amazing Day (2017)

Um documentário que acompanha um “dia” no planeta Terra, com destaque para cenas impressionantes da fauna africana e os diversos biomas do continente.

### 2 Wild Africa (2001)

Uma série documental que explora as principais regiões naturais da África, como desertos, florestas tropicais e rios, destacando sua biodiversidade e importância ecológica.

### 3 Virunga (2014)

Focado no Parque Nacional de Virunga, na República Democrática do Congo, o documentário aborda a luta para proteger a biodiversidade local, incluindo os gorilas das montanhas, e destaca os desafios políticos e ambientais.

## LIVROS SOBRE GEOGRAFIA AFRICANA

### Atlas e Obras de Referência

#### 1. “Atlas da África”

Autor: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE)

- Descrição: Um atlas que combina mapas físicos, políticos e culturais do continente.

#### 2. “The State of Africa: A History of Fifty Years of Independence”

Autor: Martin Meredith

- Descrição: Embora com foco em história recente, o livro aborda os aspectos geográficos e geopolíticos que moldaram os Estados africanos modernos.

### Ecologia e Meio Ambiente

#### 3. “Deserts and Savannahs of Africa”

Autor: Anthony Hall-Martin

- Descrição: Um estudo sobre os biomas africanos, com destaque para desertos e savanas.

#### 4. “African Ecology: Benchmarks and Historical Perspectives”

Autor: Clive Spina

- Descrição: Explora a interação entre geografia, ecologia e história no continente.


Esses livros abrangem temas como diversidade física, impacto humano, ecossistemas e aspectos culturais.

### História e Geopolítica Africana

#### 5. “História Geral da África” (Volumes variados)

Editado pela UNESCO

- Descrição: Embora seja um estudo histórico, esses volumes analisam como a geografia influenciou o desenvolvimento social, econômico e político do continente.



## 6. “África: Transformações no Espaço Rural e Urbano”

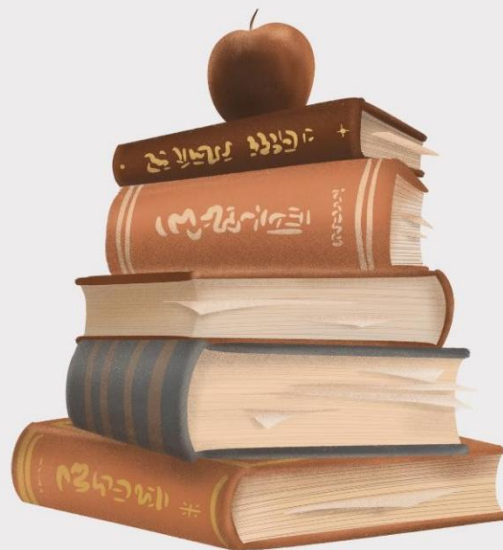
Autores: Diversos (organizado por Carlos Walter Porto Gonçalves)

- Descrição: Analisa as transformações geográficas relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural na África.

## 7. “Geopolítica e Globalização: A África no Mundo Atual”

Autor: Alberto da Costa e Silva

- Descrição: Uma visão geopolítica do continente, destacando o papel da África na economia e nas relações internacionais contemporâneas. aspectos geográficos e geopolíticos que moldaram os Estados africanos modernos.





# AFRICANIDADE GEOGRÁFICA 4

4 OS LIMITES TERRITORIAIS DA  
ÁFRICA



---

## Vamos CONHECER O CONTEÚDO?

A África é o segundo maior continente do mundo, tanto em termos de área quanto de população. Seu território é delimitado por diversos elementos naturais, mas suas fronteiras políticas foram em grande parte definidas durante a colonização. Essas fronteiras, muitas vezes, não respeitaram as divisões étnicas, culturais ou geográficas, o que gerou diversos desafios e conflitos ao longo da história.

### • AS CONSEQUÊNCIAS DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DA ÁFRICA: IMPACTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS PÓS-COLONIAIS

A África foi palco de intensos choques sociais, políticos e culturais em decorrência da exploração comercial e da divisão territorial imposta pelas potências europeias desde o século XVI. O processo de colonização, que culminou na partilha do continente no final do século XIX, deixou um legado profundo de fragilidade nos Estados africanos, cujas consequências ainda são evidentes nos dias atuais. A divisão do continente foi realizada de maneira arbitrária, sem levar em conta as realidades sociais e culturais dos povos nativos.

A partir do momento em que os europeus começaram a explorar e colonizar a África, iniciaram-se transformações drásticas nas estruturas sociais, políticas e econômicas locais. O tráfico de escravos, que teve grande auge entre os séculos XVI e XIX, foi um dos pilares dessa exploração. Milhões de africanos foram capturados e vendidos para as Américas e outras partes do mundo, desestruturando comunidades inteiras e afetando o tecido social de várias regiões africanas.

A partilha da África, especialmente durante a Conferência de Berlim (1884-1885), quando as potências europeias dividiram o continente entre si, não respeitou as populações nativas. As fronteiras foram traçadas sem consideração pelas tribos, etnias ou reinos que já existiam há séculos. Como resultado, tribos rivais e historicamente conflitantes foram confinadas dentro dos mesmos limites territoriais, enquanto grupos etnicamente relacionados e com laços culturais profundos foram separados. Esse processo de divisão artificial criou tensões e conflitos, que, após a independência, se traduziram em instabilidade política, conflitos étnicos e guerras civis.

Os Estados nacionais africanos surgiram dessas fronteiras artificiais, muitas vezes sem uma coesão interna, o que gerou dificuldades na construção de um sentido de identidade nacional. A diversidade étnica, cultural e linguística, ao invés de ser considerada uma riqueza, tornou-se um desafio para a unidade dos países. As potências coloniais, ao delimitarem as fronteiras, não se preocuparam em criar uma estrutura que favorecesse a harmonia entre os diferentes grupos, mas sim garantir a exploração de recursos naturais e mão-de-obra barata, sem qualquer planejamento para o desenvolvimento sustentável das regiões colonizadas.

Essas divisões territoriais e a imposição de fronteiras artificiais têm sido uma das causas centrais da fragilidade dos Estados nacionais africanos pós-independência. A falta de coesão social e política dentro das fronteiras estabelecidas levou à proliferação de conflitos internos, disputas territoriais e a contínua luta pelo poder entre diferentes grupos étnicos. Países como Ruanda, Sudão e República Democrática do Congo são exemplos de como as divisões coloniais resultaram em intensos conflitos internos e em uma instabilidade que durou décadas.

Em resumo, a exploração comercial e a divisão territorial imposta pelas potências europeias não só alteraram profundamente o curso histórico da África, mas também contribuíram para a fragilidade dos Estados africanos. As fronteiras arbitrárias e a falta de consideração pelos povos nativos resultaram em uma herança de conflitos, desigualdades e dificuldades no processo de construção de uma identidade nacional coesa. O legado dessa fragmentação ainda se reflete na política, na economia e nas relações sociais em muitas regiões do continente africano.

FIGURA 11: MAPA POLÍTICO DA ÁFRICA



Fonte: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa\\_pol%C3%ADtico\\_da\\_%C3%81frica.svg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_pol%C3%ADtico_da_%C3%81frica.svg)

## **B) A PARTILHA DA ÁFRICA**

No século XVIII, a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial transformou profundamente a economia dos países europeus, criando novas dinâmicas econômicas e políticas que impactaram o resto do mundo, especialmente a África. A principal fonte de riqueza deixou de ser o comércio e a acumulação de metais preciosos, como o ouro, e passou a ser a produção de mercadorias. Esse novo modelo econômico impulsionou a Revolução Industrial, um processo que exigiu enormes quantidades de matérias-primas para sustentar a produção em massa de bens manufaturados. As potências europeias, em busca dessas matérias-primas essenciais, encontraram na África um mercado abundante para exploração.

A necessidade de recursos naturais como minérios, petróleo, café, cacau e algodão, entre outros, para alimentar as novas indústrias europeias, foi um dos principais fatores que motivaram a expansão imperialista no continente africano. O continente africano, rico em recursos naturais, tornou-se um alvo estratégico para as potências europeias, que buscavam não apenas garantir suprimentos para suas indústrias, mas também estabelecer mercados consumidores para os produtos manufaturados.

Com isso, o imperialismo europeu na África não foi apenas um reflexo do desejo de poder e dominação, mas uma necessidade econômica que estava diretamente ligada ao novo estágio do capitalismo industrial. Para as potências europeias, a África tornou-se uma fonte vital de matérias-primas e uma área de expansão de mercados, criando uma relação de dependência econômica entre o continente africano e as potências coloniais.

A fim de regulamentar e controlar essa competição pelo território e pelos recursos africanos, os países colonialistas europeus tomaram medidas para dividir e organizar a África em esferas de influência. Dois eventos históricos fundamentais marcaram essa divisão territorial, que moldou as fronteiras africanas até hoje:

### **A Conferência de Berlim (1884-1885):**

Reunião na qual as potências europeias, sem a presença de representantes africanos, estabeleceram as regras para a colonização da África. As fronteiras do continente foram traçadas de forma arbitrária, dividindo territórios e povos sem considerar as realidades étnicas, culturais ou sociais locais. A Conferência de Berlim foi crucial para a partilha do continente africano e o estabelecimento de colônias, dando início à corrida imperialista que se intensificou no final do século XIX.

### O Imperialismo de Guerra e Conquista:

Além da Conferência de Berlim, a disputa territorial também ocorreu por meio de guerras e conflitos armados entre as potências coloniais, que buscavam expandir suas áreas de influência e garantir o controle das colônias africanas. Essas guerras e disputas também resultaram em um processo de ocupação violenta e exploração das terras africanas.

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo industrial e a busca por matérias-primas essenciais para a indústria europeia foram os motores que impulsionaram a colonização da África. As potências europeias, guiadas pela necessidade de manter suas economias industrializadas e em crescimento, dividiram o continente africano de forma arbitrária, sem considerar os povos e culturas que ali habitavam. O legado dessa divisão continua a influenciar as dinâmicas políticas e sociais da África até os dias atuais.

A partir dos eventos históricos da Conferência de Berlim (1884-1885) e do processo de imperialismo de guerra e conquista, o continente africano foi formalmente dividido entre as principais potências coloniais europeias da época: Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal e Espanha. Esse processo de partilha territorial teve um impacto profundo nas estruturas políticas, sociais e econômicas da África, transformando-a em um conjunto de colônias europeias sem levar em consideração as realidades locais.

Embora a Inglaterra e a França já tivessem estabelecido áreas de influência no continente, a Conferência de Berlim deu a elas uma maior expansão de seus domínios. A Inglaterra, por exemplo, consolidou seu controle sobre vastas áreas do norte, oeste e leste da África, incluindo o Egito e a África do Sul, além de obter uma grande parte da África Oriental e Ocidental. Já a França dominou grande parte da África Ocidental e uma porção considerável do norte da África, incluindo países como Argélia e Senegal.

Além dessas duas potências, a Alemanha, que estava se unificando como Estado na época da Conferência de Berlim, também conseguiu estabelecer várias colônias na África Oriental, como a Tanzânia (então conhecida como Tanganica), e em outras regiões como Namíbia e Camarões. A Bélgica, sob o comando do rei Leopoldo II, se destacou pela brutal exploração do Congo, que foi tratado como sua propriedade pessoal antes de ser formalmente uma colônia belga. A Itália, apesar de seu relativamente pequeno império colonial, também buscou sua parte no continente africano, ocupando partes da Líbia e da Somália.

Portugal e Espanha, apesar de já terem perdido o poderio colonial que tiveram no passado, não ficaram de fora desse processo. Portugal manteve seu controle sobre territórios como Angola e Moçambique, enquanto Espanha ocupou algumas regiões menos desenvolvidas da África Ocidental e do norte da África, como Marrocos e Guiné Equatorial.

Esse processo de partilha não apenas redesenhou as fronteiras da África, mas também impôs um novo sistema de governo colonial. As potências europeias estabeleceram colônias que seriam exploradas econômica e politicamente, priorizando a extração de recursos naturais e a força de trabalho local, muitas vezes através de trabalho forçado. As novas fronteiras coloniais muitas vezes desconsideraram os grupos étnicos, culturais e linguísticos presentes, resultando em tensões internas e em uma fragmentação social que perduraria por muitas décadas, mesmo após as independências conquistadas no século XX.

FIGURA 12: AS POTÊNCIAS QUE DOMINAVAM O CONTINENTE AFRICANO, EM 1914



Fonte: <https://mestresdahistoria.blogspot.com/2012/04/saiba-mais-sobre-primeira-guerra.html>

A colonização europeia na África causou uma desorganização profunda na vida das populações nativas, alterando não apenas as estruturas políticas e sociais, mas também os sistemas econômicos que eram praticados há séculos. Os governos coloniais impuseram um novo regime de cobrança de impostos e tributos sobre os territórios que antes pertenciam aos africanos, forçando-os a se submeter às exigências das potências coloniais para manter seus direitos sobre a terra. Isso representou um choque brutal para muitas das comunidades africanas, pois a maioria dos povos nativos não tinha familiaridade com o conceito de dinheiro ou sistemas de cobrança tributária que os colonizadores impunham.

Diante dessa nova realidade, as tribos africanas foram forçadas a trabalhar nas grandes plantations e em grandes lavouras voltadas para a produção de bens destinados à exportação. As colônias europeias necessitavam de recursos naturais e mão de obra barata para abastecer suas indústrias e mercados. Isso resultou na exploração forçada de mão-de-obra nas minas, onde os africanos eram obrigados a extrair minérios, e na construção de ferrovias, que ligavam as áreas produtoras aos portos de embarque, facilitando a exportação de recursos para a Europa.

O sistema agrícola tradicional africano, que era voltado para o consumo local e atendia às necessidades das comunidades, foi completamente desarticulado pelos colonos. As plantations que os europeus estabeleceram foram feitas para produzir mercadorias voltadas à exportação, como café, algodão, cacau e açúcar, alterando as dinâmicas alimentares e econômicas das comunidades africanas. Isso resultou não apenas na escassez de alimentos, mas também em um sistema produtivo que beneficiava unicamente os interesses coloniais, sem qualquer preocupação com o bem-estar ou a autossustentação dos africanos.

A ação dos colonizadores europeus gerou uma série de problemas econômicos, sociais e territoriais que afetaram profundamente a vida dos africanos. O enfrentamento militar imposto para submeter as populações nativas ao domínio europeu levou a muitas mortes e destruição. Além disso, os africanos foram forçados a lidar com um aparato policial e repressivo, que visava manter a ordem e garantir o controle sobre as colônias. A resistência era cruelmente reprimida, e os africanos eram tratados como subordinados aos interesses dos colonizadores.

Entre os principais efeitos da colonização, podemos destacar:

#### **Impedimento do desenvolvimento autossustentável:**

O modelo colonial destruiu a capacidade dos povos africanos de desenvolverem suas economias de forma independente, forçando-os a depender das potências coloniais para a produção e comercialização de recursos. Isso resultou em uma grande desigualdade econômica e na perda de autonomia.

#### **Drenagem de alimentos e minérios:**

Os recursos naturais, incluindo alimentos e minérios, foram extraídos da África e enviados para a Europa, a fim de alimentar a máquina industrial europeia. Enquanto as potências coloniais se beneficiavam da exploração, a África se via empobrecida e incapaz de sustentar suas próprias necessidades.

### Escoamento de recursos para a Europa:

A principal motivação da colonização era o abastecimento de matérias-primas baratas para as indústrias europeias. As riquezas africanas, como ouro, diamantes, petróleo e outros recursos essenciais, eram extraídas sem que houvesse qualquer benefício real para os africanos, que eram privados de seu próprio patrimônio natural.

Portanto, a colonização não só desorganizou profundamente as estruturas sociais e econômicas da África, mas também criou uma dependência das potências europeias, condenando os africanos a um sistema de exploração que perduraria até as independências no século XX. O legado dessa exploração ainda é sentido no continente africano, que enfrenta desafios de desenvolvimento econômico, desigualdade social e conflitos territoriais até os dias atuais.

### C) A RECONFIGURAÇÃO DAS FRONTEIRAS AFRICANAS

A retirada das potências europeias da África foi motivada, em grande parte, pela crise econômica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Com a diminuição dos recursos, manter o controle sobre as colônias e garantir a segurança se tornou financeiramente insustentável. Esse cenário levou a uma reconfiguração política no continente, criando um período de incertezas territoriais e de lacunas políticas, o que gerou intensas disputas pelo poder.

Nos anos seguintes, a maioria das colônias africanas conquistou sua independência, mas as fronteiras, estabelecidas pelos colonizadores de forma artificial, foram mantidas, o que contribuiu para o aumento de conflitos étnicos e rivalidades internas. No entanto, em algumas regiões, como no sul da África, a resistência à mudança foi mais intensa devido ao sistema de segregação racial, que dificultou a transição para a independência, especialmente na África do Sul.



FIGURA 14: PLACA QUE REPRESENTA REGIME RACISTA NA ÁFRICA DO SUL



Fonte: <https://veja.abril.com.br/especiais/apartheid-pos-apartheid>

Após anos de luta da população negra por igualdade de direitos, marcada por massacres e prisões de líderes, a situação da África do Sul tornou-se insustentável, com o crescente apoio internacional à luta contra o apartheid. Pressões significativas da ONU (Organização das Nações Unidas), e de outros países resultaram na realização das primeiras eleições multirraciais em 1994, nas quais, Nelson Mandela, líder proeminente do movimento antiapartheid e preso por 27 anos, foi eleito presidente.

Com a chegada ao poder, o novo governo iniciou o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, enfrentando desafios como o impulso ao crescimento econômico, a diversificação das atividades produtivas e a melhoria dos setores de saúde, moradia e educação. Contudo, o continente africano, em geral, ainda sofre com a falta de modernização de sua infraestrutura, essencial para acelerar seu crescimento econômico.

A infraestrutura existente é voltada principalmente para a exportação de recursos naturais, sendo mais adequada ao escoamento de produtos do que à criação de valor agregado. A rede de transporte, legada pelos colonizadores europeus, foi projetada para facilitar a extração e exportação de riquezas, e o processo de modernização e industrialização da África enfrenta obstáculos, como a escassez de infraestrutura competitiva, a falta de qualificação dos recursos humanos e a carência de investimentos de capital.

## • OS DESAFIOS DA ÁFRICA NO ACESSO ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

Após a independência, países africanos como Gana e Sudão embarcaram em uma corrida descontrolada pela industrialização, gastando milhões de dólares das reservas provenientes da agricultura em projetos industriais obsoletos. Outros países negligenciaram as políticas agrícolas voltadas para a subsistência e passaram a priorizar projetos de monocultura voltados para a exportação, o que, como já mencionado, contribuiu para a fome em massa das populações rurais que não migraram para as cidades, onde os empregos eram limitados e a sobrevivência, incerta e difícil.

Na nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), os países pobres e com baixa industrialização participam da produção de manufaturas que utilizam pouca tecnologia, dependem de mão de obra barata e, frequentemente, não têm proteção estatal. Nos países desenvolvidos, localizados nas economias centrais da Europa e da América, a participação ocorre por meio da produção de bens industriais de alto valor agregado, geralmente nas áreas de informação, comunicação e serviços de apoio à produção.

A posição da África na DIT é ainda mais desfavorável em comparação aos países de baixa industrialização, devido à exploração intensa de seus recursos naturais e mão de obra. As exportações de produtos industrializados no continente são mínimas e se concentram principalmente em dois países: África do Sul e Egito. Quando se analisa o acesso dos africanos às novas tecnologias de informação, fica claro o contraste nas infraestruturas e as dificuldades de desenvolvimento no continente. O baixo número de pessoas com acesso à internet e a limitada quantidade de assinantes de telefonia móvel evidenciam a frágil inserção dos países africanos no processo de globalização, como será discutido adiante.

A falta de infraestrutura adequada nos países africanos dificulta a atração de investimentos produtivos, limitando o desenvolvimento econômico. Embora os investimentos estrangeiros sejam direcionados principalmente para o setor extrativo de minerais, eles ainda são muito baixos em comparação com outras regiões do mundo. Sem a modernização das atividades produtivas e a qualificação da mão de obra local, torna-se mais difícil gerar e distribuir riqueza de forma equitativa. Na África do Sul, um dos países que mais recebe investimentos, a população de 2014 era composta por 79% de negros de diversas etnias, 9% de origem europeia, 9% de eurafricanos e 2,5% de asiáticos, enquanto outros grupos representavam apenas 0,5% da população.

Apesar da minoria branca, esse grupo detinha 60% da renda nacional e vivia nas melhores condições, o que evidencia a persistente desigualdade socioeconômica no país.

### **E) A ÁFRICA À PERIFERIA DA GLOBALIZAÇÃO**

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o cenário econômico global passou a vivenciar uma transformação significativa, indo de um período técnico para um período técnico-científico. Essa transição trouxe consigo uma nova visão de dinamismo econômico e reconfiguração territorial, alicerçada, em grande medida, no controle dos processos de produção e disseminação de tecnologias, fatores essenciais para o progresso das nações. Nesse novo contexto, o domínio da alta tecnologia e os investimentos robustos em pesquisa e desenvolvimento tornaram-se fundamentais para que os países pudessem se inserir de forma competitiva na economia global.

No entanto, os países africanos enfrentaram grandes desafios nesse processo. Sem o acesso a essas tecnologias avançadas e a capacidade de investir massivamente em inovação, muitos desses países não conseguiram se integrar de maneira efetiva e competitiva à nova ordem mundial. A Revolução Tecnológica, especialmente a partir da década de 1970, com a invenção e difusão de dispositivos como computadores pessoais, satélites e sistemas de comunicação como a Internet, consolidou ainda mais a distância entre as nações desenvolvidas e os países africanos. As nações que dominaram essas tecnologias emergentes ascenderam ao topo da pirâmide econômica global, enquanto os países africanos permaneceram marginalizados.

Esse cenário é uma herança direta do período colonial europeu, que deixou um legado profundamente negativo para grande parte da África. Durante a colonização, os recursos naturais africanos foram exauridos para benefício das potências coloniais, e as fronteiras dos países foram desenhadas de forma arbitrária, sem consideração pelas diversidades étnicas e culturais, resultando em conflitos internos. Além disso, o sistema agrícola implantado na época colonial estava orientado para atender aos interesses de uma pequena elite, deixando as populações locais à mercê da escassez de alimentos, da fome e da propagação de doenças, agravadas pela falta de infraestrutura e de serviços básicos de saúde.

Dessa maneira, a África continua à margem da globalização, enfrentando obstáculos estruturais que dificultam sua plena integração ao sistema

econômico global e limitam suas possibilidades de desenvolvimento. A exclusão dos avanços tecnológicos e o peso de um passado colonial opressor são fatores que ainda moldam a realidade do continente, perpetuando desigualdades e dificultando a construção de um futuro mais próspero e sustentável.

#### • FOME E DOENÇAS: CONSEQUÊNCIAS DA POBREZA NA ÁFRICA

A cada ano, mais de 13 milhões de pessoas em todo o mundo falecem devido a doenças que não recebem tratamento adequado. Segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas) de 2023, cerca de 733 milhões de pessoas enfrentam a fome no mundo, enquanto aproximadamente 1,1 bilhão vivem em condições de pobreza. Na África, essa realidade é ainda mais dramática devido à fome crônica, caracterizada pela ingestão inadequada de calorias e nutrientes essenciais à manutenção da saúde, afetando grandes populações do continente.

FIGURA 15: UMA MULHER MOSTRA SEU BEBÊ DESNUTRIDO EM UM CENTRO DE REABILITAÇÃO NUTRICIONAL INTENSIVO EM TANOUT, NO SUL DO NÍGER

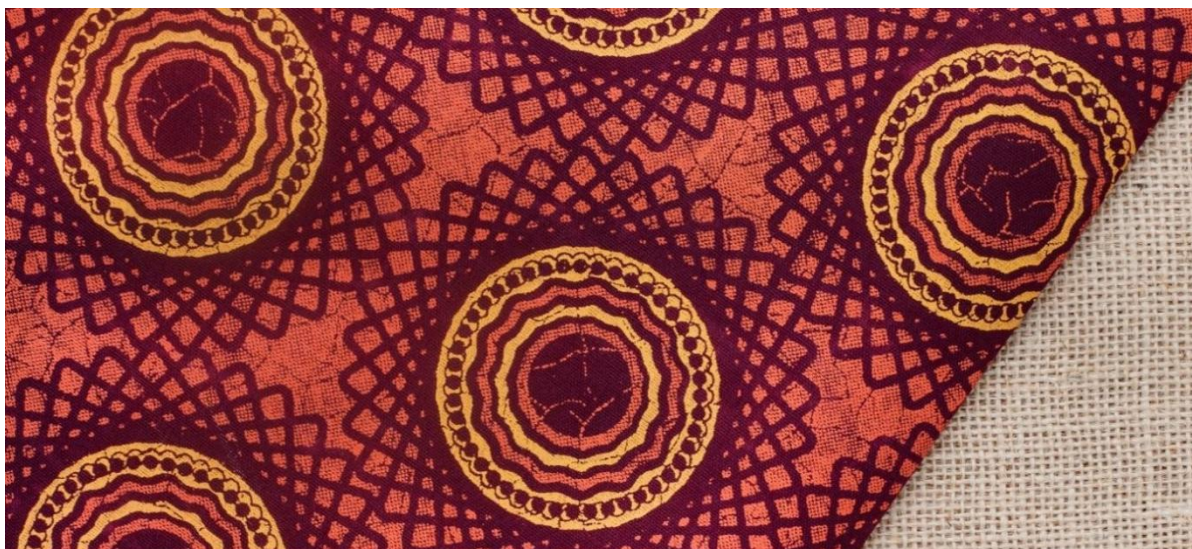


Fonte: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2012/02/16/interna\\_internacional,278330/pelo-menos-cinco-criancas-morrem-de-fome-a-cada-minuto-diz-ong.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2012/02/16/interna_internacional,278330/pelo-menos-cinco-criancas-morrem-de-fome-a-cada-minuto-diz-ong.shtml#google_vignette)

---

Além da fome, fatores como guerras civis, a má gestão dos recursos por governos corruptos e os altos índices de contaminação por doenças como AIDS e malária intensificam a pobreza na região. A escassez de uma educação de qualidade, a falta de programas de conscientização sobre saúde sexual, a precariedade dos serviços públicos e o alto custo dos medicamentos tornam ainda mais difícil o combate a epidemias como a AIDS.

Em 2022, a África Subsaariana concentra mais de 77% de pessoas vivendo com HIV no mundo. E nos últimos anos, algumas nações africanas adotaram programas de tratamento com medicamentos e campanhas de conscientização que ajudaram a reduzir a incidência da doença, diminuindo o número de novos casos e mortes. No entanto, os desafios para erradicar essas epidemias e melhorar as condições de vida das populações africanas ainda permanecem imensos.



# SUGESTÕES DIDÁTICAS



## 1 ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: Migrações e Globalização

### Objetivo:

- Entender os fluxos migratórios africanos internos e externos e suas causas, como conflitos, mudanças climáticas e busca por melhores condições de vida.

### Atividades:

- Análise de reportagens sobre refugiados africanos e a crise migratória global.
- Simulação de um fórum da ONU discutindo migração e acolhimento de refugiados.
- Produção de textos dissertativos ou cartazes propondo soluções humanitárias.

## 2 AFROCENTRICIDADE E CONEXÕES BRASIL-ÁFRICA

### Objetivo:

- Destacar as conexões históricas, culturais e econômicas entre Brasil e África, promovendo a valorização da herança africana na formação do território brasileiro.

### Atividades:

- Estudo das rotas do Atlântico Sul e o papel da África na economia colonial brasileira.
- Exposição sobre religiões de matriz africana e sua relação com geografias sagradas (ex.: rios e montanhas).
- Criação de mapas temáticos sobre os fluxos migratórios forçados e seus impactos culturais no Brasil.

## 3 ANÁLISE DE MAPAS E TERRITÓRIOS SEGREGADOS

### Objetivo:

- Estudar como o apartheid segregava a população da África do Sul em áreas geográficas específicas, criando zonas exclusivas para diferentes grupos raciais.

#### Atividades:

- Forneça aos alunos mapas antigos da África do Sul durante o apartheid e mapas modernos. Solicite que analisem as mudanças na divisão territorial após o fim do apartheid e discutam como isso afetou a mobilidade e a vida das pessoas. Pergunte como a divisão espacial reflete questões sociais e econômicas.

### 4 DEBATE SOBRE O APARTHEID E OS DIREITOS HUMANOS

#### Objetivo:

- Refletir sobre as questões de direitos humanos e como as políticas de segregação afetam a sociedade.

#### Atividades:

- Organize um debate em sala de aula sobre os impactos do apartheid. Divida os alunos em dois grupos: um a favor da política de segregação (como era defendido na época) e o outro contra, defendendo a igualdade racial. Após o debate, oriente uma reflexão sobre os direitos humanos e a importância de garantir a igualdade para todos os cidadãos.

### 5 ENTREVISTA SIMULADA COM UMA FIGURA HISTÓRICA

#### Objetivo:

- Promover uma compreensão mais profunda do impacto pessoal do apartheid.

#### Atividades:

- Divida os alunos em grupos e atribua a cada grupo uma figura histórica importante no contexto do apartheid (por exemplo, Nelson Mandela, Desmond Tutu, Steve Biko ou uma vítima do regime). Os alunos devem pesquisar sobre a vida dessa pessoa e depois realizar uma "entrevista simulada" na qual os colegas podem fazer perguntas e as respostas devem refletir as perspectivas e experiências da pessoa durante o apartheid.

## 6 LINHA DO TEMPO INTERATIVA

### Objetivo:

- Entender a cronologia dos eventos relacionados ao apartheid.

### Atividades:

- Peça aos alunos para criarem uma linha do tempo em grupos com os principais eventos do apartheid e da resistência. Eles podem incluir eventos como a implementação das Leis de Segregação, os protestos, a prisão de Nelson Mandela, o fim do apartheid e as primeiras eleições multirraciais. Os alunos devem, então, apresentar e discutir a linha do tempo com a turma.

## 7 ANÁLISE DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS

### Objetivo:

- Explorar representações cinematográficas da segregação racial.

### Atividades:

- Exiba trechos de filmes ou documentários sobre o apartheid, como "Invictus", "Sarafina!" ou "Mandela: O Caminho para a Liberdade". Após a exibição, organize uma discussão sobre como os filmes retratam o apartheid, os efeitos na vida das pessoas e as lutas de resistência. Os alunos podem escrever uma análise crítica sobre a forma como o tema é tratado na mídia.



## ★ SESSÃO FILMES GEOGRAFIA AFRICANA ★

### 1 A Sombra e a Escuridão (1996)



A história acontece no país do Quênia e trata sobre a construção de uma ferrovia. Indicado para trabalhar a interação humana com a fauna queniana, especificamente os leões do Parque Nacional de Tsavo.

### 2 Rainha de Katwe (2016)



Filmado em Uganda, o filme explora a vida em Katwe, um subúrbio de Kampala – a maior cidade de Uganda.

Indicado para trabalhar aspectos urbanos e sociais (geografia humana) da cidade de Kampala.

### 3 Diamante de Sangue (2006)



Filmado em Serra Leoa, mostra as consequências da exploração de recursos naturais, como diamantes, e seus impactos geográficos e sociais. Indicado para trabalhar a desigualdade econômica em países como Libéria e a Serra Leoa, onde a mineração de diamantes pode enriquecer uma pequena elite, enquanto a grande maioria da população vive em condições extremas.

### 4 O Rei Leão (1994/2019)



O filme apresenta paisagens inspiradas na savana africana com representações da fauna e flora.

Indicado para trabalhar a Geografia da África subsaariana (geografia física).

## 5 "Invictus" (2009)



Dirigido por Clint Eastwood, o filme conta a história de como Nelson Mandela (interpretado por Morgan Freeman) usou a Copa do Mundo de Rugby de 1995 para promover a reconciliação e a unidade racial na África do Sul pós-apartheid. Indicado para trabalhar sobre a tentativa de Nelson Mandela de unir a África do Sul através do esporte e combater o racismo também nos esportes.

## 6 "A Cor Púrpura" (1985)



Embora não seja diretamente sobre o apartheid, este filme dirigido por Steven Spielberg, baseado no livro de Alice Walker, aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres negras no sul dos Estados Unidos, tocando temas de segregação e racismo que têm paralelos com o apartheid. O filme retrata sobre o enfrentamento a violência de gênero, além da luta pela igualdade e respeito às diferenças.

## DOCUMENTÁRIOS SOBRE A GEOGRAFIA AFRICANA

### 1. "13th" (2016)

#### Direção:

Ava DuVernay

#### Descrição:

Este documentário explora a ligação entre a escravidão, o racismo institucionalizado nos Estados Unidos e o sistema de encarceramento em massa. O título faz referência à 13ª Emenda da Constituição dos EUA, que aboliu a escravidão, mas permitiu a escravização como punição para crimes. O filme discute como essa brecha legal foi explorada para marginalizar a população negra ao longo da história.

Por que usar nas aulas: Através de uma análise profunda, o documentário ajuda os alunos a entenderem como o racismo foi perpetuado e transformado ao longo do tempo, especialmente no contexto das políticas públicas e do sistema carcerário.

### 2. "The Black Power Mixtape 1967-1975" (2011)

#### Direção:

Göran Olsson

#### Descrição:

Este documentário é uma compilação de imagens raras e entrevistas com figuras importantes do movimento Black Power dos anos 60 e 70, como Angela Davis, Stokely Carmichael e Bobby Seale. Ele oferece uma visão do movimento de resistência contra o racismo nos Estados Unidos durante esse período.

#### Por que usar nas aulas:

O filme proporciona uma ótima oportunidade para discutir o movimento Black Power, o racismo sistêmico e a luta por direitos civis. Também pode ser útil para entender as manifestações de resistência à segregação racial e como elas se deram em contextos urbanos.

### 3. "The Price of Sugar" (2007)

#### Direção:

Bill Haney

#### Descrição:

O documentário examina o uso de trabalho escravo na indústria de açúcar na República Dominicana. Embora não trate diretamente da segregação racial, ele aborda questões de racismo, exploração e desigualdade social, especialmente em contextos de trabalho forçado e discriminação.

#### Por que usar nas aulas:

O filme é relevante para discutir o racismo no contexto da economia globalizada e o legado da escravidão, proporcionando uma análise crítica das disparidades econômicas e sociais.

### 4. "Eyes on the Prize" (1987)

#### Direção:

Henry Hampton

#### Descrição:

Esta série documental cobre a história do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, desde a década de 1950 até os anos 80. A série mostra as lutas contra a segregação racial e o impacto do racismo na sociedade americana.

#### Por que usar nas aulas:

"Eyes on the Prize" é uma excelente fonte para estudar a história do racismo nos Estados Unidos e como ele afetou as políticas públicas, as cidades e a vida cotidiana da população negra.

## 5. "I Am Not Your Negro" (2016)

### Direção:

Raoul Peck

### Descrição:

Baseado nas notas de James Baldwin, escritor e ativista, o documentário explora a história do racismo nos Estados Unidos e a luta pelos direitos civis, através da vida e morte de Medgar Evers, Malcolm X e Martin Luther King Jr.

### Por que usar nas aulas:

O documentário é uma poderosa reflexão sobre o racismo sistêmico e a maneira como ele permeia as relações sociais e políticas. Pode ser uma excelente ferramenta para discutir como as questões raciais afetam a sociedade até hoje.

## 6. "13th: The Documentary" (2017)

### Direção:

Ava DuVernay

### Descrição:

Uma análise do sistema de justiça penal nos EUA, o documentário explora como o sistema de encarceramento em massa afeta desproporcionalmente os afro-americanos, mostrando como a estrutura do racismo institucionalizado é mantida através das leis e da aplicação da justiça.

### Por que usar nas aulas:

Ideal para discussões sobre a persistência do racismo institucional, esse documentário pode ser usado para compreender como as práticas de discriminação racial continuam presentes na sociedade moderna.

## LIVROS SOBRE GEOGRAFIA AFRICANA

### Geografia Humana e Cultural da África

#### 1. “A Invenção da África”

Autor: Valentin Mudimbe

- Descrição: Discute como a África foi concebida e representada no pensamento ocidental, com implicações para sua geografia cultural e histórica.

#### 2. “África: Geografia e Cultura”

Autor: Milton Santos

- Descrição: Uma análise das dinâmicas culturais, sociais e econômicas do continente, com ênfase na diversidade e no potencial humano.

#### 3. “Africa: A Biography of the Continent”

Autor: John Reader

- Descrição: Um relato abrangente da história e geografia humana do continente, explorando como os aspectos físicos moldaram suas civilizações.

### História e Geopolítica Africana

#### 4. “História Geral da África” (Volumes variados)

Editado pela UNESCO

- Descrição: Embora seja um estudo histórico, esses volumes analisam como a geografia influenciou o desenvolvimento social, econômico e político do continente.

#### 5. “África: Transformações no Espaço Rural e Urbano”

Autores: Diversos (organizado por Carlos Walter Porto Gonçalves)

- Descrição: Analisa as transformações geográficas relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural na África.

#### 6. “Geopolítica e Globalização: A África no Mundo Atual”

Autor: Alberto da Costa e Silva

- Descrição: Uma visão geopolítica do continente, destacando o papel da África na economia e nas relações internacionais contemporâneas.



## Ecologia e Meio Ambiente

### 7. “Deserts and Savannahs of Africa”

Autor: Anthony Hall-Martin

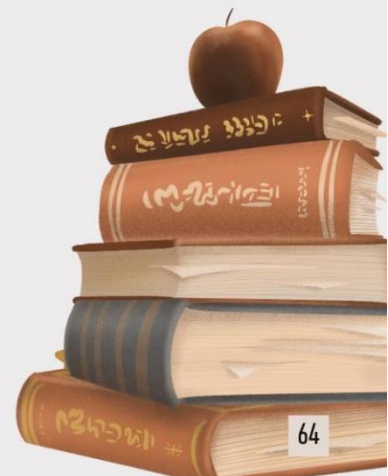
• Descrição: Um estudo sobre os biomas africanos, com destaque para desertos e savanas.

### 8. “African Ecology: Benchmarks and Historical Perspectives”

Autor: Clive Spina

• Descrição: Explora a interação entre geografia, ecologia e história no continente.

Esses livros abrangem temas como diversidade física, impacto humano, ecossistemas e aspectos culturais.





## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da Geografia Africana no contexto dos anos finais do Ensino Fundamental representa um importante passo rumo a uma educação mais inclusiva, crítica e comprometida com a valorização da diversidade cultural e geográfica do mundo.

Ao longo deste material, procuramos oferecer subsídios teóricos e práticos que permitam aos professores abordar o continente africano para além dos estereótipos e das generalizações historicamente difundidas.

No primeiro capítulo, “África: Contexto Natural, Divisão Regional e Economia”, destacamos a relevância de compreender a África em sua complexidade física e econômica. Os aspectos naturais, como relevo, clima, hidrografia e vegetação, foram trabalhados de forma articulada com as dinâmicas regionais e econômicas, de modo a demonstrar como a natureza e a ação humana se entrelaçam na construção dos espaços africanos.

O segundo capítulo, “África em Regiões: Diversidade Geográfica”, buscou ampliar o olhar sobre o continente, apresentando suas diferentes regiões e destacando as múltiplas realidades sociais, culturais e ambientais que coexistem. A proposta foi desconstruir a ideia de uma África homogênea, incentivando a análise crítica e contextualizada dos territórios africanos a partir de suas particularidades.

No capítulo final, “Os Limites Territoriais da África”, discutimos as fronteiras políticas herdadas do processo de colonização e os desafios contemporâneos enfrentados pelos países africanos. A reflexão sobre os conflitos territoriais, a soberania nacional e a identidade dos povos africanos permite aos alunos compreenderem os efeitos do passado colonial e as disputas geopolíticas atuais, fortalecendo uma leitura crítica das relações internacionais.

Esperamos que este livro contribua significativamente para a formação docente e para a promoção de um ensino de Geografia mais justo e representativo. Ao incorporar a Geografia Africana de maneira mais aprofundada e reflexiva nas salas de aula, promovemos o reconhecimento da importância da África na constituição do mundo contemporâneo e fortalecemos os valores de equidade, respeito e solidariedade entre os povos.

Que estas orientações sirvam como ponto de partida para práticas pedagógicas transformadoras, que inspirem o protagonismo docente e estimulem os estudantes a enxergar a África como parte viva, diversa e essencial da história global e do espaço geográfico mundial.

## REFERÊNCIAS

AYOADE, J. O. (2004). Climatic Regions of Africa. *Geography Review*, 31(2), 150-162.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino fundamental. 1ª ed Rio De Janeiro: FGV, 2019, p.487.

BRASIL, Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Brasília, 2016. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em 114 de set 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971.


BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília:Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BRASIL, Parecer nº 003, de 10 de março de 2004. Brasília, 2016. Disponível em:< [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em 14 de set de 2023.

BRASIL, Resolução Nº 1, de 17 de Junho de 2004. Brasília, 2016. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 10 agosto 2023.

DELBONI, Henrique. Geografia para todos. São Paulo: Scipione, 2003.



---

ENCICLOPÉDIA Larousse Cultural. Círculo do Livro: São Paulo, 1998.  
MOREIRA, Igor. Construindo o Espaço. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CECIERJ - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Elaboração de Conteúdo: Mariana do Carmo Lins. Rio de Janeiro, 2024.

MEREDITH, Martin. The State of Africa: A History of the Continent Since Independence. Simon & Schuster, 2005.

OLSON, D. M., et al. (2001). Terrestrial Ecoregions of the World: A New Map of Life on Earth. *BioScience*, 51(11), 933-938.

VEDOVATE, Fernando Carlo (Ed.). Projeto Araribá: Geografia. 1. ed. São Paulo: Moderna. 2006.

## AUTORES DA PESQUISA



**Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa** é Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão. Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2010). Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF (2014). Atualmente é professora efetiva da Prefeitura Municipal de Matões do Norte e professora substituta - Secretaria Estadual de Educação. Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Arte, Cultura e Educação das Relações Étnico-Raciais (GEPACERER) vinculado ao Centro de Ensino Professor Antenor Bogéa- Matões do Norte e do Grupo de Estudo e Pesquisa Investigação Pedagógica Afro-Braileira (GIPEAB) vinculado ao Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Ensino de Geografia, Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura popular e Educação Especial. Foi presidenta do Conselho Municipal de Educação de Matões do Norte-MA.

**Antonio de Assis Cruz Nunes** é Doutor em Educação pela Unesp/Marília-SP. Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira (RJ). Especialista em Avaliação à Distância pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é Professor Adjunto I da Universidade Federal do Maranhão, na qual leciona Metodologia da Pesquisa Educacional e Pesquisa Educacional. É graduado em Pedagogia pela UFMA. É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). É sócio da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afrobrasileiras (GIPEAB) do Departamento de Educação I (UFMA). É Consultor Ad hoc da FAPEMA. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da UFMA. Tem várias publicações em anais de congressos sobre estudos étnico-raciais, especialmente cotas para negros. Foi co-fundador do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Desenvolve estudos na área de relações étnicas e raciais e metodologia de pesquisa educacional.



**ANEXOS**

## ANEXO A- CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PESQUISA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA (PPGEEB)



### CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PESQUISA DE CAMPO

Prezado(a) Senhora(a) \_\_\_\_\_  
Secretário(a) Municipal de Educação de Matões do Norte- MA

Vimos por meio desta apresentar-lhe o(a) estudante ANGELA RIBEIRO CASAS NOVA DE SOUSA, regularmente matriculado(a) no Mestrado Profissional Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: O ENSINO DE ÁFRICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI N° 10.639/2003: uma experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha no Povoado Pedras- Município de Matões do Norte- MA.

Na oportunidade, solicitamos autorização de Vossa Senhoria em permitir a realização da pesquisa neste recinto educacional para que o(a) referido(a) estudante possa coletar dados por meio de observações, entrevistas, questionários e outros meios metodológicos que se fizerem necessários.

Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Colocamo-nos à disposição de V. Sª para quaisquer esclarecimentos.

São Luis, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Profa. Dra HERCILIA MARIA DE MOURA VITURIANO  
Coordenadora do PPGEEB/UFMA

## ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_, **Professora da Escola Municipal Raimundo Cunha**, concordo em conceder entrevista para **Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa**, o(a) mestrando(a), do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), para a **pesquisa** intitulada: **O ENSINO DA ÁFRICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA À LUZ DA LEI N° 10.639/2003**: uma experiência pedagógica na Escola Municipal Raimundo Cunha no Povoado Pedras - Município de Matões do Norte - MA.

Declaro estar ciente de que minha participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Declaro, ainda, estar ciente de que por intermédio deste Termo são garantidos a mim os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ter ampla possibilidade de negar-me a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à minha integridade física, moral e social.

São Luis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado(a)

## ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DAS IMAGENS INTERNAS DA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CUNHA



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Av. Dr. Antonio Sampaio, Nº 1032, CEP: 65468-000, Matões do Norte – MA

CNPJ: 31.711.829/0001-26

E-mail: semed.matoesdonorte@gmail.com

Eu \_\_\_\_\_, Diretora da Escola Municipal Raimundo Cunha autorizo à mestranda Angela Ribeiro Casas Nova de Sousa, do Curso de Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão, a divulgar imagens internas da escola por meio de fotografias para a pesquisa de sua Dissertação de Mestrado.

Matões do Norte, 22 de dezembro de 2022

NOME DA GESTORA  
Diretora Escola Municipal Raimundo Cunha